



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PP GEO



JUCILEIDE DA SILVA SOBREIRA

**USOS E PRÁTICAS TURÍSTICAS NA ORLA MARÍTIMA DE
CORURIBE/AL**

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão/SE
2019

JUCILEIDE DA SILVA SOBREIRA

**USOS E PRÁTICAS TURÍSTICAS NA ORLA MARÍTIMA DE
CORURIBE/AL**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão/SE
2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S677u Sobreira, Jucileide da Silva
Usos e práticas turísticas na orla marítima de Coruripe/AL /
Jucileide da Silva Sobreira ; orientador José Wellington Carvalho
Vilar. – São Cristóvão, SE, 2019.
137 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2019.

1. Geografia. 2. Turismo. 3. Desenvolvimento sustentável. 4.
Comunidades. 5. Turismo e Estado. 6. Costa – Alagoas. I. Vilar, José
Wellington Carvalho, orient. II. Título.

CDU 911.3:338.483.11(210.5)(813.5



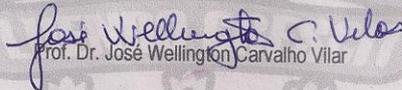
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado
em Geografia de **Jucileide da Silva Sobreira**.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, com início às quatorze horas, realizou-se na sala Professor José Alexandre Felizola Diniz, localizada na Didática II, 1º andar, na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de **Jucileide da Silva Sobreira**, intitulada: "Usos e Práticas na Orla Marítima de Coruripe/AL". A defesa foi presidida pelo Professor Doutor José Wellington Carvalho Vilar, na qualidade de orientador, abriu a sessão pública e passou a palavra para a mestranda proceder à apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, a palavra foi passada para a primeira examinadora Professora Doutora Marcia Eliane Silva Carvalho, que discutiu e levantou questões relevantes para o trabalho. Ato contínuo a segunda examinadora, a Professora Doutora Carla Norma Correia dos Santos, discutiu e levantou questões relevantes para o trabalho. Na sequência, o orientador teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** a candidata. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEP, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

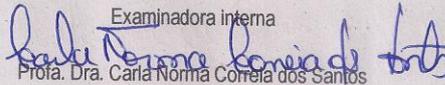
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 26 de Fevereiro de 2019


Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar

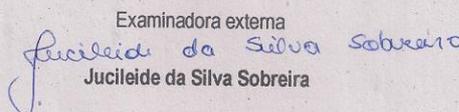
Presidente


Prof. Dra. Marcia Eliane Silva Carvalho

Examinadora interna


Prof. Dra. Carla Norma Correia dos Santos

Examinadora externa


Jucileide da Silva Sobreira

-Mestranda-

A Jailson Ribeiro de Mendonça, *in memoriam*.

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me possibilitar discernimento, força de vontade, saúde e determinação para correr atrás dos meus sonhos e por colocar em meu caminho pessoas que fizeram essa caminhada possível.

Em segundo lugar, em meio a uma conjuntura sociopolítica de desvalorização das políticas sociais, agradeço as políticas desenvolvidas no governo do PT que possibilitaram que a filha de um agricultor e de uma empregada doméstica, semianalfabetos, conclui-se o ensino superior, através da expansão universitária, e fizesse uma pós-graduação em uma universidade pública.

Em terceiro lugar, agradeço a minha família. A conclusão dessa etapa só foi possível graças ao apoio da minha mãe, Cícera, meu pai, Cícero, irmãos, Gilvan, Jamilson, Jailton e Jailson, irmãs, Jeane e Juliana, cunhados, Nem e Jesse, e minha tia e família, Solange, Jailson Mendonça e Laura. Em um contexto nada favorável vocês foram minha força, não mediram esforços para me incentivar na continuação dos meus estudos, cada um do seu jeito. Cada etapa que consegui concluir foi graças ao apoio de vocês, meu muito obrigada! Amo todos vocês!

Não posso deixar de agradecer de forma especial a minha mãe, a tia Solange e seu esposo Jailson Mendonça (*in memoriam*) e meu irmão Jailson. A minha mãe, pelo apoio, pela compreensão e incentivo em me ver fazendo algo que para ela e meus irmãos, não foi possível, obrigada minha guerreira! A Solange e Jailson, que foram meu ponto de apoio em Sergipe, apoio esse, que sem ele, eu não conseguiria iniciar e finalizar esse ciclo, muita gratidão e amor por vocês! Obrigada Jailson por ter compartilhado seus dias comigo, por me receber sempre com o sorriso (melhor lembrança que guardo), pelo cuidado e pelo lar que obtive durante um ano. Sempre temos aquelas pessoas que nos inspiram a ir em busca dos nossos objetivos. Obrigada meu irmão, Jailson, por ser minha fonte de inspiração, sua luta pela vida me fez perceber o quanto precisamos ser fortes para superarmos os obstáculos da vida, e o quanto o apoio da família é fundamental durante esses processos. Sua determinação e fé me fortalece! Te amo! Estamos juntos!

Agradeço imensamente ao meu orientador, Dr. Well, por todo apoio dado, por sua paciência e dedicação. Mesmo em sua correria sempre foi disponível para sanar minhas dúvidas. Obrigada por ter sido tão presente na construção desta pesquisa, por todo o conhecimento compartilhado, por compreender os momentos que não foram possíveis avançar no trabalho, pelas contribuições e cobranças que me ajudaram no processo de construção intelectual.

Aos amigos do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS), às discussões nas aulas foram fundamentais para meu processo de construção intelectual. Especialmente para as amigas Tamires, Adriana, Rafaela, Sheila e Bruna. Cada uma teve um papel diferente em minha vida acadêmica, participação essa fundamental para a concretização desse ciclo. Aos professores do programa que me possibilitaram um novo olhar geográfico a partir das leituras dos textos e debates nas aulas. A todos e todas que compõe o PPGEO/UFS.

Ao Prof. Ms. Leônidas, meu ex-orientador e amigo, que me incentivou na continuidade da minha formação, sempre se fez presente nessa nova fase, meu eterno orientador. Ao Prof. Ms. Ricardo de Almeida, pelos constantes diálogos. Aos amigos integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL).

Ao amigo sergipano, Anderson Melo, sempre prestativo e solícito, não mediu esforços para me auxiliar durante esse ciclo, sua participação e apoio durante meu trajeto em Sergipe foi fundamental, obrigada, tenho muito carinho por ti!

Não posso esquecer das experiências e amizades construídas durante a coleta de dados em campo. Inicialmente, reforço meus agradecimentos a Rafa, amiga do mestrado que me possibilitou conhecer duas pessoas maravilhosas que fizeram me sentir em casa em minhas estadias em Coruripe/AL, meus anjos do Miaí de Cima, Maria (baje) e Caju, muita gratidão por toda hospitalidade e confiança, principalmente por dividirem comigo suas vivências, aprendi muito com vocês.

Aos amigos e amigas da Lagoa do Pau: Nivaldo, Vanda, Ednei Santana, Rafael Marques, Robson Leão e a Rosimeire Santana meu muito obrigada pela hospitalidade, presteza, amizade e carinho. Vocês me possibilitaram um novo olhar sobre o meu objeto de estudo, muita gratidão por todo o apoio de vocês!

Agradeço aos representantes das Secretarias de Turismo e Meio Ambiente, especialmente para a Ana da Secretaria de Turismo.

Por fim, agradeço a todos e a todas que tive a satisfação de conhecer e aos entrevistados que foram receptivos e contribuíram para este trabalho.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Maria Augusta e Carla Norma, por aceitarem o convite e pelas contribuições. E a banca de defesa, Márcia Eliane e Carla Norma. Agradeço a CAPES pelo financiamento no segundo ano.

Por fim, meu muito obrigada a todos e a todas!

"O poder da geografia é dado pela sua capacidade de entender a realidade em que vivemos"

Milton Santos

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo central analisar os usos e as práticas turísticas desenvolvidas nas orlas do Pontal de Coruripe e na Lagoa do Pau, Coruripe/AL e suas respectivas consequências socioambientais. Parte-se do pressuposto que o espaço litorâneo é frágil, por se tratar de uma zona de transição entre o oceano e o continente, e apresenta uma valorização social e econômica crescente. Essa natureza ambígua do litoral se revela nas formas que assume a configuração territorial, nas atividades de uso do espaço e nas ações da iniciativa privada e do poder público. Nesse sentido, considera-se o turismo como um dos principais vetores de valorização e ocupação territorial do litoral. Compreende-se o turismo como uma prática socioespacial, econômica e cultural que vem crescendo muito nas últimas décadas, principalmente no segmento sol e praia, cuja ação viabiliza o uso e a apropriação da natureza no litoral desencadeando um conjunto variado de implicações socioambientais, econômicas, culturais e na configuração territorial. Assim, a presente pesquisa busca discutir e analisar os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da vilegiatura marítima no Pontal de Coruripe e na Lagoa do Pau e suas respectivas consequências, identificar os sujeitos envolvidos na dinâmica turística, assim como, as políticas que garantem o uso sustentável desses espaços, para que o turismo de sol e praia não impacte de forma irreversível o meio socioambiental. Para tanto, foi realizado entrevistas com 88 sujeitos sociais e 2 agentes públicos, como também se utilizou de observação direta com auxílio de caderno de campo e registro fotográfico. Assim, a presente pesquisa se caracteriza enquanto exploratória e explicativa, como delineamento trata-se de um estudo de caso e como procedimento de coleta de dados foram utilizadas pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Os resultados apontam que os principais fatores que contribuíram para o desenvolvimento das segundas residências foram as características rústicas do lugar, trazendo alterações socioespaciais mais acentuadas no Pontal de Coruripe e envolvendo o poder público, os turistas, veranistas e a comunidade local. É preciso considerar também que os serviços da hotelaria e meios de alimentação vão se desenvolver através da crescente ascensão das segundas residências, e as poucas iniciativas de ordenamento territorial por parte dos órgãos competentes.

Palavras-chaves: Usos e Práticas Turísticas; Orla Marítima; Ordenamento Territorial.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo central analizar los usos y las prácticas turísticas desarrolladas en las orillas del *Pontal de Coruripe* y en la Lagoa do Pau, Coruripe/AL y sus respectivas consecuencias socioambientales. Se parte del supuesto de que el espacio costero es frágil, por tratarse de una zona de transición entre el océano y el continente, y presenta una valorización social y económica creciente. Esta naturaleza ambigua del litoral se revela en las formas que asume la configuración territorial, en las actividades de uso del espacio y en las acciones de la iniciativa privada y del poder público. En ese sentido, se considera el turismo como uno de los principales vectores de valorización y ocupación territorial del litoral. Se comprende el turismo como una práctica socioespacial, económica y cultural que viene creciendo mucho en las últimas décadas, principalmente en el segmento sol y playa, cuya acción viabiliza el uso y la apropiación de la naturaleza en el litoral desencadenando un conjunto variado de implicaciones socioambientales, económicas, culturales y en la configuración territorial. Así, la presente investigación busca discutir y analizar los factores que contribuyeron al desarrollo del veraneo marítimo en el *Pontal de Coruripe* y en la *Lagoa do Pau* y sus respectivas consecuencias, identificar a los sujetos involucrados en la dinámica turística, así como, las políticas que garantizan el uso sostenible de esos espacios, para que el turismo de sol y playa no impacte de forma irreversible el medio socioambiental. Para ello, se realizaron entrevistas con 88 sujetos sociales y 2 funcionarios públicos, como también se utilizó de observación directa con auxilio de cuaderno de campo y registro fotográfico. Así, la presente investigación se caracteriza como exploratoria y explicativa, como delineamiento se trata de un estudio de caso y como procedimiento de recolección de datos se utilizaron investigación bibliográfica, análisis documental e investigación de campo. Los resultados apuntan que los principales factores que contribuyeron al desarrollo de las segundas residencias fueron las características rústicas del lugar, trayendo alteraciones socioespaciales más acentuadas en el *Pontal de Coruripe* y envolviendo el poder público, los turistas, veraneantes y la comunidad local. Es necesario considerar también que los servicios de la hostelería y medios de alimentación se van a desarrollar a través del creciente ascenso de las segundas residencias, y las pocas iniciativas de ordenamiento territorial por parte de los órganos competentes.

Palabras-claves: Usos y Prácticas Turísticas; Orilla Marítima; Ordenamiento Territorial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de Coruripe-AL.....	21
Figura 2 - A invenção da distinção e a imitação do turismo nos séculos XVIII e XIX	28
Figura 3 - A invenção da distinção e a imitação do turismo no século XX	29
Figura 4 - Síntese da Geografia do Turismo	38
Figura 5 - Ordenamento territorial integrado do espaço litorâneo	43
Figura 6 - Mapa de localização do Polo Lagoas e Mares do Sul	63
Figura 7 - Corpos hídricos e rodovias de Coruripe-AL.....	64
Figura 8 - Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe e Associação das Artesãs da Lagoa do Pau	65
Figura 9 - Museu dos Devotos localizado na Igreja de São José do Poxim.....	66
Figura 10 - Terminal turístico do Pontal de Coruripe.	67
Figura 11 - Unidades de paisagem: Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau	69
Figura 12 - Unidade de paisagem 1: praia do Batel e estaleiro, Pontal de Coruripe.....	70
Figura 13 - Unidade de paisagem 2: visão ao Sul e visão ao Norte, Pontal de Coruripe	71
Figura 14 - Corredores de acesso à praia do Pontal de Coruripe	72
Figura 15 - Pousada Surf Paradise, unidade de paisagem 3: Pontal de Coruripe.....	72
Figura 16 - Unidade de paisagem 4: Pontal de Coruripe.....	73
Figura 17 - Unidade de Paisagem 1: Lagoa do Pau.....	73
Figura 18 - Áreas de fazendas na unidade de paisagem 1, Lagoa do Pau.....	74
Figura 19 - Unidade de paisagem 2: Lagoa do Pau.....	74
Figura 20 - Vendedores ambulantes na praia da Lagoa do Pau	75
Figura 21 - Casarão do Pontal de Coruripe	78
Figura 22 - Embarcações pesqueiras, Pontal de Coruripe.....	79
Figura 23 - Atividade pesqueira tradicional, Miaí de Cima, Coruripe/AL.	80
Figura 24 - Primeira cabana construída na orla do povoado Lagoa do Pau, 1995	84
Figura 25 - Bar e Restaurante Enseada dos Caetés, Lagoa do Pau.	85
Figura 26 - Loteamento Gameleira - Condomínio Rio Lagoa Mar.....	86
Figura 27 - Urbanização da orla do Pontal de Coruripe.....	86
Figura 28 - Praia e Baixios de Dom Rodrigo, Pontal de Coruripe	89
Figura 29 - Orla da Lagoa do Pau	90
Figura 30 - Rio Adriana, Lagoa do Pau.....	90
Figura 31 - Banho de mar na Lagoa do Pau	91

Figura 32 - Práticas de surf no Pontal de Coruripe	91
Figura 33 - Farol no Pontal de Coruripe.....	92
Figura 34 - Resíduos sólidos no Pontal de Coruripe	96
Figura 35 - Resíduos sólidos na Lagoa do pau.....	96
Figura 36 - Esgoto nas ruas do Pontal.....	97
Figura 37 - Placas de sinalização de transporte na Lagoa do Pau	103
Figura 38 - Motocicleta em tráfego na zona de praia, Lagoa do Pau.....	106
Figura 39 - Construção em área de Mangue, Pontal de Coruripe	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição de orla seguindo critérios físicos geográficos	46
Quadro 2 - Tipos de orla segundo critérios de ocupação humana	47
Quadro 3 - Protocolo de estudo.....	49
Quadro 4 - Distribuição dos entrevistados na Lagoa do Pau e no Pontal de Coruripe	53
Quadro 5 - Meios de hospedagens no Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau	93
Quadro 6 - Pousadas no município de Coruripe/AL em funcionamento	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População total, por gênero, rural e urbana, Coruripe/AL	60
--	----

LISTA DE SIGLAS

AFUSCO	Associação dos Funcionários da Usina Coruripe
APA	Área de Preservação Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CTE/AL	Comissão Técnica do Estado de Alagoas
EMATUR	Empresa Alagoana de Turismo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GERCO	Gerenciamento Costeiro
GRPU/AL	Gerência Regional do Patrimônio da União em Alagoas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMA	Instituto do Meio Ambiente
INAN	Instituto Amigo da Natureza
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PEGC	Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
PGZC	Plano de Gestão da Zona Costeira
PMGC	Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNOT	Plano Nacional de Ordenamento Territorial
PNRM	Política Nacional para os Recursos do Mar
PNT	Política Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR/NE	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RQA-ZC	Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira
SEDETUR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SEPLAG/AL	Secretaria de Estado do Planejamento Gestão e Patrimônio/Alagoas
SIGERCO	Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro
SMA-ZC	Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
ZEEC	Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
EPÍGRAFE.....	vii
RESUMO.....	viii
RESUMEN.....	ix
LISTA DE FIGURAS.....	x
LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTAS DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE SIGLAS.....	xiv
INTRODUÇÃO	19

CAPÍTULO 1

1. USOS E PRÁTICAS TURÍSTICAS EM ORLAS MARÍTIMAS E QUESTÕES DE ORDENAMENTO TERRITORIAL	24
1.1 Do território do vazio à valorização do espaço.....	24
1.2 Litoral, zona costeira e orla marítima: breve discussão conceitual	31
1.3 Espaço, turismo e planejamento territorial	34
1.4 Do ordenamento territorial aos instrumentos de gestão do litoral	41
1.5 Metodologia	48

CAPÍTULO 2

2. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E CONFIGURAÇÃO GEOGRÁFICA ATUAL DE CORURIFE/AL	55
2.1 Aspectos históricos de Coruripe: processo de ocupação territorial	55
2.2 Coruripe no contexto turístico alagoano	61
2.3 Caracterização socioambiental das orlas de Coruripe	68

CAPÍTULO 3

3. USOS E PRÁTICAS TURÍSTICAS NO PONTAL DE CORURIBE E NA LAGOA DO PAU, CORURIBE/AL	76
3.1 Turistificação das orlas de Coruribe	76
3.2 Sujeitos envolvidos na dinâmica turística de Coruribe.....	87
3.3 Usos e práticas turísticas nas orlas: dualidades	88
3.4 Iniciativas de ordenamento territorial turístico	100
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 110
 REFERÊNCIAS	 113
 ANEXOS	 123
Anexo A: Pousadas no município de Coruribe/AL em funcionamento	124
 APÊNDICES.....	 125
Apêndice A – Entrevista semiestruturada - comunidade local	126
Apêndice B – Entrevista semiestruturada - turista/veranista	128
Apêndice C – Entrevista semiestruturada - gestor municipal: representante da Secretaria Municipal de Turismo.....	131
Apêndice D – Entrevista semiestruturada - gestor municipal: representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	133
Apêndice E – Entrevista semiestruturada - comerciantes locais: meios de hospedagem ...	134
Apêndice F – Entrevista semiestruturada - comerciantes locais: meios de alimentação	136
Apêndice G – Carta de Anuência	137
Apêndice H – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	138

INTRODUÇÃO

O espaço litorâneo é frágil, por se tratar de uma zona de transição entre o oceano e o continente, e apresenta uma valorização social e econômica crescente (MADRUGA, 1992; MORAES; ZAMBONI, 2004). Essa natureza ambígua do litoral se revela nas formas que assume a configuração territorial, nas atividades de uso do espaço e nas ações da iniciativa privada e do poder público.

Na presente pesquisa considera-se o turismo como um dos principais vetores de valorização e ocupação territorial do litoral (MADRUGA, 1992). Compreende-se o turismo como uma prática socioespacial, econômica e cultural que vem crescendo muito nas últimas décadas, principalmente no segmento sol e praia, cuja ação viabiliza o uso e a apropriação da natureza no litoral desencadeando um conjunto variado de implicações socioambientais, econômicas, culturais e na configuração territorial.

O turismo tem o espaço como *locus*. O espaço torna-se turístico a partir da introdução de objetos que possibilitam o desenvolvimento da atividade. A geografia faz uma leitura territorial do turismo, a partir da aplicação das suas teorias. Assim, o turismo torna-se uma parcela que compõe o espaço (CRUZ, 2003; SILVA, 2012). Nesse sentido, é a partir do desenvolvimento das práticas turísticas que o espaço se torna um produto com valor de uso.

A produção do espaço turístico tem um caráter dual em termos de impactos positivos e negativos. Nos aspectos positivos, Diniz e Vasconcelos (2012) destacam a entrada de recursos nos centros receptores que resulta no aumento da dinâmica comercial e geração de emprego e renda para as comunidades tradicionais. Quanto ao fomento do Estado, impacta nas condições de vida das comunidades por meio de construção de estruturas, serviços urbanos, a exemplo de abastecimento de água, luz, telefone, saneamento básico, entre outros.

Em contrapartida, o turismo pode causar degradação ambiental e problemas de natureza socioeconômica associados à massificação da atividade e ao uso inadequado dos recursos, afetando inclusive sua viabilidade enquanto atividade econômica. Igualmente, podem ser introduzidos novos hábitos e costumes para as comunidades receptoras ocasionando mudanças culturais (DINIZ; VASCONCELOS, 2012), às vezes bem acentuadas, e crise nas atividades tradicionais, que vão disputar o espaço com o turismo.

Para compreender os usos e as práticas turísticas no litoral busca-se discorrer sobre a concepção de espaço abordada por Milton Santos (2017). No qual em sua definição clássica, a análise do espaço se dá por meio de dois sistemas, de objetos e de ações, nos quais os objetos se associam às ações, e as ações se misturam aos objetos numa relação dinâmica e dialética. Os

objetos são artificiais e tem valor de uso e as ações correspondem às práticas cotidianas e as iniciativas do poder público.

No turismo litorâneo, o uso se dá a partir da apropriação dos recursos disponíveis e dos elementos contidos no espaço criando territórios turísticos através da delimitação do espaço pelas relações de poder e pela dinâmica do cotidiano, configurando assim territorialidades variadas. O turismo no espaço litorâneo tem gerado uma série de problemas que merecem ser discutidos, seja em termos de uso do solo ou das práticas que a atividade desenvolve.

De maneira geral, esses problemas são resultantes do uso inadequado dos recursos turísticos e da forma como se leva a cabo a atividade. As políticas de ordenamento territorial jogam um papel chave na configuração litorânea como um todo e da orla marítima em especial, que aqui nos interessa mais de perto.

Nesse contexto, as orlas do município de Coruripe apresentam uma crescente valorização turística expressa, principalmente, pela ascensão da vilegiatura marítima, especificamente nos povoados estudados, Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau.

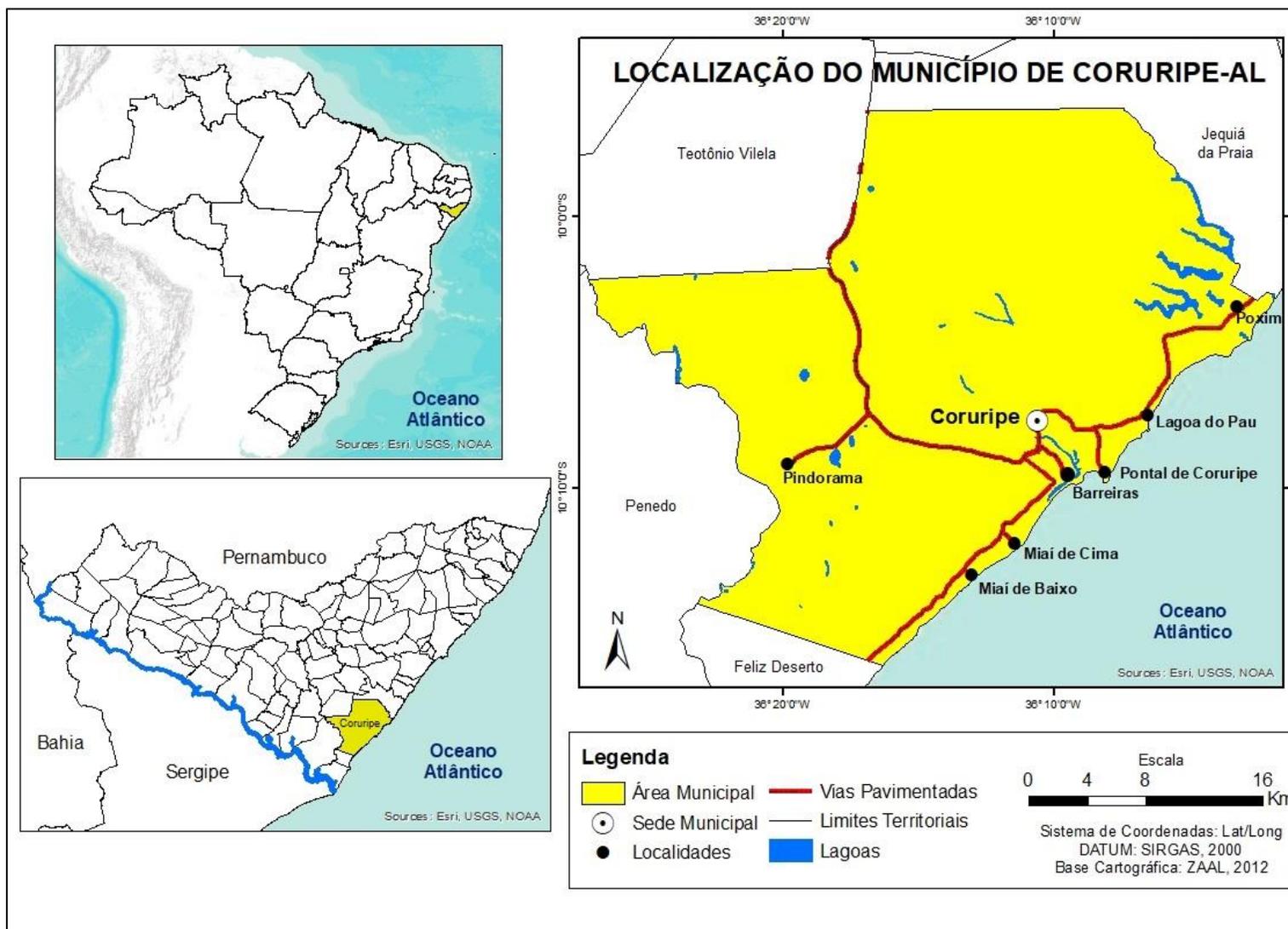
Coruripe possui potencialidade turística diversificada, compreende desde elementos naturais como praias, rios e lagoas que compõem a paisagem litorânea, até elementos humanos, abrangendo aspectos históricos que remontam ao período colonial, arquitetura religiosa do século XVIII e elementos culturais, com destaque para as manifestações religiosas.

Nesse sentido, a presente pesquisa foi delineada em escala local, abrange dois povoados do município de Coruripe/AL (Pontal de Coruripe, Lagoa do Pau), e tem como objeto de investigação o turismo no segmento sol e praia e de segunda residência.

Embora o turismo no município apresente limitações estruturais os povoados possuem dependências econômicas dessa atividade, sendo a principal fonte de renda, principalmente no Pontal de Coruripe e na Lagoa do Pau.

O município de Coruripe localiza-se na região Nordeste do Brasil, no litoral Sul do estado de Alagoas (Figura 1). Está inserido na Mesorregião do Leste Alagoano e na Microrregião de São Miguel dos Campos. Limita-se ao norte com os municípios de Jequiá da Praia e Teotônio Vilela, ao sul com Feliz Deserto e o Oceano Atlântico, a oeste com Penedo e ao leste com o Oceano Atlântico. Está distante cerca de 90 quilômetros da capital alagoana, Maceió.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Coruripe-AL



Fonte: Base cartográfica ZAAL, 2012. Elaboração: Flávio Santos, 2018.

Nesse sentido foram delineados as questões de pesquisa e os objetivos. As questões de pesquisa são: quais os fatores que contribuíram para o desenvolvimento do turismo de sol e praia e de segunda residência nos dois povoados e suas respectivas consequências?; quais os sujeitos envolvidos na dinâmica turística?; quais as políticas que garantem o uso sustentável desses espaços, para que o turismo de sol e praia e de segunda residência não impacte de forma irreversível o meio socioambiental?.

Como objetivo geral tem-se: analisar o uso e as práticas turísticas desenvolvidas nas orlas de Coruripe/AL e suas respectivas consequências socioambientais. E como objetivos específicos evidencia-se: caracterizar os aspectos socioeconômicos da orla marítima de Coruripe; compreender o processo de turistificação de duas orlas de Coruripe; identificar o impacto do desenvolvimento das práticas turísticas na comunidade local; compreender o fomento das políticas municipais para o desenvolvimento do turismo no município.

A presente pesquisa está dividida da seguinte forma: após esta introdução apresenta-se o primeiro capítulo onde se discute as bases teórico-metodológicas que vão subsidiar a pesquisa, dividido em cinco partes. O segundo capítulo está dividido em três tópicos e apresenta a contextualização territorial e a caracterização da área de estudo. O terceiro capítulo divide-se em quatro partes e apresenta os resultados das entrevistas, seguido das considerações finais.

No capítulo 1, o primeiro tópico discute a construção social nas quais emergiu o desejo por espaços litorâneos, desconstruindo a ideia de repúdio e evidenciando a valorização do litoral e da praia. Em seguida, são discutidos os conceitos de zona costeira, litoral e orla marítima, destacando os critérios adotados no Brasil. No terceiro tópico, apresenta-se a discussão teórica sobre os usos e práticas turísticas à luz da concepção de espaço geográfico abordado por Milton Santos, que vai subsidiar a geografia do turismo. No quarto tópico apresenta-se a discussão sobre ordenamento territorial e os instrumentos que vão gerir o segmento de sol e praia. Por último, são discutidos os instrumentos metodológicos e técnicas de coletas de dados utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

O capítulo 2 aborda a construção territorial do município estudado, evidenciando as atividades econômicas desenvolvidas no decorrer do processo de ocupação territorial. Em seguida, contextualiza-se o município de Coruripe à luz dos municípios turísticos do litoral alagoano, destacando os atributos turísticos presentes em suas orlas. E divide-se as unidades de paisagens das duas praias estudadas a partir de critério de ocupação territorial, no intuito de caracterizar os aspectos socioeconômicos das áreas de estudo.

No capítulo 3, busca-se compreender o processo de turistificação dos dois lugares estudados. Posteriormente caracteriza-se os sujeitos entrevistados e se analisa o uso e as práticas

turísticas e suas respectivas consequências nos espaços receptores. E por fim, são identificadas as iniciativas de ordenamento territorial nas orlas.

CAPÍTULO 1

1. USOS E PRÁTICAS TURÍSTICAS EM ORLAS MARÍTIMAS E QUESTÕES DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Neste capítulo busca-se discorrer sobre as bases teórico-metodológicas que vão subsidiar a pesquisa. Inicialmente, discute-se sobre o processo de valorização do mar que ocorre de forma processual, passando do território do vazio, para um espaço de contemplação, posteriormente, a partir das práticas terapêuticas que surgiram na Europa, desenvolvem-se as práticas marítimas da modernidade de recreação e lazer. O litoral torna-se um espaço de disputa e múltiplos interesses, entre os quais desenvolve-se o turismo, como um importante vetor de ocupação territorial. Nesse contexto, discute-se as abordagens teóricas das definições de litoral, zona costeira e orla marítima, sendo este último o recorte espacial da presente pesquisa. Levando-se em conta que o litoral era um espaço natural modificado pelas diferentes técnicas desenvolvidas em cada espaço-tempo, discute-se o turismo litorâneo à luz do espaço geográfico e suas respectivas consequências no espaço receptor. Aborda-se também as políticas de ordenamento territorial do litoral. E por fim, apresenta-se a metodologia e os instrumentos metodológicos.

1.1 Do território do vazio à valorização do espaço

O processo de valorização do mar se configura como uma construção social que emergiu do século XVIII ao XIX. Para compreender esse processo, Corbin (1989) tece importantes contribuições. Segundo o autor, na época clássica tem-se uma repulsa pelo mar e pelas paisagens naturais, cuja desconstrução se inicia a partir da Renascença.

A remota menção ao mar em meados do século XVI foi representada por concepções bíblicas: “a interpretação da Bíblia, particularmente a do Gênese, dos Salmos e do Livro de Jó, marcam profundamente as representações do mar. Os relatos da Criação e do dilúvio tingem-se de traços específicos do imaginário coletivo” (CORBIN, 1989, p. 11). É construída uma visão de abismo e tentar desvendar os mistérios dessa imensidão territorial era tido como sacrilégio. O referido autor mostra como se constituiu o imaginário diante dos relatos da criação,

Uma vez que a Criação se operou em função do homem, que constitui a uma só vez seu objetivo e centro, tal vestígio privado de forma permanece-lhe estranho. Uma criatura feita à imagem de Deus não saberia estabelecer sua morada fora do jardim ou

da cidade. O texto bíblico, aliás, não menciona senão as criaturas dos ares e dos campos; as espécies marinhas, submersas na sombra misteriosa do abismo, não podem ser designadas pelo homem e, por conseguinte, escapam à sua dominação. (CORBIN, 1989, p. 12).

Os relatos da Bíblia mostram que a criação se operou em função do homem, o mar era tido como um lugar contrário ao paraíso e à cidade. Outra representação social significativa corresponde à passagem do dilúvio, que representa importante contribuição para a ideia de temor ao mar,

Mais decisivo ainda, o relato do dilúvio. O oceano surge então, segundo os autores, como instrumento da punição e, na sua configuração atual como lembrança da catástrofe. De acordo com a cosmologia bíblica existem, com efeito, duas grandes extensões de água: a que ocupa a bacia dos mares, e a que prende a abobada celeste. O criador ao separá-las, desenhou uma dupla linha divisória: o litoral, que define os domínios respectivos do mar e da terra, e a linha das nuvens, limite movente entre a água do céu e a atmosfera que o homem respira; ora, as opiniões se dividem quando se trata de determinar em qual desses dois abismos submergiu a terra antediluviana. (CORBIN, 1989, p. 12).

A partir do dilúvio, foram construídas várias teorias que explicavam a história da Terra. Segundo Ramos (2009, p. 33), “tais teorias, carregadas de tons míticos, religiosos ou científicos, são para Corbin um importante elo na compreensão do despertar da sociedade para o mar, já como fonte de inspiração e contemplação.”

No século XVI o mar e as montanhas vão ser fonte de forte simbolismo, marcados por cosmologias e pelos textos bíblicos, que reforçam o surgimento do mar e das montanhas a partir do dilúvio. No século XVII as paisagens cênicas vão despertar o imaginário dos poetas barrocos, na França, que passam a admirar as paisagens do litoral, desconstruindo paulatinamente as ideias diluvianas catastróficas e de medo do mar (RAMOS, 2009).

Concomitante a esse processo, segundo Boyer (2003), as primeiras manifestações turísticas se desenvolvem no século XVI, quando viajantes humanistas tentam desvendar as curiosidades da Itália e da Antiguidade Clássica. O final do século XVII e início do século XVIII são marcados pelo *The Tour* ou *The Grand Tour*, viagens realizadas pela aristocracia inglesa para conhecer o velho continente, sua natureza, seus monumentos e suas praias. As viagens vão também contribuir para a construção da contemplação do mar (BOYER, 2003).

A desconstrução da repulsa pelo mar é reflexo do surgimento da oceanografia, na Inglaterra, que começa a desvendar os mistérios do mar, e também da Teologia Natural, da exaltação das costas holandesas no campo das artes e da moda de viajar na baía de Nápoles (CORBIN, 1989). A Teologia Natural, segundo Ramos (2009), vai influenciar as viagens

turísticas, voltada para o campo e para ilhas e praias, em que a elite social passa a contemplar a natureza. A Teologia Natural implica em,

[...] uma educação do olhar. Também pretende fazer da observação do mundo natural um hino à grandeza e a bondade divina. Não há nenhuma criatura de Deus que, à sua maneira, não manifeste sua glória; cabe ao homem recolher esse feixe de louvores e levá-lo aos pés do Criador. (CORBIN, 1989, p. 37).

Segundo Ramos (2009, p. 39), no século XVIII “a Holanda se torna referência através do Grand Tour, *hot spot*, para ingleses, franceses e toda gama de viajantes oriundos da nobreza.”. Esse processo se deu por meio dos relatos de viagens que serviam como guias para os novos viajantes. Fator que também vai caracterizar a moda de viajar para a baía de Nápoles, Itália, desfrutando das belezas naturais, da herança histórica e do modo de vida local que valoriza as águas do mediterrâneo. Sob essas influências, é desconstruída paulatinamente a ideia de repúdio à natureza e ao mar e lança-se um novo olhar sobre o espaço litorâneo, que passa de um lugar tenebroso para um espaço de contemplação.

O século XVIII é marcado por revoluções turísticas (BOYER, 2003), entre as quais se desenvolve o amor pelo campo, o desejo pela praia, pelo mar e pelas montanhas. O desejo pela praia vai se consolidar com a descoberta das propriedades terapêuticas das águas do mar, por meio de um projeto médico-terapêutico que surgiu na Europa, como mostra Corbin (1989, p. 81),

[...] a moda do banho de mar nasce de um projeto terapêutico; os médicos prescrevem uma verdadeira cura inspirada no modelo proposto pelas estâncias termais, então muito em voga. De repente, o banho de mar se apresenta como uma prática estritamente codificada; em cada estância, um estabelecimento municipal depressa se encarregará de modular a temperatura da água e de proporcionar todos os serviços necessários à execução das prescrições médicas.

O banho de mar por prescrições médicas era presidido por um ritual, realizado em águas frias para provocar choque térmico. O banho de mar servia para o tratamento de diversos males, como as sarnas, raiva e hidrofobia (CORBIN, 1989). Camargo (2007, p. 295) esclarece:

Não se previa qualquer espaço para sensações prazerosas ou lúdicas, mas que, contraditoriamente, também poderiam conviver sensualmente com o desagradável choque inicial. Choque que se deve suceder reproduzindo-se inúmeras vezes, com o paciente suspenso por um banhista, prestador de serviços, que deveria literalmente jogá-lo sobre as vagas para executar o tratamento, sempre por um curto período de tempo, sem ultrapassar vinte minutos ou meia hora, com banho seguido por repouso.

Esse fator resultou na disseminação de balneários e posteriormente reacende a vilegiatura marítima. Este último se expande de forma processual e fragmentada por meio dos balneários, segundo Pereira (2014, p. 22)

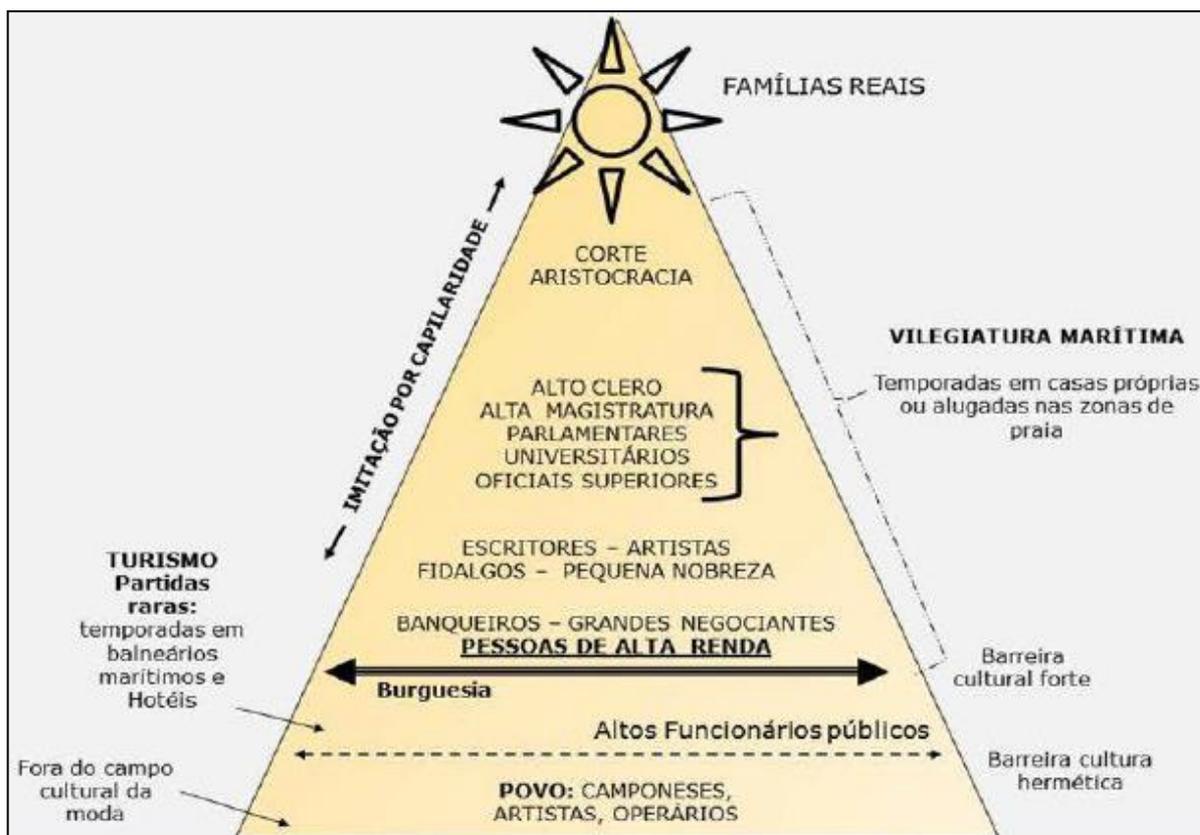
No Báltico e no Mar do Norte, a vilegiatura aproximou-se ainda mais do mar. Logo surgiram Shevenningen (Holanda) e Ostende (Bélgica) e na França, Boulogne, Diepp e Biarritz. Nesta última, as primeiras *villas* datam de 1841. A corte espanhola constitui Sam Sebastian e a portuguesa, Estoril e Cascais.

A estadia temporária à beira mar, segundo Santos (2015, p. 07), tem sua origem em Roma e posteriormente é reavivada na Itália Renascentista. “[...] O ócio para os romanos significou o afastamento dos magistrados para a leitura, o exercício da inteligência, o preparo para a ação futura, assim como para a contemplação da natureza.” Já o termo vilegiatura, “possivelmente tenha sido originado durante a renascença italiana, já que a palavra em latim correspondente à permanência em uma *villa* de *otium é rusticatio*”, (Ibid., p. 09). Ainda segundo a autora, na Itália, a vilegiatura ressurgiu como atividade recreativa, “o modo de vida da elite italiana influenciou os europeus do Ocidente, particularmente os ingleses. Todavia, a elite da sociedade europeia deu novos contornos a vilegiatura” (Ibid., p. 09).

No Brasil, o banho de mar com a finalidade terapêutica foi disseminado por Dom João VI, no Rio de Janeiro, no século XIX (O’DONNELL, 2013). Ademais, tais práticas marítimas acompanhadas de prescrições médicas vão incitar ao banho, e isso irá induzir a praia à recreação e ao lazer. Todavia, o surgimento e consolidação das práticas turísticas como um todo, desde os primórdios, estiveram atrelados ao status e distinção de classe, a invenção de distinção abordado por Boyer (2003), interligada ao desejo de demonstrar padrões de consumo distintos.

A difusão do turismo, assim como a vilegiatura marítima ocorre por capilaridade. A imitação por capilaridade permite que o turismo seja inventado e se manifeste, entre outras coisas, pelas práticas de vilegiatura marítima. A corte aristocrática europeia passava largas temporadas em casas próprias à beira mar ou em casas alugadas nas zonas de praia. Desenvolvida pela nobreza, a difusão da vilegiatura marítima encontrou uma forte barreira cultural, que vai ser desconstruída aos poucos por meio das práticas turísticas realizadas pelos burgueses e os altos funcionários públicos que vão se alojar em balneários marítimos e hotéis e usufruir dos espaços costeiros (Figura 2) (BOYER, 2003).

Figura 2 - A invenção da distinção e a imitação do turismo nos séculos XVIII e XIX



Fonte: Boyer (2003). Adaptação: Santos, 2015.

Segundo Camargo (2007), com a institucionalização das práticas marítimas terapêuticas os balneários se expandem e modificam a geografia litorânea, inicialmente na Europa, com destaque para Brighton, no litoral sul da Inglaterra. Esse processo deu origem às práticas marítimas da modernidade no século XIX exportadas para as muitas colônias, principalmente na América Latina.

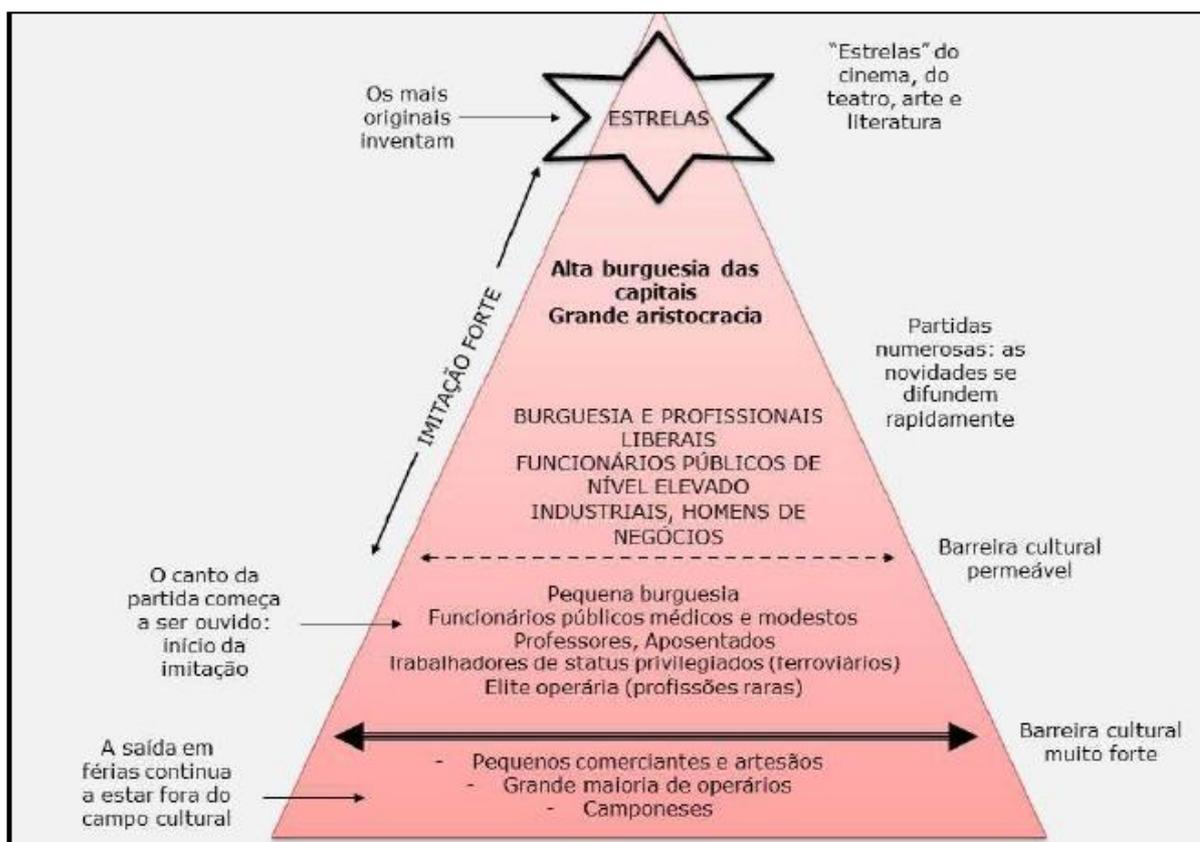
No século XIX, as novas demandas sociais fazem surgir novas formas de apreciação no espaço marítimo, além dos motivos médicos, a apreciação e contemplação da paisagem litorânea, o ar revigorante e a popularidade da natação. E nesse contexto surgem os primeiros bangalôs, as primeiras habitações à beira mar (PEREIRA, 2014). Segundo Santos (2015, p. 10), Birchington, em Kent na Inglaterra, no Mar do Norte, foi à primeira praia a ter bangalôs,

A referida praia apresentava as condições desejáveis para a edificação de bangalôs, pois não existiam serviços públicos e havia uma Orla marítima ideal para a construção de casas. Os primeiros bangalôs tiveram aparência “rural” que contrastava com as edificações urbanas e era possível ter contato direto com a praia.

Os bangalôs se desenvolvem no decorrer do século XIX e se acentuam no século XX remodelando a paisagem litorânea.

O cenário mundial Pós-Guerra e a crise de 1929 muda o contexto social e econômico. Ocorre um novo cenário das práticas marítimas, e o desenvolvimento dos meios de comunicação facilita a difusão dos lugares turísticos, mas dessa vez os disseminadores de moda são os grupos de famosos, - estrelas do cinema, teatro, arte, literatura – mas prevalece a imitação (Figura 3) (BOYER, 2003).

Figura 3 - A invenção da distinção e a imitação do turismo no século XX



Fonte: Boyer, 2003. Adaptação: Santos, 2015.

A difusão do turismo se dá com o processo de industrialização, o desenvolvimento dos meios de transporte, sobretudo do avião, dos meios de comunicação e melhorias nas vias de acesso. A construção de redes ferroviárias favoreceu o deslocamento de várias pessoas de forma mais rápida e segura, com destaque para destinos turísticos costeiros, configurando o modelo de sol e praia (PANOSSO NETTO, 2013).

No século XX, o uso do litoral brasileiro vai se associar às práticas recreativas e de lazer incorporado pela elite, representada principalmente pela vilegiatura marítima. Assim como o desejo de morar à beira mar, inicialmente no Rio de Janeiro, e posteriormente em outras capitais litorâneas como Fortaleza, Salvador e Recife, acentua-se o processo de urbanização nas capitais

e regiões metropolitanas, como mostra Pereira (2014), ao ressaltar que na década de 1970 as orlas das cidades nordestinas se encontravam incorporadas pelo fenômeno marítimo.

No Brasil, num primeiro momento, o litoral vai ser representado espacialmente como uma zona portuária de exportação. Posteriormente, desenvolvem-se as práticas terapêuticas por algumas camadas sociais, associando o banho de mar ao tratamento de diversos males. Nesse contexto se dará início às práticas marítimas da modernidade: recreação e lazer. Processo seguido pela vilegiatura marítima e mais recentemente pelo turismo de sol e praia e pela urbanização costeira, vetores de ocupação e valorização territorial bastante recente (MADRUGA, 1992; DANTAS, 2010).

Nesse contexto, cabe destacar que na fase inicial de construção territorial brasileira, a ocupação se desenvolveu de forma estratégica, seja por táticas de defesa e/ou por questões econômicas, visto que o porto era fundamental para as exportações. O litoral vai se constituir como um espaço privilegiado de ocupação em que os principais núcleos urbanos vão se desenvolver seguindo uma lógica de formação de rede urbana voltada para o continente. “No século XIX essa racionalidade é fortalecida com a incorporação de inovação tecnológica como a navegação a vapor associada à estrada de ferro” (DANTAS, 2010, p. 45).

Em meados do século XX são construídas novas representações, e uma segunda fase é introduzida com uma nova lógica produtiva, constituindo-se as cidades litorâneo-marítimas, com “o fortalecimento gradativo das relações da cidade com o mar, redescobrimo os espaços marítimos com a implementação de lógica produtora da cidade litorâneo-marítima.” (DANTAS, 2010, p. 45). O autor supracitado mostra que essa nova lógica provoca mudanças estruturais no espaço costeiro, ao introduzir novos sujeitos e expulsar os moradores antigos, gerando conflitos e, ao mesmo tempo, fortalecendo os movimentos de resistência.

Esse processo dar-se-á no cerne do desejo pelo mar, incorporado pela elite brasileira, com ênfase para as capitais litorâneas que irão seguir lógica similar de valorização das praias nos países europeus. A Europa vai influenciar o padrão civilizatório da sociedade urbana nordestina, sobretudo através do discurso médico-higienista. Como mostra Pereira (2014, p. 71), “o fim do século XIX e início do século XX demonstram marcas de modernização das cidades nordestinas vinculadas aos modelos europeus de civilização e aglomeração urbana”.

No entanto, Pereira (2014) mostra que as classes de alta renda brasileira vão se concentrar, inicialmente, nas orlas marítimas no Rio de Janeiro e em Santos/Guarujá, na década de 1920, motivado pelo discurso médico-higienista. No Nordeste, a concentração populacional pela classe abastarda ocorre na segunda metade do século XX. A ideia de morar à beira mar é difundida no final do século XX e se amplia no século XXI.

Segundo Machado (2016), com a expansão da vilegiatura marítima nas décadas de 1960 e 1970, surgiu à necessidade de infraestrutura básica, como estradas, fornecimento de serviços de energia, água e telefonia entre outros,

Aliado a isso, o desenvolvimento das tecnologias de transporte e meios de comunicação em massa promoveram o encurtamento das distâncias e a construção da imagem das zonas de praia enquanto “paraísos terrestres” a serem cooptados pela sociedade moderna em busca da fuga do cotidiano. (MACHADO, 2016, p. 17).

Muda-se a configuração e as relações socioespaciais, que se tornam tecnológicas, globalizadas e em redes. A partir da década de 1980, Pereira (2014, p. 13) mostra que a vilegiatura marítima se intensifica ao ponto de:

a) ser a infraestrutura para ela implantada a base para a constituição da atividade turística; b) ter um crescimento resultante do aproveitamento da melhoria infraestrutural imposta pelas políticas de desenvolvimento do turismo no Brasil.

Nesse sentido, o turismo litorâneo se massifica. Introduce-se no litoral uma lógica produtiva que lhe atribui valor de uso, em que diferentes capitais vão ser introduzidos na produção do espaço, principalmente por meio do mercado imobiliário-turístico nas metrópoles nordestinas (MACHADO, 2016).

1.2 Litoral, zona costeira e orla marítima: breve discussão conceitual

De acordo com Barragán Muñoz (2014), o termo litoral e a expressão zona costeira apresentam conotações peculiares e ao mesmo tempo diferenciadas em suas dimensões. Ambas se caracterizam como espaço de interface entre o ar, a terra e o mar, e a zona costeira contempla classificação jurídica administrativa:

Área litoral: espacio geográfico que, em castellano, se identifica com uma superfície de forma y dimensiones variables, resultante del contacto interactivo entre la Natureza y las actividades humanas que se desarrolla em âmbitos que comparten la existencia o influencia del mar.¹

Zona costera: traducción literal de un concepto utilizado em lengua inglesa como sinónimo de área litoral pero también, y sobre todo, expresión que identifica el ámbito jurisdiccional en el que se desarrolla cualquier iniciativa (plan, programa...) de

¹ Área litoral: espaço geográfico que, em espanhol, é identificado como uma superfície de forma e dimensões variáveis, resultante do contato interativo entre a natureza e atividades humanas que ocorre em âmbitos que compartilham a existência ou influência do mar.

administración o gestión com rango jurídico administrativo.² (BARRAGÁN MUÑOZ, 2014, p. 29)

No Brasil, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II) define a zona costeira como o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos ambientais, abrangendo as faixas marítima e terrestre e sua delimitação segue critérios político-administrativos.

A faixa marítima compreende a 12 milhas náuticas delimitadas a partir das linhas de base estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, compreendendo a totalidade do mar territorial. A faixa terrestre é formada pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos que ocorrem na zona costeira (BRASIL, 2004). Os critérios de delimitação dos municípios da zona costeira no Brasil são os seguintes:

- a) os municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem desta classe, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE);
- b) os municípios não defrontantes com o mar que se localizem nas regiões metropolitanas litorâneas;
- c) os municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas, que apresentem processo de *conurbação*;
- d) os municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades ou infraestruturas de grande impacto ambiental sobre a zona costeira, ou ecossistemas costeiros de alta relevância;
- e) os *municípios estuarinos-lagunares*, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea; e
- f) os municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores (BRASIL, 2004, p. 2).

Por sua vez, o Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), define e estabelece os critérios de gestão da orla marítima que se constitui como uma unidade geográfica presente na zona costeira, em uma escala de detalhe, contemplando a borda marítima. Moraes e Zamboni (2004, p. 06) a definem como uma “[...] área de contato imediato terra/mar e de interface de processos terrestres e aquáticos, sendo, portanto, a borda marítima, estuarina ou lagunar da zona costeira e tendo por escala cartográfica de representação adequada a de 1:5.000, no máximo.”

² Zona costeira: tradução literal de um conceito usado em inglês como sinônimo de área litorânea, mas também, e acima de tudo, uma expressão que identifica o ambiente jurisdicional em que se desenvolve qualquer iniciativa (plano, programa...) de administração ou gerenciamento com grau jurídico administrativo.

Tendo em vista a preservação das características paisagísticas e a restrição de ações na orla marítima que possam degradar os ecossistemas foram adotados limites, marítimo e terrestre, que orientam e restringem atividades danosas ao meio,

I - Marítimo: isóbata de dez metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos;

II - Terrestre: cinquenta metros em áreas urbanizadas ou duzentos metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acrescidos. (BRASIL, 2004, p. 7).

Os tipos de orla são formados e caracterizados por meio de processos geomorfológicos, sob os aspectos morfodinâmicos e evolutivos, “tendo por critérios básicos os processos sedimentares, a vulnerabilidade em virtude da elevação do nível do mar e a situação genérica de cada localidade em termos da hidrodinâmica.” (MORAES; ZAMBONI, 2004, p. 06). A partir da complexidade desse processo foi estabelecido um maior detalhamento de delimitação na faixa terrestre:

I - Falésias sedimentares: cinquenta metros a partir da sua borda, em direção ao continente;

II - Lagunas e lagoas costeiras: limite de cinquenta metros contados a partir do limite da praia, da linha de preamar ou do limite superior da margem, em direção ao continente;

III - Estuários: cinquenta metros contados na direção do continente, a partir do limite da praia ou da borda superior da duna frontal, em ambas as margens e ao longo delas, até onde a penetração da água do mar seja identificada pela presença de salinidade, no valor mínimo de 0,5 partes por mil;

IV - Falésias ou costões rochosos: limite a ser definido pelo plano diretor do Município, estabelecendo uma faixa de segurança até pelo menos um metro de altura acima do limite máximo da ação de ondas de tempestade;

V - Áreas inundáveis: limite definido pela cota mínima de um metro de altura acima do limite da área alcançada pela preamar;

VI - Áreas sujeitas à erosão: substratos sedimentares como falésias, cordões litorâneos, cabos ou pontais, com larguras inferiores a cento e cinquenta metros, bem como áreas próximas a desembocaduras fluviais, que correspondam a estruturas de alta instabilidade, podendo requerer estudos específicos para definição da extensão da faixa terrestre da orla marítima. (BRASIL, 2004, p. 7-8).

Os limites foram adotados no Projeto Orla como instrumento de ordenamento territorial de ambientes costeiros do Brasil, por considerar-se um espaço frágil em termos ecológicos e ao

mesmo tempo propício para desenvolvimento de conflitos socioambientais, dada a valorização, ao multiuso e às disputas territoriais. Atividades econômicas, turísticas e de lazer são desenvolvidas nas praias, espaço considerado como principal atrativo para o segmento turístico no Nordeste do Brasil. Por se constituir como ambiente de transição considera-se um ambiente frágil, e as ações antrópicas podem potencializar e acelerar os efeitos de erosão e degradação ambiental.

1.3 Espaço, turismo e planejamento territorial

O espaço geográfico é resultado da dinâmica das relações sociais e naturais, e, igualmente, palco de contradições, diferenças e desigualdades, ou seja, onde são realizadas práticas sociais distintas. Corrêa (2000, p. 35) compreende as práticas sociais como um “conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em partes ou preservando-o em suas formas e interações espaciais”. Assim, são resultados dos padrões culturais de cada sociedade e das técnicas disponíveis em cada espaço-tempo, e igualmente, resultam das atividades econômicas desenvolvidas.

Nessa perspectiva, a construção do espaço geográfico é social, ontológica, e um produto histórico. Para Milton Santos (2017), o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem, constituindo uma segunda natureza, a natureza social. Por isso, o espaço é entendido enquanto categoria histórica, “formado por um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunha de uma nova história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 2004, p. 153).

Parte-se do pressuposto que o espaço geográfico envolve todas as produções, naturais e/ou humanas, e o que caracteriza sua materialidade é efeito de ações, é produto das relações e faz parte do processo histórico. Portanto, na concepção de Milton Santos (2017) o espaço geográfico é entendido enquanto processo que se desenvolve em uma base material, caracterizada através do uso das materialidades e das diferentes ações.

Os objetos são técnicos e devem ser compreendidos junto ao seu entorno, pois cada lugar se apropria do objeto de forma específica. Deste modo, o espaço é formado de objetos e os organiza e utiliza-os segundo uma lógica. Nesse contexto, na perspectiva de Milton Santos (2017, p. 63), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” Os objetos e as ações se misturam numa relação dinâmica e dialética. Os objetos se caracterizam por sua materialidade e viabilidade paisagística

e podem ser modificados ou produzidos a partir da ação do homem. São produtos construídos por relações sociais, ou por forças naturais e são carregados de valores simbólicos e funcionais. Já as ações são caracterizadas como as práticas desenvolvidas pelo homem, são reflexos de intencionalidades, sejam objetivas e/ou subjetivas.

A paisagem é compreendida enquanto “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança [...] como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (SANTOS, 1988, p. 21). A paisagem pode ser natural ou uma produção humana, é contínua no espaço-tempo, exprime um conjunto de crenças e ideias, também é transformada em cada período histórico, como mostra Santos (Ibid., p. 23) “uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos.” E indica a estrutura do espaço, este último é fruto das relações humanas, “cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas” (Ibid., p. 22). Na perspectiva do turismo, a paisagem se constitui enquanto um dos importantes elementos naturais e como um dos principais produtos da oferta turística.

O turismo se reproduz consumindo o espaço geográfico, por envolver os espaços emissores, de deslocamento e os receptores, introduzindo novos objetos para atender a demanda turística (CRUZ, 2003). Nesse sentido, o turismo sol e praia, entre outros segmentos turísticos que tem a natureza como *locus*, a transforma em um recurso, na qual são desenvolvidas práticas que abrangem variadas intencionalidades.

Compreende-se o turismo como um fenômeno socioespacial, que transforma o ambiente litorâneo em objeto com valor de uso, alterando sua forma, por meio da introdução de novos objetos no espaço. Igualmente modifica sua função, ao requalificar os objetos existentes dando-lhe novas funcionalidades, alterando sua estrutura por meio de ações contínuas em um mesmo espaço, ou seja, compreende-se o fenômeno turístico através da totalidade do espaço (SANTOS, M., 2017).

Segundo Dias e Aguiar (2002, p. 69), “os elementos básicos da categoria naturais incluem os corpos de água, as belezas naturais, o clima, a configuração física, a fauna e a flora.” Os elementos presentes na paisagem se tornam objetos, já que lhe são atribuídos valores de uso.

Na atualidade, há uma tendência de valorização dos ambientes naturais, como é o caso de praias paradisíacas, que muitas vezes tem sido acompanhada por uma ocupação predatória e por mudanças territoriais rápidas e intensas. Como mostra Silveira (2005, p. 04),

Neste cenário de preocupação com a qualidade ambiental dos espaços turísticos, o imaginário social que motiva uma parcela crescente das viagens, passa a ser fundado na (re)valorização daqueles espaços aonde a natureza está quase intocada, tal como é o caso dos parques com suas paisagens naturais, a flora e a fauna, o contato com a natureza, etc., ou dos espaços rurais com suas paisagens bucólicas e idílicas, identificadas com a paz, o silêncio, a tranquilidade, a vida saudável do campo, etc.

Tal contexto gera preocupações com esses ambientes, no qual o desenvolvimento do turismo e de atividades recreativas exercem grande pressão sobre a natureza, principalmente em ecossistema litorâneo, por se tratar de área de grande vulnerabilidade ambiental. Segundo Coriolano (2007), a natureza tem sido transformada em atrativo do turismo, tornando-se sua matéria prima básica, haja vista que a apropriação da natureza a transforma em recurso econômico a partir do uso.

Entende-se o turismo na concepção abordada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), como um conjunto de

[...] atividades de pessoas em viagem e sua permanência nos lugares fora da sua residência habitual por não mais do que um ano consecutivo por lazer, negócio e outros propósitos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no local visitado. (PANOSSO NETTO, 2013, p. 30).

A OMT considera dois tipos de viajantes: o turista e o excursionista. Os turistas “são os visitantes temporários que permanecem pelo menos 24 horas no país visitado, e cujo objetivo é lazer ou negócios, família, uma missão ou reunião.” Os excursionistas são “os visitantes temporários que permanecem menos de 24 horas no destino visitado e não pernoitam.” (DIAS; AGUIAR, 2002, p. 24). São abordados três critérios para classificar uma atividade como turística: o primeiro envolve o deslocamento para fora do seu lugar de residência, o segundo contempla o propósito da visita, que pode ser variado, desde que não seja remunerado no lugar visitado, e por último, a duração, que não pode ultrapassar um ano (PANOSSO NETTO, 2013).

Nessa perspectiva, considera-se a vilegiatura marítima como um fenômeno atual do turismo, desde que os veranistas não permaneçam por um período superior a um ano. Essa premissa é reforçada por Abrahão e Tomazzoni (2018), ao destacar que os impactos provocados pelos proprietários de segunda residência são similares aos desencadeados pelas diversas modalidades de turismo, como também, compartilha das mesmas necessidades.

Dessa forma, os produtos turísticos são pensados e construídos para atender as muitas necessidades das atividades de viagens e lazer. São compostos por elementos tangíveis, o produto em si, e intangíveis, a partir da percepção que o consumidor tem do produto (DIAS; AGUIAR, 2002). A oferta turística também carece de elementos artificiais, e os autores supracitados consideram três subdivisões principais dos atrativos artificiais: a primeira inclui

os aspectos históricos, culturais e religiosos, que compreendem as festas típicas, lugares históricos, exposições culturais, feiras de artesanatos, entre outros; a segunda, a infraestrutura, que é composto basicamente pelos meios de alimentação, alojamentos, agências de turismo, centros de informações, entre outros; e a terceira, as vias de acesso, que podem ser aquáticas, como barcos e navios, e as terrestres que agrupa basicamente, ônibus, trens, automóveis e aéreos, aviões, helicópteros.

Quanto à motivação para as viagens, Silveira (2005) mostra que as intencionalidades podem ser variadas, envolvem aspectos psicológicos, físicos, características objetivas e subjetivas, uma vez que se pautam em lugares diferentes do seu habitual e no desejo de evadir-se do seu espaço cotidiano.

Em termos de impactos do turismo, Cruz (2003) atenta para as dualidades, podendo o turismo afetar o meio ambiente de forma negativa ou de forma positiva,

Ele degrada irreversivelmente as maiores atrações que o justificaram e o atraíram, erodindo recursos naturais, quebrando a unidade e a escala da paisagem tradicionais e suas construções características, poluindo praias, destruindo florestas, degradação que pode ser limitada diante de um planejamento correto, embora nem todos os efeitos negativos sobre o meio tradicional possam ser evitados;

Ele protege o meio uma vez que estimula o interesse da população e autoridades locais para a apreciação do valor do ambiente e introduz medidas compreensíveis para sua proteção, gerenciamento e melhoria, financiados pelos rendimentos oriundos do próprio turismo. (CRUZ, 2003, p. 29).

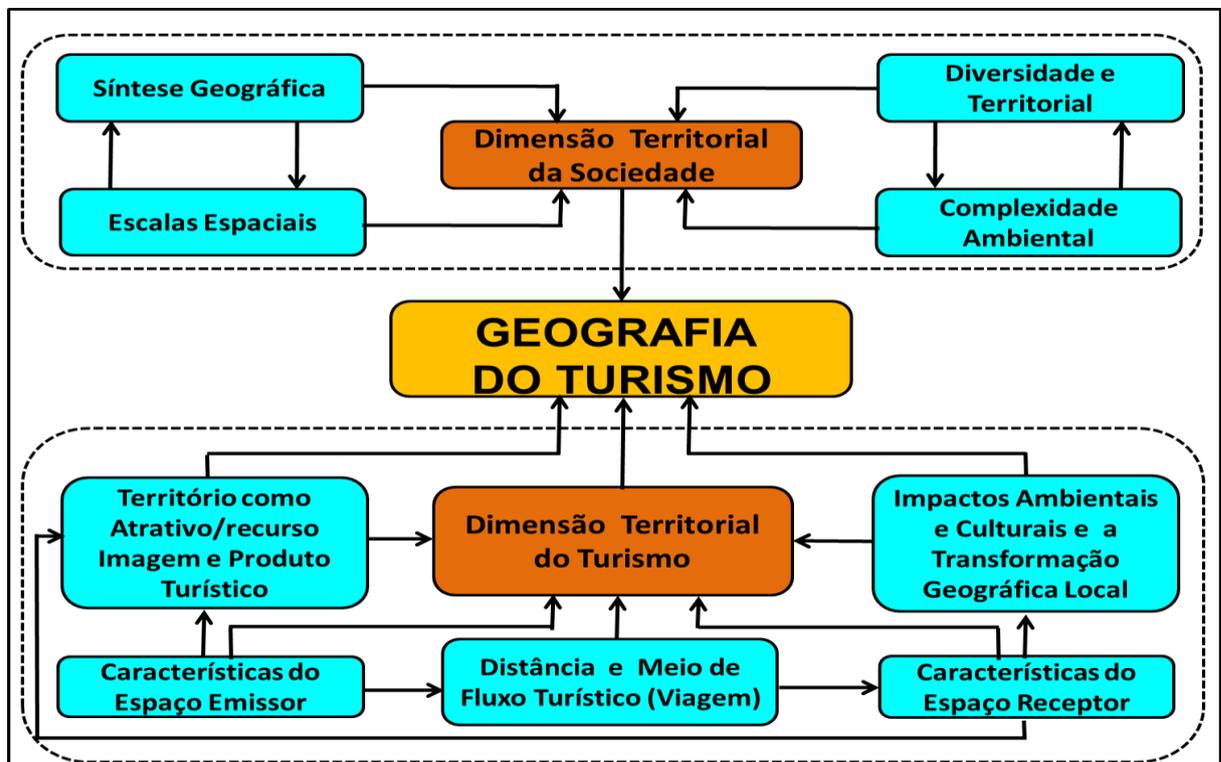
O espaço litorâneo apresenta biodiversidade e vulnerabilidade natural elevada, por se constituir um ambiente de transição entre ecossistemas aquáticos e terrestres, um valor social de prestígio representado principalmente pela atratividade da praia, e, igualmente, encontra um desenvolvimento de diversas atividades econômicas e de lazer que são acompanhadas de conflitos, degradação ambiental e intensificação das formas de uso e ocupação da orla marítima e de seus espaços adjacentes. No ambiente litorâneo brasileiro, segundo Madruga (1992) e Moraes (2007), o turismo é um dos principais vetores de ocupação territorial, o que justifica a importância de políticas territoriais de uso e ocupação do espaço para manter a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Na literatura especializada, vários autores contribuem para a análise dos impactos do turismo no litoral, e a partir das contribuições de Vasconcelos e Coriolano (2008), Diniz e Vasconcelos (2012) e Dias (2003) identificam-se os seguintes impactos: contraste arquitetônico entre as casas dos residentes e dos veranistas, diminuição ou extinção de práticas econômicas tradicionais, introdução de novos hábitos e costumes para as comunidades receptoras, ocasionando mudanças culturais, e problemas de natureza socioeconômica associados à

massificação da atividade e ao uso inadequado dos recursos, afetando inclusive sua viabilidade enquanto atividade econômica. Igualmente, podem ser introduzidos recursos nos centros receptores que resultam no aumento da dinâmica comercial e geração de emprego e renda para as comunidades tradicionais. Quanto ao fomento do Estado, impacta nas condições de vida das comunidades por meio de construção de infraestruturas, e oferta de serviços urbanos, a exemplo de abastecimento de água, luz, telefone, saneamento básico, entre outros.

Dentro do contexto de desenvolvimento turístico, a geografia do turismo busca compreender o caráter espacial desta atividade, que consome, transforma e produz o espaço geográfico. Como mostra Silva e Fonseca (2010, p. 02), “o turismo se reproduz consumindo o espaço, em virtude da necessidade irremediável do deslocamento entre as diferentes instâncias de sua reprodução: o polo emissor; os espaços de deslocamento e o polo receptor.” Assim, compreender as alterações espaciais e ambientais desencadeadas pelo turismo, em seus usos e práticas, torna-se fundamental. Levando-se em conta que o segmento se desenvolve por meio de um atrativo ou um produto turístico, podendo ser natural e/ou humano, que consome e modifica o espaço geográfico (Figura 4).

Figura 4 - Síntese da Geografia do Turismo



Organização: José Wellington Carvalho Vilar, 2018.

A viagem, um dos principais fatores que caracterizam o turismo envolve o espaço emissor, o de deslocamento e o receptor, transformados e/ou impactados de forma positiva ou negativa por meio do aumento de fluxo de pessoas, do uso dos recursos, de práticas turísticas e da introdução de infraestrutura pelo poder público ou pela iniciativa privada (PEARCE, 2003).

Os territórios emissores podem ser modificados a partir de infraestruturas relacionadas ao deslocamento, geração de empregos, agências de viagens, entre outros. Nos espaços de deslocamento também há presença de infraestrutura, como posto de abastecimento, equipamento de restauração, meios de hospedagem e tantos outros tipos de infraestruturas e de serviços. Na maioria dos casos, o espaço receptor vai ser modificado de forma mais intensa com a introdução de novos objetos no espaço e a apropriação de objetos preexistentes, dando novos significados para atender a demanda. Cabe ressaltar que a atividade turística vai se desenvolver envolvendo um conjunto de relações, em diferentes escalas territoriais (CRUZ, 2003). O caráter espacial, que aqui nos interessa mais de perto, implica nas modificações socioespaciais a partir do uso e das práticas turísticas no espaço receptor.

Diante da possibilidade de gerar recursos econômicos em curto prazo, são construídos projetos turísticos com ausência e/ou insuficiência de planejamento, muitas vezes sem considerar os danos a médio e longo prazo, o que pode acarretar degradação ambiental a partir de mudanças rápidas e intensas no destino turístico (CORIOLANO, 2007).

Considerando as modificações acarretadas pelo turismo no espaço receptor, o planejamento, a gestão e o ordenamento territorial tornam-se imprescindíveis, pois correspondem a instrumentos de desenvolvimento sustentável do turismo no litoral e de qualquer outra atividade econômica. A gestão do turismo de sol e praia se desenvolve por meio de instrumentos e medidas normativas, institucionais e legais e envolvem a legislação turística e políticas nacionais da zona costeira, da orla marítima, dos recursos hídricos, patrimoniais e ambientais (BRASIL, 2010). Os estados federados e os municípios estabelecem suas diretrizes a partir das normas gerais postas pela união, e a integração dessas políticas visa ao ordenamento territorial do espaço litorâneo, abarcando interesses econômicos, sociais e ambientais.

Nessa perspectiva, a participação governamental torna-se chave, a partir de uma série de iniciativas, como por exemplo, o fomento de infraestrutura, construção e aplicação de diretrizes e políticas públicas que subsidiem essa prática, considerando os aspectos funcionais do turismo e suas implicações socioambientais. As participações da iniciativa privada e da comunidade local também são de suma importância para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, pois as práticas e os usos territoriais precisam ser socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente duradouras (BRASIL, 2013).

Nesse viés, é na década de 1990 que o turismo passa a ser visto como uma atividade econômica que impulsiona o processo de desenvolvimento regional e local no Brasil. Dantas e Alves (2016) mostram que o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) foi o primeiro documento a apontar o turismo enquanto atividade potencializadora de desenvolvimento regional, e assim, foi considerado um importante instrumento de combate às desigualdades regionais. Cruz (2005) ressalta ainda que o processo de planejamento culmina a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo.

O modelo atual de gestão adotado pelo Ministério do Turismo é descentralizado, formado por canais de interlocução a partir de instâncias de governança representada pelo poder público, setor privado, associações e sociedade civil organizada (BRASIL, 2013). Affonso (2000, p. 130) mostra que a descentralização é entendida como forma de “redistribuir recursos, espaços de decisão, competências, atribuição de responsabilidades, enfim, poder político-econômico, em cada formação econômica social específica.” O processo de descentralização vai ocorrer na América Latina a partir da década de 1980, na busca de maior eficiência na atuação do Estado, com aumento das concorrências entre os estados federados, e por causa da crise fiscal e de problemas de governabilidade. No Brasil, a heterogeneidade socioeconômica se constitui em um entrave para o desenvolvimento regional, e por isso o governo desenvolve as descentralizações fiscais no intuito de equiparar as disparidades regionais.

Em âmbito Federal, o governo desenvolve várias políticas para ampliar esse setor, como por exemplo, a Política Nacional de Turismo (1996-1999), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) de 2002, e o Plano Nacional de Turismo (PNT), o primeiro, de 2003 a 2007, o segundo, de 2007 a 2010, e o terceiro, de 2013 a 2016. Ademais, deve-se destacar o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE I e II), iniciado nos anos noventa, e o lançamento do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) em 2013.

Nesse contexto, a Região Nordeste ganha ênfase, os governos estaduais elaboram individualmente suas políticas e captam recursos junto aos órgãos de fomento (DANTAS; ALVES, 2016), com o objetivo de transformar a região em um forte polo turístico, privilegiando o litoral, as praias e as orlas marítimas. Em outros termos, valoriza-se o modelo turístico de sol e praia em suas variadas vertentes. Nesse contexto, foram criadas estratégias de fortalecimento dos instrumentos públicos de fomento, como a criação do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), as linhas específicas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a elaboração de contrato entre Governo Federal e o Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID) com vistas ao financiamento do PRODETUR I e II (CRUZ, 2005).

A construção do PRODETUR/NE I envolveu princípios fundados na sustentabilidade, na governança e no planejamento participativo e estratégico. Foi implantado em 1994 com objetivo de fomentar estruturas adequadas para o desenvolvimento sustentável do turismo no Nordeste, com especial interesse no segmento de sol e praia. Segundo o Banco do Nordeste do Brasil (2005), foi dado foco a investimentos nas seguintes diretrizes: elaboração de estudos e projetos para ampliar e diversificar o turismo na região; desenvolvimento institucional; infraestrutura de saneamento básico; proteção e recuperação ambiental; melhorias nas vias de transporte; instalação e/ou ampliação de aeroportos; e recuperação de patrimônio histórico.

O PRODETUR/NE II inicia-se em 2007 a fim de fortalecer a gestão municipal, executar planejamento turístico, treinamento e infraestrutura e fomentar o setor privado. Como forma de fortalecimento de gestão municipal foram criados dezesseis projetos, entre os quais foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de dois Polos de Alagoas: Polo Costa dos Corais e do Polo Lagoas e Mares do Sul (ALAGOAS, 2010; 2011).

Como ressaltado, a gestão do turismo em ambientes costeiros envolve várias instâncias. Nesse sentido, os instrumentos e programas de gerenciamento costeiro visam ao ordenamento do território, e tem papel fundamental no desenvolvimento do turismo sustentável.

1.4 Do ordenamento territorial aos instrumentos de gestão do litoral

O ordenamento territorial se mostra como uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável, que implica no equilíbrio econômico e social aliado à qualidade de vida. Como mostram Gómez Orea e Gómez Villarino (2012, p. 36), “el término sostenible identifica un tipo de desarrollo sensato, basado en el equilibrio de las tres dimensiones que lo forman: económica, social y ambiental, y orientado a la calidad de vida³.” Segundo os referidos autores,

ordenar el territorio significa identificar, distribuir, organizar y regular las actividades humanas que permiten el desarrollo en ese territorio de acuerdo con ciertos criterios y prioridades, de tal forma que se configure un sistema territorial armónico, funcional, bello, eficiente, que proporcione un marco en el que la población pueda disponer de una alta calidad de vida⁴. (GÓMEZ OREA; GÓMEZ VILLARINO, 2012, p. 36).

³ O termo sustentável identifica um tipo de desenvolvimento sensato, baseado no equilíbrio das três dimensões que o formam: econômico, social e ambiental, e orientado para a qualidade de vida.

⁴ Ordenar o território significa identificar, distribuir, organizar e regular as atividades humanas que permitem o desenvolvimento nesse território de acordo com determinados critérios e prioridades, de tal forma que seja

Os referidos autores salientam a importância de ordenar as atividades humanas de acordo com as particularidades e suporte do território, e para isso, é preciso fazer estudos aprofundados do território que será ordenado e estabelecer critérios e prioridades, com vistas à qualidade de vida. Esse processo implica em três questões centrais: o que fazer?; Onde fazê-lo?; e como fazer?.

Gómez Orea e Gómez Villarino (2012, p. 33) defendem que ordenar significava colocar tudo em seu lugar, e as atividades humanas precisam ser ordenadas em um território. Assim, “la ordenación territorial se entiende como una forma de planificar el sistema territorial y de gestionar la aplicación de los planes para avanzar hacia el sistema territorial objetivo a largo plazo⁵”. Melo (2010, p. 221) reforça a premissa de conhecer o sistema territorial que será ordenado. Assim, para a autora, o objetivo central do ordenamento territorial é “a correta e eficaz utilização do território, de acordo com as suas potencialidades e limitações, conferindo uma intencionalidade ao espaço e possibilitando ao Estado exercer maior controle sobre as atividades desenvolvidas.”

O ordenamento do território implica em três fases complementares e interativas: 1) análise e diagnóstico, que consiste na análise do sistema territorial; 2) planejamento, que versa na elaboração dos planos e na definição do modelo territorial futuro; 3) e gestão territorial, que envolve a configuração das etapas do plano (FONSECA *et al.*, 2010). É a partir da análise e do diagnóstico de cada território que se compreende suas particularidades e são pensados os planos e instrumentos que irão gerir esses espaços. A gestão é de suma importância para que o ordenamento territorial se efetive.

No contexto das políticas de ordenamento territorial, considerando a importância do espaço litorâneo, em uma escala mundial, Barragán Muñoz (2014) mostra que cerca de 4% a 15% da superfície terrestre, com extensão territorial de 1.634.701 km. Espaço considerado relativamente pequeno e de grande importância ecológica, social e econômica, contribui com 25% da produção biológica primária, 1% da produção econômica mundial, 38% do valor total dos serviços de todos os ecossistemas do mundo e 85% da frota pesqueira do mundo. Nesses ambientes estão presentes os ecossistemas mais produtivos e biodiversos do planeta, como os recifes de corais e os manguezais. Outro fator relevante é a concentração populacional, onde

configurado um sistema territorial harmonioso, funcional, belo e eficiente... que forneça um quadro em que a população pode ter uma alta qualidade de vida.

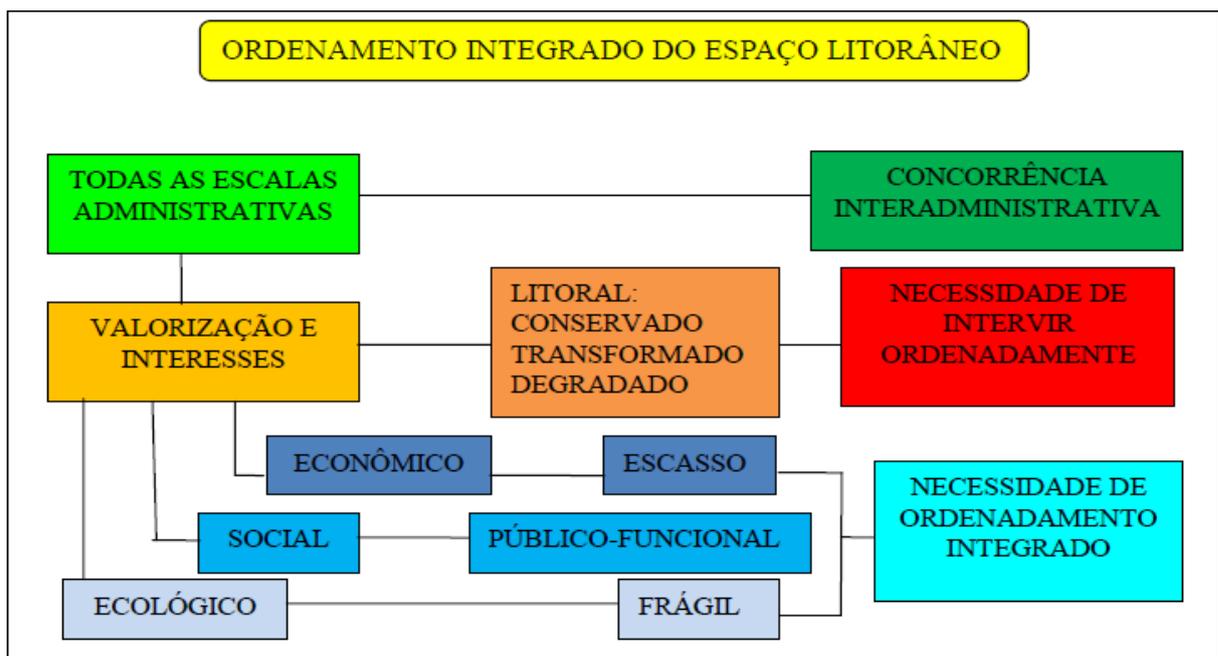
⁵ O planejamento territorial é entendido como uma forma de planejar o sistema territorial e gerenciar a aplicação dos planos para avançar em direção ao sistema territorial objetivo de longo prazo.

mais de 40% da população mundial aí residem. Caracteriza-se também como o espaço que mais sofre transformações no planeta e incorpora elevado valor social, econômico e cultural nos dias atuais.

Com a valorização do espaço litorâneo, em uma escala nacional, em termos populacionais, segundo dados do último censo (2010), 26,6% da população brasileira moram em municípios da zona costeira, correspondendo a 50,7 milhões de habitantes. Além da crescente urbanização em um espaço relativamente pequeno, o litoral brasileiro se caracteriza por diversas atividades econômicas e variados tipos de uso, o que pode acarretar o desenvolvimento de conflitos territoriais e ao mesmo tempo, valorização social.

No Brasil, a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) visa ampliar e organizar as ações do Estado, articulando políticas de ordenamento territorial e políticas de desenvolvimento regional. Segundo Melo (2010), a política de ordenamento territorial contempla aspectos coerentes com a realidade social, visto que buscam diminuir as desigualdades socioespaciais; aumentar o nível de democratização e representatividade dos espaços políticos, a partir da descentralização do poder e da participação popular; fomentar o comprometimento público do resgate, fortalecimento e respeito às múltiplas identidades culturais territoriais; e realizar integrações multiescalar e multiterritorial dos diferentes lugares (Figura 5).

Figura 5 - Ordenamento territorial integrado do espaço litorâneo



Fonte: Barragán Muñoz, 1994, *apud*, Carla Norma dos Santos, 2017.

Assim, o ordenamento territorial se caracteriza como um instrumento democrático, por envolver a comunidade local nas tomadas de decisões sobre o território, buscando integrar os interesses econômicos, sociais e ecológicos, como forma de promover o desenvolvimento social e econômico regional e/ou local. Mas, para isso, carece de uma articulação nas escalas administrativas para implementação de instrumentos de planejamentos que ordenem as diferentes formas de usos do território e as atividades econômicas (SANTOS, C., 2017).

Nesse contexto, as características de multiuso e vulnerabilidade da orla marítima a torna propícia para o desenvolvimento de conflitos. O conflito se desenvolve a partir de interesses divergentes que disputam o controle sobre o recurso natural. Constitui-se uma arena entre interesses coletivos e privados, como também, entre a tentativa de controle do espaço público pelo poder privado, desenvolvendo questões de interesses distintos em torno da utilização do recurso natural e do próprio território. Compreende-se o território material, imaterial, relacional e integrador. Para compreensão das políticas territoriais de ordenamento, compreende-se o conceito de território a partir dos aspectos culturais e econômicos em diferentes escalas.

Assim, para Raffestin (1993), o território só existe a partir das relações de poder, este último está nas relações do cotidiano. Ao enfatizar o sentido relacional do território, o referido autor mostra que as relações se desenvolvem de forma complexa, pois se descrevem primeiro as relações bilaterais, no entanto, essas relações são multilaterais. Assim, o território é reflexo da ação do poder público e do conjunto das relações sociais de poder, seja econômica, política ou cultural, tornando-se multidimensional, relações que se desenvolve dentro de um espaço físico.

Em outro enfoque, Souza (2015), mostra que as relações sociais de poder e a dimensão política, social e econômica definem o conceito de território. Na concepção do autor, o território não é somente o substrato material, porque na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar. O poder não é heterônomo, o território e territorialidade também não são, assim, existem território e territorialidade nas diferentes escalas.

Assim, a territorialidade vai efetivar-se em diferentes escalas e tempo “através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente” (SAQUET, 2009, p. 87). A territorialidade vai ser concretizada a partir da organização política e do planejamento, assim, é um fenômeno social que envolve pessoas do mesmo grupo e grupos distintos, em um processo de continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço. “As territorialidades estão intimamente ligadas a cada

lugar: elas dão lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar” (Ibid., p. 88).

Nesse sentido, a lógica desenvolvimentista, de cunho eminentemente capitalista, faz prevalecer uns espaços sobre os outros, criando uma problemática de uso e apropriação territorial, configurando as arenas entre interesses econômicos e sociais. Para Porto e Milanez (2009), a intensificação dos conflitos socioambientais no Brasil decorre de uma visão restrita de desenvolvimento, pautada na produção e no consumo exacerbado. Pois o modelo de desenvolvimento não respeita o meio social e ecológico, e por isso se apropria e explora os recursos naturais de forma desordenada, causando expropriação e exclusão e configurando as arenas de conflitos.

No Brasil embora tenham ocorrido várias tentativas de construção de um plano de gestão para o gerenciamento costeiro, é com a promulgação da constituição de 1988, que declarou a zona costeira como Patrimônio Nacional, que essa questão se concretiza (GOMES JÚNIOR, 2013). O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) foi instituído pela Lei 7.661, de 16 de maio de 1988, como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

O PNGC visa orientar a utilização nacional dos recursos da zona costeira com base nas políticas de ordenamento territorial, prevê o zoneamento de uso e atividades da zona costeira e dá prioridade à conservação e proteção ambiental. Entre os objetivos do PNGC está à promoção do ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, a implantação de uma gestão descentralizada e participativa e o diagnóstico da qualidade ambiental.

Para tanto, o PNGC estabelece sete instrumentos de gestão, a saber: o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), que visa implementar a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro com base no PNGC, abarcando a definição das responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução; o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC), que implementa a Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, deixando explícito o desdobramento do PNGC e do PEGC; o Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO) compõe o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente; o Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira (SMA-ZC) compõe a estrutura operacional de coleta de dados e informações, sendo o suporte para os Planos de Gestão; o Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira (RQA-ZC) versa sobre os resultados produzidos pelo monitoramento ambiental e na avaliação das ações desenvolvidas pela gestão; o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC), instrumento fundamental para o

ordenamento territorial da zona costeira, deve ser elaborado em consonância com a diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional; e o Plano de Gestão da Zona costeira (PGZC) que pode ser aplicado nas diferentes escalas de atuação e envolve a formulação de um conjunto de ações para execução do gerenciamento costeiro.

Em termos de gestão costeira, o Artigo 14 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, autoriza a transferência de gestão das praias marítimas urbanas, estabelecendo uma gestão compartilhada entre a União, Estado e o município. Este último, assina o termo de adesão que será analisado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), e, igualmente, são estabelecidos critérios de garantia da equidade socioambiental das praias, como o uso e ocupação de acordo com o suporte do meio físico, ou seja, estabelecendo os critérios de ordenamento territorial e turístico desses espaços.

Outro instrumento de ordenamento territorial do litoral que tem implicação jurídica é o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), regulamentado pelo Decreto nº 5.300, de 2004, que tem o prazo de três anos para sua execução, após assinatura do termo de adesão. O Projeto Orla é executado pela ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Planejamento e busca uma integração entre as políticas ambientais e patrimoniais visando o ordenamento do uso e ocupação da orla marítima (MMA, 2006). Assim, a gestão turística integra as políticas de turismo e as diretrizes de uso e ocupação da orla marítima.

Como forma de estabelecer instrumentos de ordenamento territorial do litoral, Moraes (2007) classifica a orla a partir de duas características: físicas e de acordo com os tipos de urbanização. As classificações das orlas são fundamentais para o planejamento e gestão desse espaço. Conforme a legislação vigente, para efetivação do ordenamento territorial da orla marítima é preciso construir o Plano de Gestão Integrada (PGI). Sua elaboração e implementação depende da articulação entre o Estado e a União para capacitar os gestores municipais. Mas é atribuição do poder municipal elaborar e executar o Plano.

Na primeira classificação das orlas, destacam-se as formas de acordo com os aspectos físicos geográficos, enfatizando sua sensibilidade natural e níveis de vulnerabilidade natural. Seguindo esse critério foram elencadas três tipologias: orla abrigada, orla exposta e orla semiabrigada (Quadro 1).

Quadro 1 - Definição de orla seguindo critérios físicos geográficos

Tipo de orla	Características
--------------	-----------------

Orla abrigada	Ambiente litorâneo constituído por golfos, baías, enseadas, estuários ou praias protegidas da incidência direta de ondas, com taxa de circulação restrita e, conseqüentemente, baixa taxa de renovação da água.
Orla exposta	Ambiente litorâneo constituído por costões rochosos ou praias oceânicas, com elevada taxa de circulação e renovação de água. Geralmente caracterizada por praias abertas, com zona de arrebentação bem desenvolvida e presença frequente de sistemas de dunas frontais.
Orla semiabrigada	Apresenta características intermediárias entre as áreas expostas e abrigadas. O sistema tem similaridade com o de praias protegidas, porém o tamanho ou orientação da praia permite alguma ação hidrodinâmica periódica relacionada com fenômenos meteorológicos e/ou oceanográficos.

Fonte: MMA (2006, p. 32-33). **Adaptação:** Jucileide da Silva Sobreira.

Na segunda classificação, a tipologia segue critérios a partir do nível de ocupação territorial, fornecendo indicativos de condições socioeconômicas. Dentro desta delimitação foram elencados quatro tipos de orlas: não urbanizada, em processo de urbanização, com urbanização consolidada e de interesse especial (Quadro 2).

Quadro 2 - Tipos de orla segundo critérios de ocupação humana

Tipo de orla	Características
Orla não urbanizada	Refere-se às áreas de baixíssima ocupação, contendo paisagens com alto grau de originalidade natural e com baixo potencial de poluição sanitária e estética, geralmente associadas às atividades rurais.
Orla em processo de urbanização	Refere-se às áreas de baixo ou médio adensamento de construções e população, apresentando indícios de ocupação recente ou em processo de ocupação atual. São áreas com paisagens parcialmente antropizadas, em processo de mudança cultural, podendo ocorrer atividades rurais remanescentes, e com médio potencial de poluição sanitária e estética.
Orla com urbanização consolidada	Refere-se às áreas de médio a alto adensamento de construções e população, apresentando paisagens altamente antropizadas, com uma multiplicidade de usos e um alto potencial de poluição sanitária e estética. Trata-se da orla claramente cidadina, que varia de acordo com os níveis da hierarquia urbana.
	Refere-se aos espaços destinados aos usos específicos definidos institucionalmente em categorias especiais, podendo-se incluir nesse tipo

Orla de interesse especial	áreas militares, de tráfego aquaviário, com equipamentos geradores de energia, de unidades de conservação, áreas tombadas ou de reservas indígenas, comunidades tradicionais e remanescentes de quilombos.
----------------------------	--

Fonte: MMA (2006, p. 33-34). **Adaptação:** Jucileide da Silva Sobreira.

Essas classificações e suas respectivas características se constituem uma importante ferramenta para a gestão e permitem entender o cenário socioambiental para o planejamento e gestão da orla marítima para o ordenamento territorial turístico.

1.5 Metodologia

O desenvolvimento do turismo como um todo e especificamente no segmento de sol e praia e de segunda residência se manifesta de forma processual por meio de influências externas modificando as relações dos sujeitos com o mar. Nesse contexto, busca-se compreender a relação sociedade e natureza a partir da totalidade do espaço e a partir da historicidade, porque as mudanças do homem com o meio não podem ser compreendidas de forma isolada. Desse modo, considera-se a abordagem qualitativa mais adequada para compreender o fenômeno turístico. Utilizou-se também de dados quantitativos. A abordagem quantitativa consiste na utilização de dados que podem ser quantificados, ou seja, dados numéricos.

A abordagem qualitativa é, segundo Oliveira (2012, p. 37), “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação.” Essa abordagem é fundamental para análise dos fenômenos sociais, pois possibilita a apreensão dos elementos subjetivos do fenômeno estudado.

A análise do fenômeno turístico foi realizada em dois povoados do município de Coruripe, Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau. Procurou-se analisar os usos e as práticas turísticas desenvolvida nas orlas dos dois povoados. Para tanto, levou-se em conta que o turismo atualmente é visto como um importante vetor de desenvolvimento local. No entanto, seu desenvolvimento tem sempre um caráter dual, podendo destruir e modificar paisagens para atender a demanda do capital, afastar a população local criando enclaves espaciais e inviabilizando acessos de pessoas a segmentos públicos.

A presente pesquisa se caracteriza enquanto exploratória e explicativa. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa exploratória caracteriza-se pela formulação de questões

ou de um problema. E a pesquisa explicativa busca, segundo Gil (2002, p. 42), “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.” Essa abordagem possui flexibilidade quanto ao procedimento de coleta de dados.

Como delineamento de pesquisa, trata-se de estudo de caso. Yin (2001) define o estudo de caso enquanto uma investigação empírica, que busca compreender um fenômeno contemporâneo em seu contexto real. Para tanto, este tipo de pesquisa baseia-se em várias fontes de evidências, a saber: protocolo de estudo; preparação prévia para o campo; e desenvolvimento prévio de preposições teóricas. Prodanov e Freitas (2013, p. 60) complementam:

É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetivação, originalidade e coerência.

Este tipo de pesquisa envolve o estudo profundo e exaustivo de um objeto, seja de um grupo, instituição, um evento, entre outros, desde que permita o seu estudo amplo e detalhado. A presente pesquisa busca analisar duas comunidades, caracterizando-se na perspectiva de Yin (2001) enquanto casos múltiplos.

O protocolo de estudo tem como objetivo conduzir o pesquisador no desenvolvimento da pesquisa, pois desenvolve-se no protocolo os instrumentos de coletas e análise dos dados, os procedimentos e as regras gerais que irão conduzir a pesquisa e tem como premissa aumentar a confiabilidade da pesquisa. Assim, o protocolo de estudo abrange: 1. Visão geral do estudo de caso; 2. Procedimento de campo; e o 3. Guia para o relatório do estudo de caso (Quadro 3).

Quadro 3 - Protocolo de estudo

Visão geral do estudo de caso
Objetivos
Objetivo Geral:
Analisar o uso e as práticas turísticas desenvolvidas nas orlas de Coruripe/AL e suas respectivas consequências socioambientais.
Objetivos específicos:
Caracterizar os aspectos socioeconômicos da orla marítima de Coruripe;
Compreender o processo de turistificação das duas orlas de Coruripe;

Identificar o impacto do desenvolvimento das práticas turísticas na comunidade local; Compreender o fomento das políticas municipais para o desenvolvimento do turismo no município.

Questões

Quais os fatores que contribuíram para o desenvolvimento do turismo de segunda residência nos dois povoados e suas respectivas consequências?; quais os sujeitos envolvidos na dinâmica turística?; quais as políticas que garantem o uso sustentável desses espaços, para que o turismo de sol e praia não impacte de forma irreversível o meio socioambiental?.

Leituras importantes dos conceitos fundamentais para o estudo

Espaço geográfico e turismo, orla marítima e ordenamento territorial.

Procedimento de campo

Fontes gerais de informações

Dados primários:

- 1) Observação simples com auxílio de caderno de campo e registro fotográfico;
- 2) Entrevistas com sujeitos e agentes chaves – representantes das Associações de Moradores, da Colônia de Pescadores e das Artesãs. Entrevistas com agentes públicos – representantes de duas Secretarias: Turismo e Meio Ambiente;
- 3) Escolha dos demais sujeitos sociais e teste de aplicabilidade;
- 4) Realização das entrevistas com os demais sujeitos sociais.

Guia para o relatório do estudo de caso

Informações bibliográficas e outras documentações

Para compreender e analisar os usos e práticas turísticas na orla marítima e suas consequências socioambientais debruçou-se sobre as seguintes obras: Madruga (1992); Dantas (2010); Corbin (1989); Boyer (2003); Barragán Muñoz (2014); Leis Federais; Cruz (2003; 2005); Milton Santos (2017; 2004;1988); Coriolano (2007); Panosso Neto (2013); Dias e Aguiar (2002); Gómez Orea e Gómez Villarino (2012); Plano Diretor de Coruripe/AL.

Procedimento para análise dos dados

Transcrição das evidências + análise das evidências articulando com os referenciais teóricos.

A preparação prévia para o campo teve início com a escolha dos órgãos públicas e entrevistados chaves da comunidade. A princípio, foram selecionados dois agentes que representaram a gestão das Secretarias de Turismo e Meio Ambiente, e representantes das Associações de Moradores, da Colônia de Pescadores e das Artesãs. Assim como, se estabeleceu uma agenda para a coleta de dados com os demais sujeitos que representam a comunidade local.

Para o desenvolvimento do constructo teórico foram utilizadas pesquisas bibliográficas. A revisão bibliográfica versa sobre consultas realizadas em livros, artigos, teses, dissertações, entre outros. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 158), este tipo de pesquisa consiste em

um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

Foram identificados dois trabalhos realizados no Pontal de Coruripe, o primeiro de Paiva (2010) intitulada “Resposta local ao turismo: resiliência cultural e desenvolvimento local no povoado do Pontal de Coruripe” no qual objetivou-se analisar a percepção e a resposta da comunidade local do referido povoado relacionado ao desenvolvimento do lugar, e analisar como se deu a inserção do turismo e suas implicações. E o trabalho desenvolvido por Silva (2016), intitulado “Ciclo de vida da área turística: o caso do Pontal de Coruripe-AL”, que buscou compreender como e quando o Pontal de Coruripe surgiu como lugar turístico, como se desenvolveu ao longo do tempo e quais foram os principais fatores interventores.

E como procedimento de coleta de dados utilizou-se análise documental e pesquisa de campo. Para análise documental, Poupard *et al.* (2008) salienta que o pesquisador precisa se atentar para a credibilidade e representatividade do documento, como também compreender adequadamente o seu contexto. O objetivo da consulta a documentos foi identificar diretrizes de uso e ocupação do solo, monitoramento de áreas costeiras e políticas públicas que contribuem e/ou contribuíram para o desenvolvimento do turismo na orla marítima de Coruripe. Assim, utilizou-se o Plano Diretor do referido município, instituído pela Lei 1.276, de 03 de fevereiro de 2014, considerado o principal instrumento da política de ordenamento territorial urbano, que tem como objetivo orientar a atuação do poder público municipal e a iniciativa privada com relação ao futuro da cidade.

A pesquisa de campo foi realizada em quatro momentos. A primeira etapa consistiu na observação simples para identificar os sujeitos sociais que produzem o território turístico a

partir dos usos e das práticas turísticas na orla marítima. Para tanto, buscou-se identificar os elementos artificiais na área de estudo, como também os elementos naturais e os sujeitos sociais envolvidos.

A primeira etapa possibilitou identificar os usos e as práticas turísticas desenvolvidas nos locais estudados. Além da observação simples, utilizou-se de registro fotográfico, caderno de campo e a metodologia proposta no Projeto Orla que visa à realização do diagnóstico paisagístico e socioeconômico de orlas marítimas.

A metodologia proposta no referido projeto leva em conta aspectos físicos para caracterizar as orlas como abrigada, exposta e semiabrigada. Ademais, considera critérios de nível de ocupação territorial, que fornece indicativos de condições socioeconômicas, agrupando as orlas em não urbanizadas, em processo de urbanização e com urbanização consolidada (MMA, 2006).

A segunda etapa de campo teve como foco realizar entrevistas com os sujeitos e agentes públicos chaves. A entrevista com os sujeitos representantes das associações buscou identificar a participação efetiva da gestão nos assuntos comunitários voltados para o ordenamento territorial, turismo e meio ambiente.

Buscou-se identificar junto aos agentes públicos, representante da Secretaria de Turismo (Apêndice C), os locais que apresentam maior fluxo de turistas em Coruripe; o impacto das políticas turísticas recentes no município; as ações que a prefeitura vem realizando para fortalecer o turismo em Coruripe; e o contexto atual do turismo no município.

Já com a Secretaria de Meio Ambiente (Apêndice D), buscou-se identificar os instrumentos de Gerenciamento Costeiro que o município aplica na gestão da orla; o funcionamento da gestão e fiscalização ambiental municipal na orla; o funcionamento da limpeza; as ações desenvolvidas pela prefeitura para prevenir ou sanar impactos ambientais, principalmente os decorrentes de descarte de lixo, e as ações para prevenir ou mitigar impactos ambientais, resultantes das construções nas orlas, com objetivo de compreender as políticas municipais de gestão do turismo de sol e praia.

A terceira etapa de campo consistiu no teste de aplicabilidade das entrevistas com os sujeitos sociais, para posteriormente se efetivar o quarto momento, as entrevistas. Severino (2007, p. 124) mostra que a entrevista é uma “técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado.” Minayo (1992) salienta a importância de a amostra de dados qualitativos abrangerem as múltiplas dimensões do problema a ser

pesquisado. Buscou-se entrevistar os diferentes sujeitos que compõem a dinâmica da orla marítima.

Nesse sentido, foi delineada a amostra de acordo com a abordagem proposta por Turato (2003, p. 366), segundo o qual os sujeitos da amostragem devem ser “incluídos e reunidos pelo critério da homogeneidade fundamental; amostra fechada no número de tipos de informantes, segundo características variadas eleitas deliberadamente pelo pesquisador.”

Foi considerado enquanto critério de homogeneidade, sujeitos adultos que residem a mais de vinte anos nos dois povoados pesquisados – Pontal de Coruripe, Lagoa do Pau. Os tipos de informantes seguem critérios de diferentes atividades econômicas desenvolvidas nas orlas dos povoados, a saber: pescadores(as), artesãs, vendedores ambulantes, coletador de coco, proprietários de meios de hospedagem e meios de alimentação e funcionário(a) público(a); o quantitativo foi deliberado por saturação, ou seja, “o pesquisador fecha o grupo quando, após as informações coletadas com certo número de sujeitos, novas entrevistas passam a apresentar uma quantidade de repetições em seu conteúdo” (TURATO, 2003, p. 363). O quarto momento de trabalho de campo efetivou-se a partir da realização das entrevistas com os sujeitos, dispostos no Quadro 4.

Quadro 4 - Distribuição dos entrevistados na Lagoa do Pau e no Pontal de Coruripe

Profissão/Atividade		Lagoa do Pau	Pontal de Coruripe	Total
Sujeitos da comunidade local	Artesãs	3	6	9
	Pescadores	4	6	10
	Vendedores ambulantes	4	3	7
	Coletador de coco	3	3	6
	Representante da Associação dos moradores	1	3	4
	Presidente da Colônia dos Pescadores	1		1
	Donos de pousadas	7	4	11
	Bar/restaurante	5	2	7
	Funcionário(a) público(a)	2	3	5
Turistas		13	15	28
Agentes públicos	Secretaria de Turismo	1		1
	Secretaria de Meio Ambiente	1		1
Total				90

Elaboração: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

As entrevistas com os sujeitos sociais ocorreram em período de verão e foram dispostos da seguinte forma: as artesãs, pescadores, coletadores de coco, proprietários dos meios de

hospedagem e meios de alimentação e funcionários(as) públicos(as) foram entrevistados em dias da semana de acordo com a disponibilidade de cada um. Os turistas, veranistas e vendedores ambulantes foram entrevistados aos finais de semanas e feriados.

As entrevistas tiveram como foco compreender o processo de turistificação das orlas, por meio de representantes pioneiros do setor privado (Apêndice E e F), veranistas que fixaram residências no local. Como também, obter dados quantitativos da oferta dos serviços receptivos, verificar o impacto econômico na comunidade e as motivações para abertura do estabelecimento.

Ademais, as entrevistas com os sujeitos que representam a comunidade local buscaram identificar os seguintes aspectos: antecedentes históricos; mudanças estruturais e simbólicas nos locais de estudo resultantes de práticas turísticas e ações desenvolvidas pelos órgãos competentes para prevenir e/ou sanar danos ao meio socioambiental (Apêndice A).

Já as entrevistas com os turistas (Apêndice B) buscaram identificar o perfil; as motivações; o gasto médio na viagem; os aspectos positivos e negativos do turismo na orla marítima; e as mudanças no espaço, a partir de veranistas ou turistas que frequentam as praias há muitos anos.

A análise dos dados buscou realizar a transcrição fidedigna das evidências coletadas, através da observação e entrevistas, e posteriormente realizou-se uma análise dos dados coletados articulados com os referenciais teóricos.

CAPÍTULO 2

2. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E CONFIGURAÇÃO GEOGRÁFICA ATUAL DE CORURIFE/AL

No presente capítulo busca-se compreender o processo de ocupação territorial de Coruripe através de marcos históricos que se remetem ao período colonial e influenciaram na construção territorial do município. Como também, por meio das duas principais bases econômicas que se desenvolveram no estado de Alagoas, a pecuária e a monocultura da cana-de-açúcar, que deu origem aos três primeiros núcleos de povoamento no litoral alagoano: Marechal Deodoro, Porto Calvo e Penedo. Neste último se desenvolveu a freguesia do Poxim, que deu início a construção territorial de Coruripe. Sintetiza-se algumas das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado em parceria com o Governo Federal e instituições privadas para alavancar o turismo em Alagoas, com recorte temporal da década de 1970 a 2000. Ressalta-se também os atributos turístico do município no contexto do litoral alagoano. E por último, caracteriza-se os aspectos socioeconômicos da orla marítima de Coruripe, elaborando um diagnóstico socioambiental das duas orlas estudadas, destacando os aspectos ambientais e sociais.

2.1 Aspectos históricos de Coruripe: processo de ocupação territorial

A história da ocupação territorial de Coruripe associa-se ao período de colonização do Brasil e suas bases atrelam-se as mesmas da construção territorial do estado de Alagoas, com forte influência da monocultura da cana-de-açúcar.

Inicialmente cabe destacar três marcos históricos que influenciam o *marketing* turístico do município e, igualmente, estão integrados à construção territorial do lugar: o Pontal de Coruripe como o possível ancadouro da esquadra portuguesa, e os dois naufrágios nos recifes ao Sul do rio Coruripe, o primeiro que caracterizou o nome dos recifes (Baixios de Dom Rodrigo) com o Dom Rodrigo de Acuanã e o segundo com o primeiro bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha.

O primeiro remete ao período de descobrimento do Brasil, mas a versão histórica disseminada em Alagoas diverge da historiografia oficial do país, no qual se atribui o local avistado por Cabral ao estado da Bahia. Para Brandão (1909, p. 03), “as primeiras terras então avistadas, aos 10° de latitude, foram as de Alagoas, entre Jequiá e Coruripe”, tese defendida

também pelo historiador Jaime de Altavila (VERAS FILHO, 1991; LEMOS, 1999) reforçada a partir dos relatos de Alexander Von Humboldt e com a carta de Pero Vaz de Caminha. Este último descreve ter passado por um rio e por uma lagoa grande de água doce, e Altavila indica que o local atribuído atualmente não possui lagoas de águas doces. O historiador acredita que o rio descrito é o Coruripe, e a lagoa pode ser a do rio Poxim ou a lagoa de Jequiá. Assim, o historiador atribui a enseada do Pontal de Coruripe como sendo o possível ancoradouro da esquadra portuguesa.

Sabe-se que após o descobrimento, o Brasil não parecia atrativo para os portugueses e se passou longo período para que a colonização se efetivasse. Nesse momento, a presença de franceses na Costa brasileira era frequente (MORAES, 2001). Em Alagoas, tem-se registro que a exploração e comércio do pau-brasil e outras madeiras da região se iniciaram pelos franceses e espanhóis juntamente com os índios. A enciclopédia de Alagoas reforça essa premissa: “esta faixa territorial com uma flora rica atraiu a pirataria francesa e espanhola na traficância do pau-brasil com o íncola da região, nos primeiros anos do século XVI.” (BARROS, 2005, p. 14).

Durante longo período a colônia serviu como parada para provisão de alimentos na rota do Cabo (MORAES, 2001). Em expedição, o espanhol Dom Rodrigo de Acuña, comandante da nau São Gabriel, se abrigou nos recifes para fugir dos franceses em 1525, esse fato acarretou na atribuição do seu nome aos recifes de arenito presentes ao Sul do Pontal de Coruripe - Baixios de Dom Rodrigo, caracterizando o segundo marco histórico no território coruripense (LEMOS, 1999).

A colonização pelos portugueses vai se acentuar após o massacre aos índios Caetés, primeiros habitantes da região litorânea de Coruripe, considerados selvagens, ferozes e canibais (SILVA, 2011). Existem duas versões sobre o extermínio dos Caetés. A primeira, que foram dizimados pelos portugueses como represália à morte do bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, após o naufrágio ocorrido em 1556.

Em viagem para Portugal, seguia Dom Pero Fernandes Sardinha com tripulação acima de 100 pessoas, quando em 18 de junho naufragou o navio nos baixios de Dom Rodrigo. Guiados por indígenas, pensavam os naufragos dirigirem-se a Pernambuco, quando, no porto do Francês, foram atacados por grande número de selvagens antropófagos que mataram a todos, devorando-os em seguida (PAIVA, 2010, p. 58).

A outra versão aborda as constantes batalhas travadas entre os colonizadores e os povos autóctones, que apresentavam resistência e impossibilitavam a expansão portuguesa, assim, o extermínio dos Caetés favorecia essa expansão, e a morte do Bispo foi utilizada para ocultar os reais interesses. Alagoas pertencia a Capitania de Pernambuco, localizava-se ao Sul, que fora

doado pelo Rei de Portugal a Duarte Coelho Pereira, em 1534. Após o extermínio dos Caetés, o donatário Duarte Coelho inicia o cultivo da cultura da cana-de-açúcar e o desmatamento da Mata Atlântica nas terras próximas ao litoral alagoano (BRANDÃO, 1909; KASPARY, 2012).

Nesse contexto, a Costa litorânea alagoana com seu rico manancial se tornou propícia para o desenvolvimento das atividades econômicas do período colonial. Além das condições favoráveis para plantação da cana-de-açúcar às margens dos rios e lagoas, os corpos hídricos também eram o principal meio de transporte para comercialização da madeira e do açúcar. Esse fator vai favorecer os primeiros núcleos de povoamento que vão se localizar no litoral (DIÉGUES JÚNIOR, 2006).

Os primeiros núcleos de povoamento em Alagoas se desenvolveram em Porto Calvo, em Marechal Deodoro e Penedo. E posteriormente se expande um quarto núcleo, que dará início a expansão para o interior do estado, tendo como centro, Atalaia (DIÉGUES JÚNIOR 2006). No século XVII os três núcleos iniciais foram elevados à condição de vila e criaram-se novas freguesias: Santa Luzia do Norte e São Miguel em Marechal Deodoro; Camaragibe e São Bento em Porto Calvo; Poxim e Traipu em Penedo. Segundo Diégues Júnior (2006, p. 84), o povoamento da região de Penedo se desenvolveu no decorrer no século XVII:

criaram-se os engenhos de açúcar; os vales do Coruripe e do Poxim prestavam-se para a cultura da cana. E começaram a encher-se de canaviais, de boeiros de engenhos, de casas-grandes; igualmente – e principalmente – de negros escravos.

Vale ressaltar que o território alagoano se ergue a partir da monocultura da cana-de-açúcar, da construção dos engenhos e da exploração do trabalho escravo.

Em termos de aspectos econômicos destaca-se a pecuária em Penedo. No entanto, no Poxim se expandiu a cultura da cana-de-açúcar e dos engenhos, e é através da monocultura da cana que se estruturou o primeiro núcleo de povoamento que deu origem ao território do município de Coruripe.

No contexto dos municípios do litoral Sul alagoano, Calheiros *et al.* (2013) mostra que desde o século XVI até o século XX a pecuária e a pesca foram as principais atividades econômicas dessa parte do estado. Os engenhos e a cana-de-açúcar não suplantaram a pecuária durante esse período e, o limite imposto à monocultura da cana baseava-se nas reduzidas áreas dos massapés. Além das duas atividades econômicas citadas, “a exploração do coqueiro está presente, e, em segmentos isolados, certos cultivos de subsistência; por um determinado tempo, também o cultivo do algodão adquiriu alguma importância” (CALHEIROS *et al.*, 2013, p. 15).

No entanto, como ressaltado anteriormente, na região do Poxim a cana-de-açúcar e os engenhos se destacam. Santana (1970, p. 112) mostra que no século XVIII existiam 9 engenhos moentes em Poxim: “Poção, Jenipapo, Bomfim, Glória, Liberal, Conceição, São João, Mato Grosso e São José, além do Pau Ferro, de fogo morto, e outro na Lagoa do Pau, quase à beira mar, e mais 3 engenhocas na margem direita do rio Coruripe.” Santos (2017, p. 58) destaca que o engenho jenipapo, localizado no vale do rio Poxim foi

o grande agente catalisador da expansão industrial açucareira na região e ao mesmo tempo grande contribuinte na formação do contingente humano, já que foi no núcleo do engenho que se gerou a base do sustento econômico e demográfico para o espaço açucareiro e por consequência o surgimento da família, como uma organização social e sendo ela o elo econômico da produção de açúcar, a qual aumentava e estimulava o surgimento de novos núcleos de povoamento, e a mão de obra escrava, que através do processo de aristocratização social possibilita o contato humano entre o negro e o branco surgindo a figura do mestiço agilizando o processo de povoamento local.

A freguesia do Poxim se destacou no século XVIII, e com o desenvolvimento dos engenhos e do comércio foi elevada à vila, passando a se chamar Vila Real de São José do Poxim do Sul. Como mostra Silva (2016, p. 37), “o nome que faz referência ao Santo padroeiro do local, cuja igreja, datada de 1762, com traços arquitetônicos barrocos e neoclássicos, é o bem patrimonial mais antigo do município de Coruripe.”

As principais atividades econômicas do São José do Poxim eram o algodão, as salinas - existiam 12 -, a cultura de mandioca, da cana-de-açúcar e os engenhos. Funcionavam também dois estaleiros, onde se fabricavam sumacas⁶ (SANTANA, 1970). Já o Pontal de Coruripe era caracterizado enquanto área portuária. Segundo Barros (2005), na Costa alagoana no período de colonização existia três portos: o Velho dos Franceses, antes do rio São Miguel; o Porto Novo dos Franceses, ao Sul do mesmo rio; e o Porto dos Franceses na enseada de Coruripe.

Coruripe era um pequeno povoado subordinado ao Poxim, e seus núcleos urbanos se desenvolveram nas proximidades da igreja Nossa Senhora da Conceição. Com o fortalecimento da racionalidade da formação de rede urbana voltada para o continente no século XIX, o povoado de Coruripe se destacou na economia e tornou-se vila em 1866, e em 1892 foi instituída enquanto cidade (PAIVA, 2010).

Segundo Santana (1970), no século XIX ocorrem alguns fatos relevantes para a história da agroindústria do açúcar, com destaque para o ano de 1892, com a implantação da primeira usina de açúcar, que dará origem a substituição dos antigos engenhos banguês. Com o avanço tecnológico industrial, que não fora acompanhado pelo campo, houve uma expansão territorial

⁶ Barco de pequeno porte utilizado em um período remoto, usado especificamente nas Américas, podendo carregar de 20 a 100 toneladas de carga.

das Usinas. Calheiros *et al.* (2013, p. 16) mostra que “é somente a partir de 1950 que se observa uma transformação mais intensa no litoral Sul e municípios litorâneos, quando a cana-de-açúcar passa a dominar economicamente a área devido ao uso dos tabuleiros costeiros para o seu plantio.”

Outro marco importante para a expansão territorial de Coruripe foi a construção do segmento Sul da Rodovia AL-101, que facilitou o acesso para essa parte do litoral. Até a década de 1990, a BR-101 era a principal via. Calheiros *et al.* (2013, p. 19) complementam

A construção do segmento sul da Rodovia AL-101 (litorânea) facilitou o acesso para o litoral sul, bem como para o sertão, o agreste e baixo São Francisco, devido ao prolongamento das vias perpendiculares já existentes. Além disto, a AL-101 Sul se interliga à BR-101 pela AL-255, tornando-se uma alternativa de acesso à Sergipe via litoral Sul alagoano.

Em suma, a racionalidade de ocupação territorial de Coruripe ocorreu, assim como no restante do Brasil, do litoral para o continente. Tendo como pioneiro o Poxim, ao se expandir a cultura da cana, Coruripe foi se destacando e tornou-se a sede municipal. Os núcleos urbanos que se desenvolveram nas proximidades do mar tinham como principais bases econômica a pesca, a cultura do coco e algumas culturas de subsistência.

Em termos populacionais, Coruripe apresentou até o censo de 2010 uma população expressivamente rural. As principais bases econômicas alicerçavam-se na agropecuária e secundariamente na industrial.

Na década de 1990 a população rural correspondia a 30,3% superior à urbana. Desse montante, 50,35% são do sexo masculino e 49,65% do sexo feminino. Na mesma década apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) absoluto de 0.317, ficando em vigésimo sexto lugar no ranking do estado, evidenciando a pobreza do município.

Em 2000 percebe-se que as diferenças presentes na década anterior foram se equiparando. No montante populacional na distribuição por gênero, o sexo masculino correspondeu a 0,08% a mais que o sexo feminino, e a população rural 0,28% superior a população urbana. Nesse período houve um aumento no IDH absoluto de 0.317 para 0.419, ficando em oitavo lugar no ranking do estado.

Já em 2010 a população passa a ser predominantemente urbana, com crescimento de 38,32% em relação ao censo de 2000. Nesse período houve aumento no IDH, que passou para 0.628 (Tabela 1). Estima-se que em 2018 a população seja de 56.562. Em 2010 apresentou uma densidade demográfica de 56,77 hab/km² (IBGE, 2010).

Tabela 1 - População total, por gênero, rural e urbana, Coruripe/AL

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	46.125	100,00	44.522	100,00	52.130	100,00
Homens	23.225	50,35	22.279	50,04	25.748	49,39
Mulheres	22.900	49,65	22.243	49,96	26.382	50,61
Urbana	13.975	30,30	22.199	49,86	46.043	88,32
Rural	32.150	69,70	22.323	50,14	6.087	11,68

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil⁷

Em termos de educação, em 2010 o município apresentou uma taxa de escolarização de 97,6% na faixa de 6 a 14 anos de idade (IBGE, 2010). Nos anos iniciais do ensino fundamental, apresentou em 2015 o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 6.5 e nos anos finais do ensino, 4.4. Quanto ao saneamento básico, segundo o IBGE, apenas 16% de domicílios possuem esgotamento sanitário adequado.

A economia de Coruripe em 2014 (IBGE, 2016) tinha um PIB de 1.075 R\$ milhões e PIB per capita de 19.142 R\$. Deste montante, 36,2% referem-se ao setor agropecuário, 24,5% à indústria, 20,7% do setor de serviços e 18,7% do setor público. Na agricultura destaca-se o cultivo da cana-de-açúcar, coco-da-baía, maracujá, abacaxi, mandioca, banana, entre outros. Já na pecuária, verifica-se o predomínio de bovino, bubalino, equino, suínos e galináceos. Destaca-se também a produção de mel de abelha e leite, alevinos com a produção de tilápia e tabaqui (IBGE, 2016). A indústria é marcada pelo setor sucroalcooleiro e os serviços, pelo turismo.

A usina que mais se destaca é a Coruripe, fundada em 1925, com maior representatividade no Nordeste e se constitui como uma das oito maiores do Brasil. Foram criadas mais duas Usinas, a Guaxuma, desativada em 2013, e a Pindorama, implantada em 2003 (SILVA, 2016). Quanto ao turismo, o município compreende em sua oferta elementos naturais e humanos, com destaque para o turismo de segunda residência no Pontal de Coruripe e na Lagoa do Pau.

O povoado Pontal de Coruripe fica a 6 km da sede municipal e possui aproximadamente 3.240 habitantes⁸. Um dos principais atrativos do Pontal é o farol, principal símbolo de *marketing* do lugar, e as piscinas naturais formadas em maré baixa nas extensões de recifes de

⁷ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2682> Acesso: 18/10/2018.

⁸ Dados coletados da Secretaria Municipal de Saúde em 2018.

arenito que compõem o cenário da paisagem litorânea. De forma geral, o povoado ainda apresenta características tradicionais pesqueiras, a paisagem humana se mescla entre pescadores, moradores locais e turistas. O povoado Lagoa do Pau está localizado a 10 km da sede municipal e possui cerca de 675 habitantes⁹. Os principais atrativos da Lagoa do Pau são as cabanas à beira mar, o mar aberto e os recifes, que também formam as piscinas naturais. Não possui um símbolo de *marketing* expressivo e sua divulgação ocorre de forma popular.

2.2 Coruripe no contexto turístico alagoano

No litoral alagoano, a capital e a região metropolitana se destacam em termos turísticos a partir de investimento do Estado e do setor privado, por meio de implementação de infraestrutura, divulgação e promoção em âmbito nacional e com a expansão da rede hoteleira (LUSTOSA; LAGE, 2008). Nesse sentido, destacam-se as principais ações que contribuíram para o desenvolvimento do turismo no estado e em Maceió, principal destino indutor. O recorte temporal é a partir da década de 1970, período considerado o início do desenvolvimento do turismo na capital (VASCONCELOS *et al.*, 2016).

A década de 1970 marca o fomento do desenvolvimento turístico da capital alagoana no segmento de sol e praia, a partir de transformações urbanas que atrai investimentos do setor privado. Na mesma década, Kaspary (2012) e Machado (2016) destacam a inauguração do Estádio Rei Pelé que teve o papel de divulgar o estado de Alagoas em âmbito nacional, sobretudo Maceió, ao sediar os jogos da seleção brasileira e das seleções de outros países. A construção do estádio e sua repercussão motivou a criação da Empresa Alagoana de Turismo S.A – EMATUR em 1971. No mesmo ano, o Banco do Nordeste lança uma campanha de turismo em São Paulo destacando Maceió em revistas de turismo em todo o território nacional. Outro marco importante foi à pavimentação do primeiro trecho da AL-101, facilitando o fluxo no litoral. Igualmente, contribuíram para o *take off* do turismo alagoano, a promoção de festivais e gincanas em Marechal Deodoro e Penedo, a ampliação do setor hoteleiro e a construção das pontes sobre as lagoas Mundaú e Manguaba.

Entre os acontecimentos que contribuíram para ascensão do turismo especificamente em Maceió, Vasconcelos *et al.* (2016) destaca a urbanização da orla de Pajuçara, a construção da Avenida que interliga Ponta Verde a Lagoa da Anta e a inauguração do Hotel Jatiúca, no ano de 1979.

⁹ Dados coletados da Secretaria Municipal de Saúde em 2018.

Esses registros históricos marcam o período de consolidação do turismo na capital alagoana. Ainda Segundo Vasconcelos *et al.* (2016), a fase de consolidação e expansão da rede hoteleira datada de 1980. No entanto, Kaspere (2012) destaca a partir de uma pesquisa realizada pela EMBRATUR, na década de ascensão do turismo, a insatisfação dos turistas de Maceió. A ausência de investimentos do setor público resultou em problemas urbanos e ambientais, como falta de pavimentação das vias e poluição das praias.

Na década de 1990 verifica-se um declínio nas atividades turísticas da capital, como mostra Machado (2016, p. 62): “em 1990 Maceió já estava perdendo visitantes para outras localidades, notadamente Natal e Fortaleza, em virtude dos altos valores dos pacotes turísticos e valores de diárias se comparados a estes.”

Em 2000, as ações do governo do Estado de Alagoas buscaram consolidar os centros receptores e criar novos destinos turísticos, em consonância com as diretrizes nacionais, e para tanto são desenvolvidos Planos e Programas para consolidação do turismo no estado. O Governo estadual em parceria com o Governo Federal desenvolve vários Planos e Programas, dentre os quais se destacam: o Plano Estadual de Turismo (2005-2015); a Cartilha de Regionalização e Critérios de Classificação dos Municípios Turísticos, (2012-2013), confeccionada para traduzir as políticas nacionais para âmbito local e facilitar a classificação das potencialidades turísticas dos municípios alagoanos; o Programa de Regionalização, que resultou na divisão das regiões turísticas, com intuito de acentuar a formalização e competitividade entre os destinos; e em 2013 foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (2013-2023), que traça metas a serem atingidas num período de 10 anos (PALMEIRA, 2007; GOMES, 2015).

Com o Programa de Regionalização, Alagoas foi dividido nas seguintes regiões turísticas: Agreste; Caminhos do São Francisco; Costa dos Corais; Lagoas e Mares do Sul; Metropolitana; e Quilombos (MTUR, 2017-2019). No litoral, encontram-se quatro regiões turísticas: Metropolitana, Costa dos Corais, Caminhos do São Francisco e Lagoas e Mares do Sul.

Metropolitana é o polo que recebe o maior fluxo de turistas, por localizar a capital, Maceió, e só ela concentra 25% dos meios de hospedagem do estado. A Costa dos Corais é a segunda região que recebe maior fluxo de turistas e concentra 24,7% dos meios de hospedagem, além de possuir como principal centro receptor o município de Maragogi. Na região Caminhos do São Francisco o único município litorâneo é Piaçabuçu, e em sua área encontra-se duas APAs: Área de Proteção Ambiental Federal de Piaçabuçu e Área de Proteção Ambiental Estadual de Marituba. No Polo Lagoas e Mares do Sul, se encontra o município aqui estudado,

sendo responsável por 19,7% dos meios de hospedagem do estado (Figura 6). Os municípios dessa região que recebem maior fluxos de visitantes e possuem destinos turísticos consolidados são: Roteiro, com destaque para a praia do Gunga, Marechal Deodoro, com a praia do Francês, e a Barra de São Miguel com as praias de Barra de São Miguel e rio Niquim como atrativos principais (ALAGOAS, 2015).

Figura 6 - Mapa de localização do Polo Lagoas e Mares do Sul



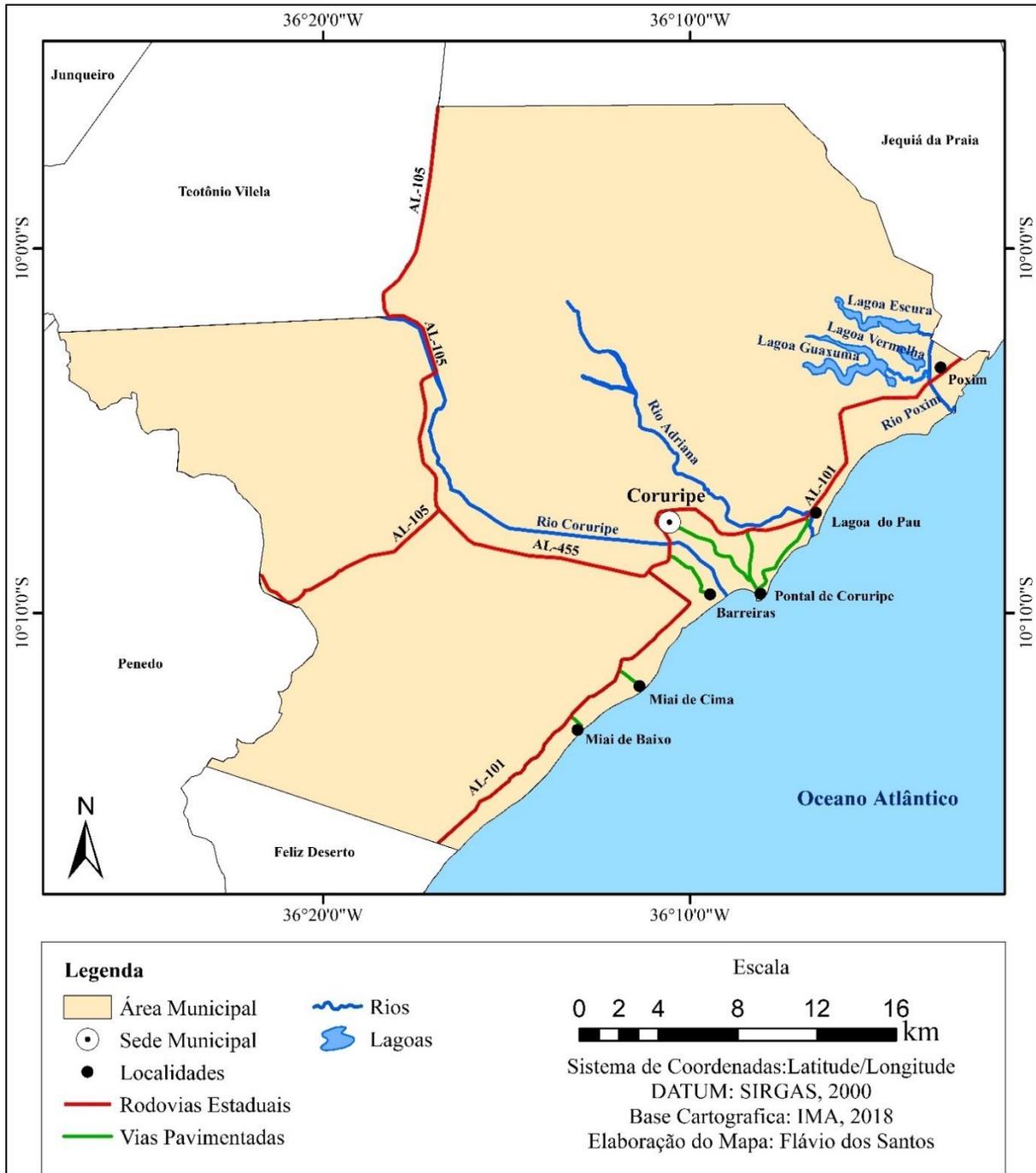
Fonte: Base Cartográfica NEREUS, 2018. **Adaptação:** Flávio Santos, 2018.

Coruripe não se destaca entre os municípios mais visitados por turistas no litoral alagoano. É caracterizado enquanto turismo emergente, onde apenas duas praias são consideradas turísticas, Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau, e as demais são consideradas enquanto potencial para o desenvolvimento do turismo (ALAGOAS, 2011).

Os produtos turísticos da oferta de Coruripe se constituem de elementos naturais que formam a paisagem litorânea e elementos artificiais. O patrimônio natural do município abrange a orla marítima, corpos hídricos, os remanescentes da Mata Atlântica, os mangues, as várzeas

e as matas ciliares que compõe a paisagem litorânea. No que se refere aos elementos artificiais é possível categoriza-los em três grupos: o primeiro abrange os aspectos históricos, culturais e religiosos; o segundo, infraestrutura; o terceiro corresponde às vias de acesso (Figura 7).

Figura 7 - Corpos hídricos e rodovias de Coruripe-AL



Fonte: Base cartográfica IMA, 2018. **Elaboração:** Flávio Santos, 2018.

A Costa coruripense tem uma extensão de aproximadamente 42 km e contempla os povoados Miaí de Baixo e Miaí de Cima, Barreiras, Pontal de Coruripe, Lagoa do Pau e Poxim.

Entre os seus rios destacam-se: o Coruripe, que deságua no povoado Barreiras; o rio Adriana, que forma o estuário no povoado Lagoa do Pau; e o rio Poxim, cuja foz se encontra no povoado homônimo. As lagoas, Escura, Guaxuma e Vermelha, estão localizadas nas proximidades do povoado Poxim.

Quanto aos aspectos históricos e culturais destaca-se o núcleo histórico do povoado Poxim, a Igreja Matriz da sede municipal, e o núcleo urbano do Pontal de Coruripe, que abrange as manifestações culturais, folclóricas e o artesanato. Com destaque para as manifestações folclóricas de folguedo nas festividades do padroeiro São José, em Poxim; as caboclinhas, manifestação de origem indígena, no Pontal de Coruripe; e as baianas, manifestação de origem pernambucana, presente em Barreiras¹⁰. A presença do artesanato feito da folha de ouricuri¹¹ tem maior representatividade nos povoados Pontal de Coruripe e na Lagoa do Pau, e são heranças dos índios Caetés (Figura 8).

Figura 8 - Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe e Associação das Artesãs da Lagoa do Pau



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

¹⁰ Dados coletados na Secretaria de Turismo de Coruripe-AL.

¹¹ Nome científico *Syagrus Cornata* (Mart.) Becc., espécie que pertence à família *Arecaceae*. O Ouricuri é uma palmeira nativa da região Nordeste do Brasil.

As manifestações religiosas são representadas pelas festividades dos(as) padroeiros(as) de cada povoado e da sede municipal, pelo Museu dos Devotos, no Poxim, e pela arquitetura religiosa da Igreja São José situada no mesmo distrito (Figura 9). Destacam-se também os festejos de Nossa Senhora da Conceição, na sede municipal, a festa do padroeiro de Poxim, São José, os festejos do Bom Jesus dos navegantes no Pontal, e a festa de Nossa Senhora das Dores no povoado Lagoa do Pau¹².

Figura 9 - Museu dos Devotos localizado na Igreja de São José do Poxim



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

¹² Dados coletados na Secretaria de Turismo de Coruripe-AL.

Em termos de infraestrutura turística municipal destaca-se a de serviços receptivos da hotelaria e a pavimentação das vias que dão acesso as praias. O município apresenta um total de 23 meios de hospedagens (Anexo A), somando um total de aproximadamente 270 apartamentos e 750 leitos. A infraestrutura receptiva encontra-se, a maior parte, nos povoados Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau. O primeiro contempla um total de 9 meios de hospedagens e no segundo, somente 6. Os demais localizam-se na sede municipal, em Barreiras, no Miaí de Cima, em Poxim e em Pindorama.

O acesso rodoviário ao município se dá pela AL-101 (Sul), AL- 131 e BR-101 e o acesso às praias são pavimentadas. Identificaram-se apenas três meios de alimentação na orla do Pontal e dez na praia da Lagoa do Pau, ambos vão se somar aos vendedores ambulantes nos finais de semanas e feriados prolongados. No município não foi identificado agências de turismo, e somente no Pontal há um terminal turístico (Figura 10).

Figura 10 - Terminal turístico do Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

2.3 Caracterização socioambiental das orlas de Coruripe

No intuito de elaborar o diagnóstico socioambiental da orla de Coruripe, sobretudo, do Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau, buscou-se identificar o uso e ocupação da orla marítima dos povoados perscrutados, ambos estão associados à pesca e aos serviços, com destaque para o turismo de segunda residência, de uso social ou para aluguel e complementação de renda dos proprietários. Para tanto, utilizou-se de aspectos ambientais e nível de ocupação territorial como critério de definição das unidades de paisagem.

Quanto aos aspectos ambientais, Coruripe faz parte da unidade dos tabuleiros costeiros e encontra-se geologicamente inserido na Província Borborema. Predomina a vegetação do tipo Floresta Subperenifólia, com partes de Floresta Subcaducifólia e Cerrado. O clima é do tipo Tropical Chuvoso com verão seco (MASCARENHAS *et al.*, 2005; ARAÚJO *et al.*, 2006).

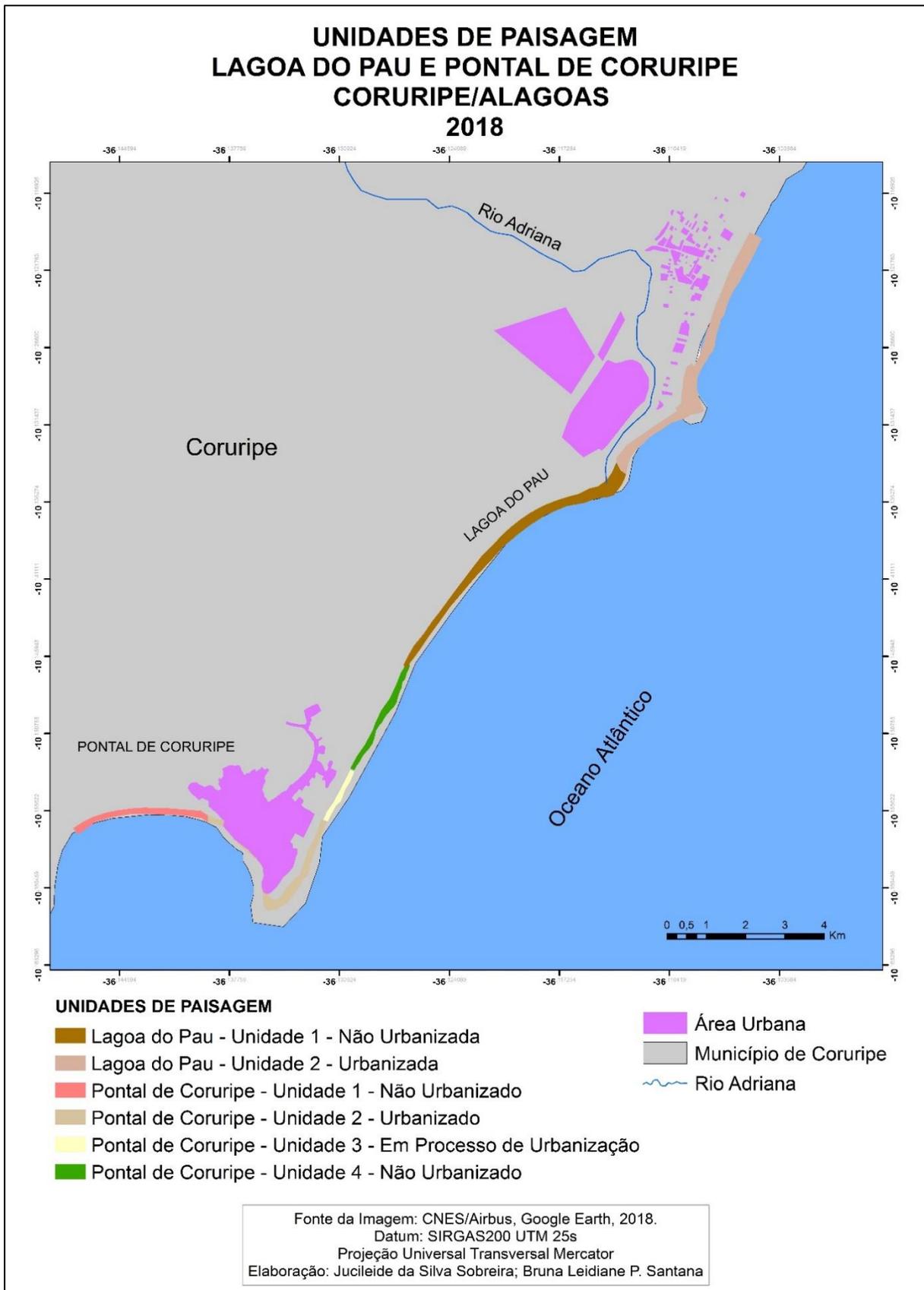
Os ambientes litorâneos do município supracitado, principalmente as orlas do Pontal e da Lagoa do Pau, são marcadas pela presença do banco de arenito paralelo a linha de Costa, pelo estuário do rio Adriana, na Lagoa do Pau, remanescentes de mangues, Mata Atlântica, várzeas e falésias na Formação de Barreiras. Segundo Araújo *et al.* (2006), a planície costeira de Alagoas apresenta-se pouco desenvolvida, sua evolução geológica associa-se às flutuações do nível do mar e a disponibilidade de sedimentos. Na maior parte do litoral alagoano a planície costeira é estreita ou inexistente, no qual as praias são limitadas pelos tabuleiros da Formação Barreiras ou pelas formações mesozoicas da Bacia Alagoas.

Para caracterizar os diferentes usos das orlas e os sujeitos envolvidos na dinâmica territorial foi elaborada uma divisão em unidades de paisagem, cuja classificação seguiu critérios de heterogeneidade da ocupação territorial. Segundo o MMA (2006, p. 33), esse enfoque “trata-se de importante referência para implantação de ações e definições de áreas estratégicas de gestão a serem implementadas, pois identifica as situações que requerem ações mais preventivas ou mais corretivas”.

Para caracterizar o uso da borda marítima do Pontal de Coruripe, foram definidas 4 unidades de paisagem, e na Lagoa do Pau, foram divididas em 2 unidades de paisagem (Figura 11). A divisão das unidades seguiu critérios de ocupação territorial e aspectos físicos.

As unidades de paisagem do Pontal de Coruripe apresentam enquanto critérios físicos as características de orla abrigada. A classificação do Projeto Orla define a orla abrigada como “o ambiente litorâneo constituído por golfos, baías, enseadas, estuários ou praia protegidas da incidência direta das ondas” (MMA, 2006, p. 31). A enseada do Pontal, denominada localmente de Batel, contempla as unidades 1 e parte da 2.

Figura 11 - Unidades de paisagem: Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau



Fonte: CNES/Airbus, Google Eart, 2018. **Elaboração:** Jucileide da Silva Sobreira; Bruna Lidiane P. Santana.

Para delimitação da pesquisa utilizou como ponto limítrofe, da unidade de paisagem 1, a foz rio Coruripe, que divide os povoados Barreiras e Pontal de Coruripe finalizando no estaleiro, espaço utilizado para guardar as embarcações pesqueiras.

A unidade 1 (Figura 12) é chamada pela população local de praia do Batel, possui uma faixa de praia mais larga e vegetação de restinga preservada, e quanto ao critério de ocupação encontra-se não urbanizada. Caracteriza-se enquanto áreas de grande relevância ecológica.

Foram identificadas atividades de lazer desenvolvidas nessa parte da orla, principalmente nas proximidades do estaleiro (Figura 12) visto que possui uma faixa de praia mais larga e possibilita um aglomerado maior de pessoas, é utilizada, principalmente, pela comunidade local, no desenvolvimento de práticas esportivas em períodos de baixa temporada, e por pescadores. No período de alta temporada esse espaço é utilizado, sobretudo, pelos hóspedes da Pousada Pôr do Sol, e por demais visitantes, ocupando quase toda sua extensão.

Figura 12 - Unidade de paisagem 1: praia do Batel e estaleiro, Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Já a unidade 2, inicia-se no muro de contenção marinha limitando a faixa de praia, e apresenta urbanização consolidada. Essa parte da orla compreende uma parte ao Sul e outra ao Norte (Figura 13). Esse espaço é caracterizado pela presença das casas de veraneio e infraestrutura de serviço receptivo. Área com pouco espaço de praia, mas onde se desenvolve práticas de banhos, limitados ao período de maré baixa, e de pesca. Esse espaço é utilizado por diferentes sujeitos, como turistas, veranistas, vendedores ambulantes, moradores locais e pescadores. Igualmente, é onde se localizam os bares, restaurantes e casas de veraneio da elite alagoana.

Figura 13 - Unidade de paisagem 2: visão ao Sul e visão ao Norte, Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Vale ressaltar que na unidade de paisagem 2 do Pontal, o acesso público à praia se dá por meio de corredores (Figura 14), visto que as casas de veraneio ocupam toda a extensão da orla juntamente com algumas pousadas.

Figura 14 - Corredores de acesso à praia do Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

As unidades 3 e 4 do Pontal caracterizam-se enquanto área semiexpostas, pela presença das rochas de arenito paralelo a linha de Costa (MMA, 2006) e encontra-se em formato linear em direção ao povoado Lagoa do Pau.

A unidade 3 (Figura 15) está em processo de urbanização, foi identificada nessa parte da orla a pousada Surf Paradise e casas de veraneio dispersas. Nessa área, são práticas comuns o banho de mar e o surf e localiza-se em uma área mais reservada, proporcionando mais exclusividade aos hóspedes da pousada citada.

Figura 15 - Pousada Surf Paradise, unidade de paisagem 3: Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

A unidade 4 do Pontal (Figura 16) encontra-se não urbanizada e não são desenvolvidas práticas recreativas pela presença de rochas na zona de praia. Em período de maré cheia a faixa de praia fica submersa, limitada pelas falésias.

Figura 16 - Unidade de paisagem 4: Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

O povoado Lagoa do Pau foi dividido em duas unidades de paisagem. Ambas apresentam características físicas de orla semiexposta. Quanto aos indicadores de ocupação territorial, a unidade 1 (Figura 17) caracteriza-se enquanto área não urbanizada, e a unidade 2 apresenta urbanização consolidada.

Figura 17 - Unidade de Paisagem 1: Lagoa do Pau



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

A unidade 1 da Lagoa do Pau é conhecida na comunidade como praia Minha Deusa, é utilizada por banhistas da comunidade local e por pescadores, principalmente por proprietários

das terras no entorno. Porém, o uso dessa parte da orla não é frequente. A maior parte desta unidade corresponde a áreas de fazendas, e nota-se a presença de cerca de arames (Figura 18) no cordão litorâneo.

Figura 18 - Áreas de fazendas na unidade de paisagem 1, Lagoa do Pau.



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

A unidade 2 (Figura 19) inicia-se na praia da Gameleira, abrange a praia da Lagoa do Pau, área que contempla a extensão urbana que originou o povoado e finaliza na parte denominada pela população local como praia da Mãe Rainha, fazendo jus ao santuário presente nessa parte da orla.

Figura 19 - Unidade de paisagem 2: Lagoa do Pau



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Em toda a extensão da unidade 2 da Lagoa do Pau são desenvolvidas práticas de banhos. Na praia da Gameleira localiza-se a foz do rio Adriana, espaço usado também para práticas de banho de rio, cujas margens são utilizadas nos finais de semana e feriados prolongados por vendedores ambulantes com barracas removíveis (Figura 20).

Figura 20 - Vendedores ambulantes na praia da Lagoa do Pau



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Na praia da Lagoa do Pau concentram-se 10 cabanas na zona de praia, espaço que recebe o maior fluxo de turistas aos finais de semanas e feriados. Na praia da Mãe Rainha são desenvolvidas práticas de surfs.

A área que se estende em direção ao Poxim é conhecida como praia do Forges, e não se apresenta enquanto unidade de paisagem na presente pesquisa. Esse espaço encontra-se com urbanização dispersa, e está caracterizado como uma área de expansão do povoado, no qual já se identifica loteamentos e vias de acesso.

CAPÍTULO 3

3. USOS E PRÁTICAS TURÍSTICAS NO PONTAL DE CORURIBE E NA LAGOA DO PAU, CORURIBE/AL

O presente capítulo busca elucidar as questões de pesquisa. Assim, busca-se discutir e analisar os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da vilegiatura marítima no Pontal de Coruribe e na Lagoa do Pau e suas respectivas consequências, identificar os sujeitos envolvidos na dinâmica turística, assim como, as políticas que garantem o uso sustentável desses espaços, para que o turismo de sol e praia não impacte de forma irreversível o meio socioambiental.

Inicialmente, busca-se compreender o processo de desenvolvimento das práticas turísticas nas duas orlas de Coruribe, por meio da introdução de novos elementos no espaço e requalificação dos objetos existentes. Posteriormente, a análise recai sobre os sujeitos envolvidos na dinâmica turística e sobre os impactos do uso e das práticas turísticas nos espaços receptores. E por fim, busca-se compreender o fomento das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no município.

3.1 Turistificação das orlas de Coruribe

Para compreender o processo inicial do desenvolvimento da vilegiatura marítima, buscou-se discorrer sobre as características do lugar que antecede esse processo. Visto que são as características rústicas que vão atrair o turismo de sol e praia e de segunda residência, expressa pelas atividades pesqueiras, lugar calmo, praia semi deserta e paradisíaca. O fluxo de veranistas foi crescendo e despontou o desenvolvimento do setor hoteleiro e bares e restaurante à beira mar e, junto com eles, iniciam-se investimentos turísticos por parte do setor público.

Os primeiros habitantes da Costa de Coruribe foram os índios Caetés. Com a colonização dos portugueses e os constantes conflitos que resultou na dizimação dos autóctones, muda-se a relação homem e natureza. Os colonizadores iniciaram o processo de exploração das matas, rios e lagoas. Esse processo deu início aos primeiros núcleos urbanos na Costa brasileira. A lógica que vai permear o desenvolvimento dos núcleos urbanos é da rede urbana voltada para o continente, no qual as margens de rios e as bordas marítimas tinham relevante função econômica e territorial de articulação com o interior.

O Pontal de Coruribe tinha importante funcionalidade para o período colonial, a partir das relações comerciais estabelecidas pelo Porto dos Franceses, que fora fundamental para

exportação. A composição étnica do Pontal é de origem indígena e posteriormente os negros, ex-escravos se somam à comunidade (LEMOS, 1999). As relações com mar vão se modificando paulatinamente, e a população que vai se aglomerando nas bordas marítimas desenvolve a pesca para subsistência. A paisagem marítima original era formada por grandes extensões de areia, coqueiros, mangues e pequenas casas de taipa cobertas com a palha de Ouricuri, construídas pelos autóctones para práticas de pesca e moradia. As principais atividades econômicas desenvolvidas estavam associadas à plantação de coqueiros, extração do sal e a pesca (PAIVA, 2010; SILVA, 2016).

Nesse contexto, compreende-se que o litoral era um espaço natural, e sua forma foi sendo alterada a partir das diferentes concepções simbólicas, sociais e econômicas estabelecidos em cada espaço-tempo. Ademais, as diferentes formas de ver e viver no litoral foram processuais e sofreram influências externas. Nesse sentido, Santos (1988, p. 21) mostra que embora a global tenha influência na construção dos lugares, cada lugar possui variáveis específicos tornando-se singular:

cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares. O acontecer global dá-se seletivamente, de modo ímpar, ainda que sempre comandado pela totalidade [...].

Assim, com a propagação das práticas marítimas, por meio do projeto médico terapêutico que surgiu na Europa, desenvolve-se novas formas de apreciação da paisagem litorânea no século XIX e se amplia nos séculos XX e XXI, destacando as práticas de lazer, banho de mar e o veraneio.

Nesse contexto, a maritimidade nos trópicos se propaga de forma fragmentada no qual as características de determinado lugar podem permanecer intactas e seus efeitos podem ocorrer de forma lenta ou não suplantam as características do lugar, fazendo com que diferentes tempos, população autóctones e turistas, convivam no mesmo espaço.

As práticas marítimas se propagam nos locais estudados de forma fragmentada. O uso das bordas marítimas pelo veraneio tem primeiro registro na década de 1960, tendo como marco o casarão do Pontal (Figura 21), que pertencia a um português que residia em Penedo (SILVA, 2016). Atualmente, o casarão funciona como pousada. As demais casas de veraneio vão surgir com a consolidação da Usina Coruripe, onde os detentores de cargos de prestígios vão escolher o Pontal de Coruripe para fixar residência temporária, caracterizando a propagação das práticas marítimas por capilaridade.

Figura 21 - Casarão do Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Já o povoado Lagoa do Pau tem sua origem vinculada à pequenos lavradores que trabalhavam com a pesca como uma das principais atividades econômicas de subsistência, juntamente com a coleta de coco. Oriundos, principalmente, de outros povoados do próprio município, esses autóctones se aglomeraram por trás do cordão litorâneo e construíram suas residências nas proximidades da capela, antiga área de deposição sedimentar e atual praça do povoado.

Segundo dados coletados nas entrevistas, na Lagoa do Pau, na década de 1950, existiam em torno de cinco casas, a maior parte construída com palhas de ouricuri. Nesse período, os moradores da Lagoa do Pau eram originários da família Santana, fundadores do povoado. A principal base econômica estava alicerçada na agricultura, com o cultivo da batata, arroz, feijão e mandioca, juntamente com a pesca de tartaruga e o cultivo e a coleta de coco.

Os pescadores, naturais do povoado Lagoa do Pau, relatam que ao longo do tempo histórico não podiam mais utilizar as terras para o cultivo agrícola, em função da expansão das terras das usinas de açúcar do município, e por isso a pesca se tornou seu principal meio de subsistência. Vale ressaltar que essa questão da terra incentivou a migração dos trabalhadores rurais para áreas urbanas. Posteriormente, a consolidação da indústria canavieira no município se constituiu um marco importante para a permanência de alguns trabalhadores rurais, para urbanização do povoado e para a demanda turística em escala local.

Contudo, compreende-se que a turistificação do lugar ocorre quando são introduzidos novos objetos no espaço, alterando sua forma, modificando sua função e transformando sua

estrutura com um sistema de ações contínuas. Assim, o lugar se torna turístico a partir da apropriação do espaço pelo turismo. Essa apropriação pode ocorrer a partir do fomento do setor público ou privado, como instalação de infraestrutura receptiva, pousadas, restaurantes, construções de vias entre outros fatores que vão contribuir para o fluxo turístico.

Nesse sentido, a turistificação dos povoados de Coruripe ocorre com a introdução de novos elementos no espaço, ou seja, a turistificação do Pontal de Coruripe e da Lagoa do Pau se processa por meio do desenvolvimento da vilegiatura marítima, do setor hoteleiro e dos meios de alimentação que vão ser introduzidos no espaço. Esses elementos territoriais se desenvolvem de forma lenta, no entanto, nota-se que seu ápice é a partir da construção de vias que facilitaram a fluidez para esses espaços.

Compreende-se que o principal atrativo para o desenvolvimento da vilegiatura marítima dos lugares estudados foram suas características peculiares: pequenas comunidades tradicionalmente pesqueiras, lugar tranquilo, limpo, natureza preservada, pouco conhecido e frequentado. Não obstante, o setor sucroalcooleiro teve papel fundamental na indução do desenvolvimento da vilegiatura marítima, sendo os primeiros veranistas detentores de cargos de prestígios deste setor.

Percebe-se na Costa do Pontal de Coruripe a presença constante de embarcações atracados na orla (Figura 22), o que caracteriza a expressividade da pesca na localidade. Essa característica já era predominante desde a década de 1960, como constata Silva (2016), ao enfatizar que existia mais de 100 jangadas em um período que somente se registrava cerca de 200 casas. Na Lagoa do Pau a presença de jangadas não é muito expressiva, mas os pescadores vão para alto-mar e passam dias pescando e ao retornarem, as jangadas e barcos pesqueiros são guardadas na zona de pós-praia ou na areia.

Figura 22 - Embarcações pesqueiras, Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

De forma geral, em Coruripe, segundo o presidente da Colônia de Pescadores Z-10, Dr. Castro de Azevedo, localizada no Pontal de Coruripe, existem cerca de 1.100 associados e compreendem pescadores dos povoados Poxim, Lagoa do Pau, Pontal de Coruripe, Barreiras, Miaí de Cima, Miaí de Baixo e Pindorama. Os principais tipos de pescas praticados atualmente são: no Pontal tem-se a pesca do camarão, e nos dois povoados pratica-se a pesca de arrasto, conhecida popularmente no local como lambuda (Figura 23), e a pesca de linha. As práticas pesqueiras são realizadas com embarcações denominadas de jangadas e com os barcos pesqueiros.

Figura 23 – Atividade pesqueira tradicional, Miaí de Cima, Coruripe/AL.



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Outro fator característico da identidade local é o artesanato da palha de Ouricuri, e encontra-se com maior expressividade no Pontal de Coruripe. O artesanato é tradicionalmente confeccionado por mulheres como fonte de renda das famílias do Pontal desde a década de 1960 (SILVA, 2016).

No Pontal de Coruripe existem duas associações, a Pontal Arte e a Associação das Artesãs do Pontal de Coruripe. Na Lagoa do Pau, existe uma associação em atividades há mais de 28 anos. No entanto, a comercialização do artesanato ocorre com maior frequência no Pontal, visto que os pontos de comercialização se encontram na orla e a entidade possui parcerias com a Usina Coruripe, SEBRAE, prefeitura e o Banco do Brasil. Já na Lagoa do Pau, a única associação localiza-se no núcleo de origem do povoado, afastado da orla e apresenta parcerias apenas com a prefeitura.

As entrevistas realizadas com os veranistas corroboram com a afirmativa que as

características do lugar, envolvendo desde elementos naturais quanto humano, foram os principais atrativos para a expansão da segunda residência e das práticas de veraneio.

Contudo, nota-se que a presença do setor sucroalcooleiro fora fundamental para o desenvolvimento da vilegiatura marítima e tem fator significativo na construção territorial do município. No Pontal de Coruripe, Silva (2016) identifica que são os usineiros, fazendeiros e trabalhadores especializados com altos salários que passaram a usufruir, como inquilinos temporários ou proprietários, das casas de veraneio na orla marítima, estabelecendo residências secundárias. Vale registrar que ainda hoje é na rua Arapiraca onde se encontram residências secundárias dos usineiros no Pontal. Já na Lagoa do Pau, onde o fenômeno é mais recente, os primeiros veranistas são detentores de cargos de prestígio social, empresários, médicos, engenheiros de Arapiraca e do próprio município. Arapiraca parecer ter um forte vínculo territorial por meio da segunda residência com as orlas de Coruripe.

A partir das entrevistas e do trabalho desenvolvido por Silva (2016) percebe-se que os turistas e veranistas passaram a frequentar Coruripe na década de ascensão do turismo na capital alagoana, no final da década de 1970 e início da década de 1980, período no qual ocorre a divulgação do estado de Alagoas através de propagandas, divulgando suas belezas naturais, e dos festivais. Como também, essa fase é marcada pelo fortalecimento das cidades litorânea-marítima, principalmente na propagação das práticas marítimas nas orlas nordestinas.

A divulgação das praias de Coruripe ocorreu de forma popular, desbravado por turistas aloclétricos que indicavam para familiares, amigos e conhecidos e a origem da frequência de turistas se localiza em cidades próximas, do interior do próprio estado de Alagoas e do estado de Sergipe. Esse mesmo período coincide com a propagação dos festivais realizados em Penedo, que serviu para divulgar Alagoas, sendo Coruripe passagem para Penedo saindo de Maceió.

Inicialmente, o fluxo de veranista se localizou no Pontal de Coruripe, em virtude da propagação das práticas marítimas pelas classes abastadas do estado, fixando residência ou construindo residência secundária. Posteriormente, os proprietários de segunda residência se espalharam por toda extensão da costa coruripense, principalmente na Lagoa do Pau, Miaí de Cima e Miaí de Baixo.

A divulgação das orlas de Coruripe ganhou proporções internacionais e tornou-se objeto de especulação para alguns estrangeiros, especificamente no Pontal de Coruripe e em Miaí de Cima. Percebe-se a presença de estrangeiros da Itália, Portugal, Áustria e Alemanha no litoral coruripense.

A italiana entrevistada reforça que as motivações para as visitas dos turistas, desde a década de 1980 foram e ainda são, as características inerentes do lugar. Como mostra a entrevistada, que construiu vínculo com o local e fixou-se, posteriormente abriu uma pousada, sendo uma das pioneiras nesse setor no Pontal de Coruripe: *“Eu vim como turista, e era um lugar perfeito, primitivo, era exatamente o que eu estava procurando como turista”*. A italiana complementa: *“agora o que me atraiu... nada de plástico, nada de barulho, e é o que a gente procura quando vem da cidade grande”*. Essa característica está presente nas demais falas dos estrangeiros entrevistados.

Já o austríaco, relata que conheceu o Miaí de Cima através de seu contador da Europa, que já havia visitado a região por três vezes. Na tentativa de reestabelecer sua saúde, o clima dos trópicos o atraiu: *“Estava doente, estressado, depressivo... aqui na região tem um clima fantástico”*. A partir da propaganda feita por seu contador, o austríaco foi conhecer Miaí de Cima, ao perceber a melhora em sua saúde e vislumbrar a possibilidade de explorar a região, retornou ao Brasil e comprou um Hotel Fazenda, fixando residência. Posteriormente, fez novos investimentos no local, mas não logrou êxito. O estrangeiro investiu no primeiro restaurante à beira mar do Miaí de Cima, no entanto, a sazonalidade e a ausência de infraestrutura básica impossibilitou a permanência do estabelecimento, funcionando de 2000 a 2004.

A Lagoa do Pau, na década de 1980 estava em processo de urbanização. A orla marítima possuía grande extensão de barracas de palha de ouricuri, onde os pescadores guardavam seus materiais de pesca. Na mesma década, após instalação da energia elétrica foi construída a primeira casa de veraneio. Nesse período, o fluxo de veranista no Pontal de Coruripe era frequente, como mostra Silva (2016), ao abordar que os atuais proprietários de algumas pousadas eram veranistas que frequentavam a praia desde a década supracitada. Em meio às localizações dos veranistas, percebe-se que prevalecem pessoas de Arapiraca, agreste do estado de Alagoas, nos dois povoados.

A primeira casa de veraneio da Lagoa do Pau ficou conhecida como a casa redonda, fazendo jus ao seu formato, mas atualmente encontra-se fechada. O veranista era empresário e residente da cidade de Arapiraca. Ainda na década de 1980, foi construída outra segunda residência ao lado da casa redonda, que tinha como proprietário um médico do mesmo município. Cabe ressaltar que as duas primeiras casas de veraneio não se localizam na orla, estão nas proximidades do núcleo urbano que originou o povoado.

Com o fluxo de veranistas frequente na década de 1980 no Pontal de Coruripe se inicia o processo de desterritorialização dos moradores locais e se introduziu no povoado a

valorização imobiliária. Como também, verifica-se motivação dos moradores locais para a construção de cabanas à beira mar para comercialização de alimentos e bebidas.

O setor hoteleiro inicia suas atividades no Pontal na década de 1980, sendo as duas primeiras pousadas o Pontal Praia Hotel e a Pousada da Ada. O Pontal Praia Hotel foi implantado por um morador local e um sócio de Maceió, no ano de 1986. Em 2005 o hotel, que teve seu nome alterado para Coruripe Mar Hotel, foi vendido para a Usina Coruripe que instalou o Clube Social da Associação dos Funcionários da Usina Coruripe (AFUSCO). A Pousada da Ada foi construída em 1985, dividida em 2011 com seu ex-sócio e originando outro empreendimento do setor hoteleiro, a Pousada Cinema, atualmente desativada (SILVA, 2016).

Ainda na década de 1980, três moradores locais do Pontal de Coruripe sentiram-se motivados para abrir estabelecimentos de alimentos e bebidas na orla do povoado, em meio ao crescente fluxo de veranistas e turistas apresentado nessa década. A primeira cabana construída no Pontal datada final da década de 1980 e, segundo a proprietária, *“vinha muita gente... que a gente não dava conta, eu achei foi bom quando abriram a outra mais embaixo, porque dividiu os turistas, vinha muitos ônibus de fora”*. Com o fluxo frequente de veranistas e turistas surgiram mais duas cabanas à beira mar, as três primeiras foram destruídas pela dinâmica costeira e remetem a mesma década de início das atividades da primeira cabana.

Estudos realizados por Silva (2016) mostram que no Pontal de Coruripe, até o ano de 1991, o uso da orla era predominantemente pesqueiro, mas nessa mesma década já se encontrava uma expansão ascendente de segunda residências e pousadas.

No final da década de 1990 um funcionário aposentado da Usina Coruripe, natural de Maceió, abriu um novo empreendimento, a pousada Recanto do Pontal, atualmente denominada de Maluhia Kai. Silva (2016) identifica que as pousadas que vão surgir na mesma década e a partir de 2000 são de veranistas que frequentavam o povoado desde a década de 1980. Como é o caso do proprietário da pousada Mirante do Pontal, que era veranista residente da cidade de Palmeira dos Índios/AL, e ao construir vínculo com o lugar abriu a pousada em 1999.

Na década de 1990 inicia-se o processo de urbanização da orla da Lagoa do Pau por segunda residência, posterior ao surgimento das cabanas de praia. A primeira pousada a ser construída foi o Chalé da Dona Branca na zona de expansão do povoado, que encerrou suas atividades no início de 2018, localizada no atual Condomínio Rio Lagoa Mar. Posteriormente foi construído a Pousada Umuarama que é dotada de maior infraestrutura e permanece em funcionamento, já na parte próxima aos moradores locais, seu proprietário e fundador é natural de Aracaju/SE. Os proprietários das pousadas na Lagoa do Pau, possuem a mesma característica do Pontal, e as demais pousadas que vão surgindo, seus proprietários foram atraídos pelas

características tradicionais do lugar, vislumbrando a possibilidade de explorar os atributos turísticos existentes.

Identifica-se turistas e veranistas que abriram pousadas na Lagoa do Pau dos seguintes lugares: Santana do Ipanema-AL, São Paulo e Rio Grande do Norte. A Paulista conheceu a Lagoa do Pau como turista, as características do lugar a atraíram, fixou residência e abriu a pousada Varanda da Paz em 2000. Logo, o estabelecimento foi arrendado e mudou a nomenclatura para Laguna Surf, por questões da sazonalidade da atividade turística a pousada encerrou suas atividades em 2010. A turista do Rio Grande do Norte, abriu a pousada Rosa dos Ventos em 2010, arrendou em 2014, posteriormente foi fechada e atualmente está em processo de reabertura. Atualmente, encontram-se seis pousadas em funcionamento, contudo, a sazonalidade se apresenta um entrave para os comerciantes locais.

Segundo dados das entrevistas, a primeira cabana à beira mar começou a funcionar no entorno das cabanas dos pescadores. Esta última foi removida pela prefeitura a mais de vinte anos. Segundo relatos dos pescadores, com o desenvolvimento das práticas recreativas nas orlas, a prefeitura removeu os barracos na tentativa de ordenar o espaço. Após a remoção das barracas, no início da década de 1990, iniciaram-se construções de várias cabanas à beira mar. A primeira que já funcionava, fixou-se no local, e tinha como proprietário um morador local, pertencente à família que fundou o povoado, a família Santana (Figura 24).

Figura 24 - Primeira cabana construída na orla do povoado Lagoa do Pau, 1995



Fonte: Acervo pessoal de Ednei Nascimento de Santana.

Em meados da década de 1990 o Pontal passou a receber um considerável fluxo de turista, dados identificados também na fala de comerciantes locais da Lagoa do Pau. O fluxo de

turistas no Pontal de Coruripe e na Lagoa do Pau foram considerados satisfatórios e, segundo os entrevistados, esse fluxo foi resultado de parcerias dos meios de alimentação com agências de viagens - CVC, Transamérica e Transalagoas. Esse fluxo foi diminuindo e atualmente nenhuma agência faz o traslado para essas duas praias de Coruripe.

Na Lagoa do Pau, a parceria com as agências de turismo era realizada entre o bar e restaurante Enseada dos Caetés (Figura 25), este, teve um curto período de funcionamento. Segundo dados coletados nas entrevistas, os turistas reclamavam da falta de diversidade do produto turístico e dos altos preços do restaurante.

Figura 25 - Bar e Restaurante Enseada dos Caetés, Lagoa do Pau.



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Na Lagoa do Pau, a orla encontra-se urbanizada com segunda residência e tornou-se alvo de especulação imobiliária. No entorno do povoado foi construído o loteamento, Gameleira (Figura 26), que resultou na construção do Condomínio Rio Lagoa Mar, o Loteamento Canto do Mar e o Loteamento João de Azevedo.

Figura 26 - Loteamento Gameleira - Condomínio Rio Lagoa Mar



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Já no Pontal de Coruripe, com o processo de urbanização da orla associado à segunda residência, houve uma descaracterização paisagística do povoado em que as casas de segunda residência juntamente com a infraestrutura dos serviços foram tomando o lugar dos coqueirais e da comunidade local (Figura 27).

Figura 27 - Urbanização da orla do Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

No entanto, a segunda residência se manifesta no território de Coruripe de diferente formas e conteúdos. Na perspectiva de Santos e Vilar (2018, p. 203) a imagem territorial representa uma forma de controle, “a manifestação do poder materializa-se, principalmente, na forma arquitetônica e construtiva da segunda residência, ou melhor, na imagem territorial da tradicional casa de praia.” No Pontal e na Lagoa do Pau nota-se casas de veraneio com muros altos e forma arquitetônica diferenciada que materializa a manifestação de poder, principalmente no Pontal. Além disso, há construção de condomínio rodeado por muros na Lagoa do Pau, espaço considerado exclusivo para o veraneio, bem como, as casas sem muros ou com muros baixos, em ambos os locais. Contudo não se despontou complexos residenciais turísticos, prevalece ainda a tradicional ou a “velha” forma da casa de praia.

3.2 Sujeitos envolvidos na dinâmica turística de Coruripe

Identificou-se que os sujeitos que participam da dinâmica turística de forma mais direta abrangem a comunidade litorânea, os turistas e os agentes públicos, estabelecendo uma relação viva e dialética com o território turístico. Assim, considera-se os seguintes sujeitos da comunidade local: artesãs, pescadores, vendedores ambulantes, tirador de coco, comerciantes locais, e funcionário(a) público(a). E enquanto agentes públicos: representantes da Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Considera-se visitantes temporários ou excursionistas aqueles que permanecem menos de 24h nos locais visitados, e os turistas são os que permanecem mais de 24h e não ultrapassam o período de um ano, ambos não podem exercer função remunerada no lugar visitado. E no caso do veranista, visto que não constrói vínculo com o lugar, as visitas acontecem em finais de semana, feriados ou férias, não ultrapassando o período de um ano e compartilha das mesmas necessidades de infraestrutura. Assim, classifica-se o perfil dos turistas em três tipos: turistas que não pernoitam, turistas que pernoitam e os veranistas.

As características socioeconômicas da comunidade do Pontal de Coruripe e da Lagoa do Pau não apresentam características muito diferenciadas. A faixa etária dos sujeitos sociais entrevistados, a maior parte, ficou entre mais de 40 anos, correspondendo a 61,4%, e os demais, entre 30-40, representando 38,4%. O nível de escolaridade se apresentou da seguinte forma: 8,3% nunca estudou, 21,6% possui apenas o fundamental incompleto, 15% tem o fundamental completo, 23,3% concluiu o ensino médio e 31,6% possui ensino superior.

O nível de escolaridade mais baixo ficou entre os sujeitos naturais dos povoados, mesclando entre nunca ter estudado, ensino fundamental incompleto e ensino fundamental

completo, abrangendo os pescadores, artesãs, tiradores de coco e vendedores ambulantes. Das artesãs entrevistadas, apenas duas apresentaram outro nível de escolaridade, ambas concluíram o ensino médio.

Dos demais sujeitos, os representantes das associações, exceto o da colônia de pescadores que possui o ensino fundamental completo, os proprietários dos meios de alimentação e hospedagem que fixaram residências nos lugares e os funcionários públicos entrevistados apresentaram conclusão do ensino médio e superior completo.

Os turistas de final de semana e feriados prolongados são oriundos principalmente do interior do estado de Alagoas, como Santana do Ipanema, Anadia, Junqueiro, Arapiraca, e de cidades mais próximas que permitem o deslocamento de ida e retorno no mesmo dia. Esse perfil de turista usa as praias com frequência. Conheceu o lugar através de indicação de parentes e/ou amigos, motivados pelas práticas de banho de mar, e geralmente, utilizam as duas praias com frequência. Os principais tipos de veículo utilizados para deslocamento na atividade turística são: carros próprios, vans e ônibus alugado. O gasto médio gira em torno de 100 R\$ e 200 R\$ por pessoa, segundo os entrevistados.

Já os turistas que pernoitam foram identificados duas formas pelas quais tomaram conhecimento dos atrativos: através de indicação de parentes e amigos ou por frequentar outra cidade alagoana que possui um turismo consolidado, como Piaçabuçu e Penedo, sendo Coruripe passagem para essas cidades quando o turista se desloca de Maceió. Como principais motivações, os entrevistados identificam a paisagem exuberante, e simplicidade do lugar, no qual possibilita um banho de mar tranquilo. Os meios de hospedagem utilizados são as casas de moradores locais, imóveis alugados e pousadas. Esses tipos de turistas possuem um gasto médio acima de 400 R\$.

3.3 Usos e práticas turísticas nas orlas: dualidades

O espaço geográfico da orla marítima, é a base material onde se desenvolve o turismo do Pontal e da Lagoa do Pau, formado por dois sistemas: de objetos e ações, nos quais se unem numa relação dinâmica e dialética. Os objetos se caracterizam basicamente por sua visibilidade paisagística e as ações pelas práticas cotidianas realizadas pelos diferentes sujeitos e pelo poder público.

A maritimidade vai se desenvolver no espaço de Coruripe de forma fragmentada, introduzindo relações socioespaciais mais intensas no Pontal e de forma lenta na Lagoa do Pau.

As bases tradicionais de ambos os povoados não apresentam mudanças intensas e se mescla com os novos objetos turísticos e com as variadas práticas do turismo.

Como ressaltado, o produto da oferta turística de Coruripe envolve a paisagem litorânea, aspectos históricos, manifestações religiosas e a infraestrutura de serviço receptivo. No entanto, o principal atrativo de Coruripe é o turismo de sol e praia, ou seja, o uso da paisagem litorânea, que transforma a natureza em recurso a partir das ações desenvolvidas pelos diferentes sujeitos, a saber, comunidade local, turistas e veranistas. Assim, análise do uso e das práticas turísticas desenvolvidas nas duas orlas se norteia por meio da caracterização dos produtos turísticos e dos reflexos positivos e negativos das práticas no espaço receptor.

A oferta turística se constitui de elementos naturais e artificiais. O principal atrativo natural do Pontal de Coruripe é a paisagem litorânea dominada pela praia (Figura 28), composta por recifes de arenito e enseadas, que diminuem a força das ondas e tornam as águas calmas, formando piscinas naturais localizados principalmente na unidade de paisagem 2 do Pontal de Coruripe, e pelos Baixios de Dom Rodrigo (Figura 28), caracterizados enquanto elemento natural e também por seu valor histórico.

Figura 28 - Praia e Baixios de Dom Rodrigo, Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Em termos de atrativo natural do turismo na Lagoa do Pau vale destacar a extensão de sua faixa de praia (Figura 29), com águas propícias para o surf no final da Unidade de paisagem 2, partes protegidas pelas extensões dos recifes de arenito, deixando as águas mais calmas, e o estuário do rio do Adriana (Figura 30). Essa configuração territorial tem atraído turistas, veranistas e surfistas e corresponde à base material sobre a qual boa parte da comunidade desenvolve suas atividades econômicas e suas práticas de lazer. Essas ações estão concentradas na unidade de paisagem 2 da Lagoa do Pau.

Figura 29 - Orla da Lagoa do Pau



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Figura 30 - Rio Adriana, Lagoa do Pau



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Nos dois povoados observa-se que as práticas turísticas desenvolvidas são basicamente o banho de mar (Figura 31), o surf (Figura 32) e os passeios de jangadas para contemplar os

recifes de arenito que formam as piscinas naturais. Essa última prática ocorre de forma aleatória, desenvolvida pelos moradores locais, turistas e veranistas sem as devidas precauções.

Figura 31 - Banho de mar na Lagoa do Pau



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Figura 32 - Práticas de surf no Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Os dois povoados, Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau, possuem características territoriais peculiares: são pequenas comunidades tradicionalmente pesqueiras que, antes da construção da AL-101 Sul, permaneciam relativamente isoladas proporcionando aos turistas

desbravadores certa exclusividade. Há registros dos primeiros turistas, inclusive estrangeiros, em busca desse “paraíso tropical” representado por praias relativamente isoladas, de difícil acesso e com cenário paisagístico deslumbrante, nesse caso, o azul piscina do mar e a presença de falésias, recifes e praias de areia fina que compõem o cenário natural que até hoje é objeto de interesse turístico e de visitação.

No tocante aos elementos artificiais, a história do Pontal é um dos principais símbolos de *marketing* do lugar. Palco de dois naufrágios importantes para a historiografia brasileira, sua história atrela-se à construção territorial do Brasil e do estado de Alagoas. Já o povoado Lagoa do Pau não possui uma historiografia com maior notoriedade a ponto de atrair turistas e veranistas com esse fim.

Em termos de manifestações culturais destaca-se as caboclinhas no Pontal de Coruripe, e na Lagoa do Pau não foi identificadas manifestações culturais. A cultura do artesanato está presente nos dois povoados, assim como a culinária local, repleta de frutos do mar. Ambos os povoados possuem uma formação étnica variada, com predominância de negros, descendentes de escravos, e índios.

As manifestações religiosas são expressas pelas festividades de Nossa Senhora das Dores, na Lagoa do Pau, e pelo tradicional festejo do Bom Jesus dos Navegantes, no Pontal. Vale ressaltar que esta última tem maior notoriedade e atrai milhares de fiéis, precedida por uma procissão marítima, única no estado de Alagoas.

O farol (Figura 33) também é um elemento fundamental na composição da paisagem litorânea do Pontal de Coruripe, inaugurado em 1948, e compõe um conjunto de seis faróis administrados pela Capitania dos Portos de Alagoas.

Figura 33 - Farol no Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Em termos de infraestrutura dos serviços receptivos foram identificados três meios de alimentação do Pontal de Coruripe: Baiano, Rainha do Mar e Farol Beach. Este último recém-inaugurado está implementando um roteiro turístico para os Baixios de Dom Rodrigo, passeio guiado atualmente por moradores locais. Os proprietários visam estabelecer parcerias com agências de turismo para incluir o Pontal de Coruripe nos translado das agências.

Na Lagoa do Pau identificou-se dez meios de alimentações em funcionamento, denominadas de: Brisa do Mar, Maré Alta, Sonho Meu, Verdes Mares, Cabana Um, Bela Vista, Karraspana, Lírios do Mar, Alagoas Azul e Petiscos & CIA. As cabanas da Lagoa do Pau não possuem parcerias com agências de turismo, o público mais frequente desses locais são moradores locais e de cidades vizinhas.

Quanto aos meios de hospedagens, identificaram-se nove pousadas no Pontal de Coruripe e seis na Lagoa do Pau em funcionamento (Quadro 5), além das casas de veraneio que são alugadas para os turistas.

Quadro 5 - Meios de hospedagens no Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau

Local	Pousadas	Apartamentos	Leitos
Pontal de Coruripe	Arapiraca	6	18
	As casinhas da Ada	5	18
	Canto de Iemanjá	10	26
	Casarão do Pontal	6	19
	AFUSCO	20	70
	Maluhia Kai	12	26
	Mirante do Pontal	14	42
	Surf Paradise	19	83
	Pôr do Sol	10	20
Total	9	102	322
Lagoa do Pau	Bela Vista	10	30
	Shangri-la	16	40
	Sol e Lazer	7	21
	Umuarama	31	86
	Vila da Lagoa Bangalôs	6	26
	Rosa dos Ventos	7	21
Total	6	77	224

Fonte: Jucileide da Silva Sobreira.

A segunda residência também é utilizadas para alojamento turístico. Assim, os turistas alugam as casas de veraneio para passar o final de semana, feriados prolongados ou o período de verão, com o objetivo de usufruir dos atrativos do lugar. Considera-se que a característica

nômade do turista e do veranista fazem com que ambos não apresentem vínculos territoriais com o lugar (SANTOS; VILAR, 2018).

O uso das bordas marítimas do Pontal de Coruripe e da Lagoa do Pau estão associadas às práticas recreativas e ao lazer, assim como às atividades tradicionais da comunidade. As práticas turísticas envolvem os moradores locais, os agentes públicos, os veranistas e os turistas. O uso e as ações desenvolvidas nas bordas marítimas envolvem diferentes sujeitos que atribuem ao espaço diferentes funcionalidades.

Para a comunidade local a orla é espaço de sobrevivência e morada, uma vez que as atividades econômicas associadas ao turismo contribuem ou se constituem, como fontes de renda da população local, como mostra a fala do vendedor ambulante na Lagoa do Pau, ao ser questionado sobre o que mudou em sua vida com o desenvolvimento do turismo: *“pra mim mudou porque é quem me traz alguma coisa... Eu alugo mesas e cadeiras, então boto água de coco, refrigerante... A gente vive disso, porque emprego aqui não tem.”* Outra fala que ilustra a borda marítima enquanto espaço de morada e sobrevivência é do pescador do Pontal: *“eu sou pescador, sempre fiz isso a minha vida toda, o que vou fazer nessa idade?”*.

Em contrapartida, para os turistas e veranistas é espaço de lazer, *de status*, de cultura. Essa relação de diferentes ações no espaço litorâneo acarreta em territorialidades variadas e podem resultar em conflitos socioambientais.

Os atuais veranistas identificados frequentam a orla de Coruripe há mais de 20 anos. A manifestação territorial da segunda residência do Pontal de Coruripe é mais antiga, se mescla entre residências de muros altos e baixos ou sem muros, se territorializa nas proximidades do mar, caracterizando diferenciação espacial arquitetônica entre as residências dos veranistas e moradores. E expressa a relação de poder e dominação dessa parte do território, principalmente ao afastar a comunidade para áreas periféricas e tornar as bordas marítimas exclusivas para segunda residência.

A territorialização da segunda residência no Pontal de Coruripe é expressiva na unidade de paisagem 2 e apresenta ascensão na unidade de paisagem 3. Na unidade de paisagem 4, a materialização de poder e delimitação territorial é expressa através da cerca de arrame, que impossibilita o uso do espaço marítimo e proporciona exclusividade aos donos das terras.

Na Lagoa do Pau, a segunda residência também provoca diferenciação espacial arquitetônica, porque o espaço produzido pela vilegiatura marítima encontra-se afastado dos autóctones, no início da unidade de paisagem 2, produzindo território exclusivo para a segunda residência, o que representa distinção espacial e evidencia relação de poder.

O turismo tem um caráter dual no espaço, podendo afetar de forma negativa e de forma positiva o território turístico. Nessa perspectiva, nota-se que os aspectos negativos do turismo nos locais estudados correspondem aos seguintes conflitos socioambientais: mudanças paisagísticas, disposição inadequada dos resíduos sólidos, esgotamento insuficiente que acarreta em poluição, perturbação do sossego e aumento no índice de violência, problemas no abastecimento de água e de energia elétrica e ocupações irregulares. Em contraponto, as práticas turísticas também trazem impactos positivos para a comunidade, principalmente a partir da geração de emprego e renda e serviço de infraestrutura.

No Pontal de Coruripe houve uma descaracterização ambiental mais acentuada se comparado a Lagoa do Pau, já que neste último o fenômeno da vilegiatura marítima é mais recente. No Pontal de Coruripe também se registra mudanças paisagísticas que vão resultar em segregação socioespacial da comunidade local. Com o desenvolvimento da vilegiatura marítima a extensão da orla vai sendo urbanizada por segunda residência, desterritorializando a comunidade local e reterritorializando-a em áreas periféricas mais baratas e com maiores problemas de infraestrutura. Esse processo não ocorre na Lagoa do Pau, uma vez que os autóctones permanecem em seus locais de origem e a vilegiatura marítima desenvolve-se nas proximidades do mar, afastado do núcleo urbano do povoado ocupando todo o espaço vazio no entorno do povoado.

As mudanças paisagísticas na Lagoa do Pau não denotam as mesmas proporções do Pontal. Atualmente, a população local permanece mais distante da praia e o povoado cresceu de forma desordenada, a exemplo de várias ruas isoladas. O condomínio Rio Lagoa Mar, assim como as residências secundárias mais próximas ao mar e fora do condomínio, espaço produzido pela vilegiatura marítima, encontra-se em processo de urbanização, contudo não apresenta infraestrutura diferente do núcleo urbano dos autóctones, exceto pela estrutura das segundas residências e apresenta os mesmos problemas de saneamento básico.

Todavia, as mudanças espaciais e paisagísticas na localidade dos autóctones não modificam completamente suas características tradicionais. As práticas pesqueiras e as características rústicas do lugar permanecem onde a população reside, no entanto, há um contraste arquitetônico entre as moradias da comunidade tradicional e as segundas residências de propriedade alóctone.

Outra mudança socioespacial resultante do uso e das ações turísticas desenvolvidas na orla dos dois povoados é a produção de resíduos sólidos (Figuras 34, 35), residenciais e de construção, geralmente dispostos nas ruas e nas praias. Os entrevistados, tanto na Lagoa do Pau, quanto no Pontal atribuem esse cenário paisagístico inadequado para as práticas turísticas e para

o meio ambiente, à própria comunidade local: “o povo não tem educação não, o carro de lixo passa todo dia e o povo ainda joga o lixo na rua”; ao aumento de fluxo de turistas ao final de semana: “esse povo que vem de fora e não recolhe seu lixo e nem procura as lixeiras, jogam tudo na praia, aí o rapaz que faz a limpeza só vai limpar amanhã de manhã”; e às pousadas, identificados apenas no Pontal, que também contribuem para a produção dos resíduos na praia: “tão jogando peixe inteiro, cabeça de camarão, pneu, sacola de lixo (as pousadas...) principalmente período de inverno.

Figura 34 - Resíduos sólidos no Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Figura 35 - Resíduos sólidos na Lagoa do pau



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

O recolhimento dos resíduos sólidos ocorre todos os dias. No entanto, a produção de lixo é superior à demanda de limpeza, e mesmo nos dias de semana e período de baixa temporada identifica-se resíduos sólidos dispostos nas orlas, o que caracteriza a precariedade dos serviços públicos. No entanto, os turistas entrevistados caracterizam as praias enquanto limpas, suas falas apresentam unanimidade na resposta sobre as características positivas das orlas: praia limpa. Nota-se uma análise comparativa na fala dos entrevistados: *“Olha, eu ando em muitas praias, aqui a praia é limpa se comparada as outras”*.

O esgotamento sanitário manifesta-se enquanto outro entrave para a gestão municipal, considerando que as vias de acesso às praias apresentam esgotamento inadequado, notadas em várias ruas dos povoados (Figura 36). Nas entrevistas com os moradores, identifica-se que 100% do esgotamento sanitário é feito por fossa séptica, e os recolhimentos dos dejetos não ocorrem com frequência, em decorrência, as fossas transbordam constantemente para as ruas dos povoados. Outro fator levantado é o encanamento inadequado, que joga as águas residuais nas ruas.

Figura 36 - Esgoto nas ruas do Pontal



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Com o aumento do fluxo de veranistas e turistas nas casas de praia ocorrem aumento da poluição sonora, que perturba a paz dos moradores, problema presente nas falas dos moradores do Pontal. Na Lagoa do Pau o barulho produzido nos finais de semana localiza-se na praça do povoado, nos bares e no entorno da igreja, fato que incomoda a população residente. Como também o índice de assaltos tem aumentado entre os turistas e a população local, e a ausência

de policiamento e posto policial, em ambos os povoados, também se apresenta como entrave para as comunidades e para os turistas de Coruripe. Visto que são poucas as áreas que apresentam cobertura telefônica, já que o policiamento se localiza na sede municipal, carecendo de deslocamento ou de um meio de comunicação mais eficiente.

Os serviços de abastecimento de água e falta de energia, segundo dados coletados em campo, se apresentam como uma das reclamações mais frequentes da população residente, turistas e veranistas. A qualidade dos serviços não atende à demanda, tornando-se frequentes a falta de água e queda de energia elétrica. A fala da veranista do Pontal de Coruripe ilustra bem essa situação: *“aqui quando falta água, também falta energia, e isso é direto, principalmente quanto tem muita gente por aqui.”* Assim como, a ausência de iluminação nas orlas, como mostra a fala da veranista, *“tá sem luz nenhuma no farol, tá tudo escuro”*, problema também identificado na Lagoa do Pau.

Outros problemas identificados nas entrevistas foram referentes à falta de diversidade no produto turístico de ambos os povoados, falta de atratividade noturna, até mesmo de restaurantes que funcionem à noite, como mostra a fala do veranista: *“a noite aqui não tem nada, não tem onde comer. A orla é toda escura, aí só venho quando quero descansar mesmo, passar o dia na praia, porque só é o que tem, e dormir cedo”*.

As orlas de Coruripe apresentam forte sazonalidade, fator que tem acarretado problemas, como concentração de pessoas em espaços relativamente pequeno aumentando a produção de lixo, e intensificando os problemas citados anteriormente. Entre outros, acarretou o fechamento de pousadas, tanto no Pontal como na Lagoa do Pau.

As ocupações irregulares também ocasionam problemas para a orla marítima. A crescente urbanização que se despontou nos povoados vem ocupando o cordão litorâneo, entre as casas de segunda residência, destaca-se meios de hospedagens e de alimentação em terrenos da União. Com destaque para as cabanas à beira mar na Lagoa do Pau, que vem passando por conflitos com o SPU e o IMA, como mostra a fala de um representante dos proprietários das cabanas à beira da Lagoa do Pau:

Nós aqui sofremos uma fiscalização por parte da SPU. A SPU ela é a proprietária do espaço, lógico! E junto a SPU eles também intimaram o IMA para identificar se há degradação na salsa marinha, passando esse processo nós fomos notificados e multados. Sendo que, após o pagamento da multa nós temos que entrar com o processo de licença ambiental. Só que, dentro do check list que eles exigem tem alguns documentos que é impossível nós conseguirmos, por exemplo, a escritura do local. Não tem, o espaço não é meu e nós confessamos isso, tanto é que vamos buscar na SPU a concessão do espaço, mas pra isso a prefeitura tem que assinar um documento para a gestão da orla. A prefeitura assina e assume a gestão de toda a área urbanizada na orla, aí nós passamos a retratar diretamente com a prefeitura. Já foi

feito o primeiro passo. Uma vez a prefeitura com a gestão desse espaço a prefeitura vai licitar, licitando, eles vão conceder o espaço, para que a gente possa explorar.

As cabanas da Lagoa do Pau estão em funcionamento há quase trinta anos, perpassando de geração em geração. As mesmas têm importante valor social, territorial e econômico, visto que trazem emprego e renda para os moradores locais e são um dos principais atrativos do povoado.

Em meio às reivindicações dos proprietários das cabanas, a prefeitura acredita que obtendo a gestão da orla marítima pode intervir na situação de conflito na Lagoa do Pau. Embora a concessão da gestão da orla marítima não possibilite a prefeitura conceder a escritura do terreno e as licenças exigidas pelo IMA para sanar o conflito. A SPU estabelece pré-requisitos para que a prefeitura possa gerir sua orla, ocorrendo de forma compartilhada, e como contrapartida, a prefeitura precisa manter a equidade ambiental, territorial, social e econômica a partir dos princípios estabelecidos no Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima.

Corroborando com o apoio da prefeitura, os comerciantes das cabanas estão traçando estratégias para a administração do conflito com o IMA. Acredita-se que a organização em forma de associação pode ser uma medida de resistência para o conflito. Assim, estão organizando uma associação, providenciando as licenças ambientais e buscando apoio jurídico junto com a prefeitura.

Em contraponto, as práticas turísticas também trazem impactos positivos para a comunidade, principalmente a partir da geração de emprego e renda e serviços de infraestrutura. Em termos de alterações na infraestrutura dos espaços receptores identifica-se construções de melhores acessos às praias, como a pavimentação das vias. A partir do espaço produzido pela vilegiatura, cresce a especulação imobiliária na Lagoa do Pau, assim como a construção da via que interligará os dois povoados estudados, que favorece a fluidez espacial e beneficia a população local, os turistas e os vilegiaturistas.

Embora Coruripe como um todo ainda apresente dificuldades estruturais para receber um fluxo maior de visitantes, o fenômeno turístico se apresenta como importante atividade econômica para os dois povoados estudados. Constata-se, a partir das entrevistas, que as pousadas e os bares e restaurantes tem expressividade na economia local, ao compor seus quadros de funcionários com moradores locais, somando-se aos vendedores ambulantes aos finais de semana, feriado e período de alta temporada e às segundas residências, que contratam caseiros, diaristas e churrasqueiros.

Assim, uma das características positivas é o aumento do emprego e renda para os autóctones. Contudo, uma vendedora ambulante que passou parte de sua juventude sendo

caseira na Lagoa do Pau, ressalta que o emprego gerado pela segunda residência atualmente não é mais atrativo para os moradores, e ademais, os vilegiaturistas tem contratado poucos caseiros: *“eles querem pagar muito pouco, não vale a pena ficar tomando conta da casa de ninguém, ainda mais depois dos “arrombamento” de algumas casas aqui. Mas eles me contratam pra limpar a casa de vez em quando, às vezes eu vou, às vezes não vou, mas quando não vou, arrumo outra pessoa.”* A entrevistada faz menção a assaltos que ocorreram em algumas casas de segunda residência, as que se localizam fora do condomínio.

Quanto aos aspectos sociais, nota-se que as características originais do lugar resistem, principalmente no Pontal de Coruripe. No que tange à atividade pesqueira, a comunidade resguarda suas características tradicionais, mas na Lagoa do Pau a pesca aos poucos está perdendo sua expressividade, assim como a cultura do artesanato da folha de Ouricuri.

A pesca não é mais atrativa para os jovens da Lagoa do Pau, porque os mesmos buscam desenvolver outras atividades econômicas, como serviços, construção civil e/ou migram para outros locais. Segundo os entrevistados, a associação das Artesãs da Lagoa do Pau está diminuindo o quantitativo de associadas, considerando a potencialidade limitada dessa atividade econômica, já que a comercialização no povoado não é expressiva.

3.4 Iniciativas de ordenamento territorial turístico

Levando-se em conta que o segmento turístico de sol e praia carece de políticas públicas nas várias esferas de governo, e, igualmente, se ressentido de políticas ambientais, patrimoniais e de uso e ocupação da orla marítima, o presente tópico tem como objetivo compreender as atuações das políticas turísticas em Coruripe.

Para tanto, identifica-se quais os instrumentos de gestão do turismo do município de Coruripe. Se existe integração nas ações da prefeitura com as outras esferas de governo e com a comunidade, visto que a gestão descentralizada envolve várias instâncias. Como também, se há integração das ações das Secretarias Municipais de Turismo e Meio Ambiente.

Assim, buscou-se compreender junto a Secretaria de Turismo, quais os segmentos turísticos a gestão municipal desenvolve; os locais que apresentam maior fluxo de turistas em Coruripe; o impacto das políticas turísticas recentes no município; as ações que a prefeitura vem realizando para fortalecer o turismo em Coruripe; e o contexto atual do turismo em Coruripe.

Já com a Secretaria de Meio Ambiente, buscou-se identificar os instrumentos de Gerenciamento Costeiro que o município aplica na gestão da orla; o funcionamento da gestão

e fiscalização ambiental municipal na orla; o funcionamento da limpeza; as ações desenvolvidas pela prefeitura para prevenir ou mitigar os impactos ambientais, decorrentes de descarte de lixo e das construções nas orlas.

Quanto aos instrumentos de gestão do turismo do município, identificou-se que Coruripe possui um Plano Diretor, considerado o principal instrumento da política de ordenamento territorial urbano no Brasil.

O Plano Diretor de Coruripe foi instituído pela Lei 1.276, de 03 de fevereiro de 2014 e tem como objetivo orientar a atuação do poder público e a iniciativa privada no desenvolvimento territorial urbano. As premissas básicas dessa política são: inclusão social, proteção ambiental, integração territorial e gestão compartilhada, todos com forte apelo turístico.

É necessário levar em conta que para efetivação de uma administração descentralizada, o Estado de Alagoas formou grupos de gestão em escala estadual, regional e municipal, representados respectivamente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR), pelo Fórum Estadual de Turismo, pelas Instâncias de Governanças Regionais e pelos Grupos de Gestores Municipais (GOMES, 2015). Por sua vez, o município deve instituir o órgão oficial de Turismo, o Conselho/Fórum Municipal e o Interlocutor Municipal (BRASIL, 2013).

Em Coruripe, o único órgão municipal de turismo é formado pela Secretaria Municipal de Turismo, que possui um Interlocutor Municipal, entrevistado enquanto representante da Secretaria supracitada, o que já evidencia as dificuldades do setor para levar a cabo as estratégias e diretrizes que primem pela qualidade ambiental e pela descentralização.

Outro instrumento identificado na gestão territorial de Coruripe corresponde ao Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, no entanto, o representante da Secretaria de Turismo entrevistado reconhece que não se põe em prática, visto que a prefeitura não prioriza esse setor.

Os segmentos turísticos desenvolvidos na atual gestão são: sol e praia e o turismo ecológico, este último evidenciado recentemente, como mostra a fala do representante da Secretaria de Meio Ambiente: *“O sol e praia são o nosso litoral, e agora que a gente está com a parceria uma empresa de turismo ecológico, ela está fazendo os passeios aqui, já foi feito alguns passeios e agora vai entrar com uma divulgação pesada, vai ser feito trilhas e passeios ciclísticos.”*

Segundo o representante da Secretaria de Turismo, o turismo cultural tem dificuldades de ser implementado no município, considerando as deficiências de transporte. Fator que acaba

“isolando” os turistas que se limitam às praias de Coruripe, e esse fluxo se restringe praticamente às praias do Pontal e da Lagoa do Pau, embora Miaí de Baixo e Miaí de Cima apresentem evidências de segunda residência. Como mostra a fala do entrevistado:

Acontece que as praias são distantes do centro de Coruripe aí eles não querem ir, geralmente as pessoas não vem com carro, a gente não tem transporte público ainda adequado, aí ficam nos hotéis nos povoados e não vem ao centro da cidade. O turismo aqui é mais nos finais de semana [...] Aí aquele que veio uma vez, duas vezes... gostou e procura outras coisas. A gente convidou uma empresa da barra de São Miguel, Eco Brasil, pra vir fazer esse translado é interessante até para o próprio empresário que quer ocupar mais o tempo do turista, aí eles vão fazer outros passeios, vão para as piscinas naturais.

Quanto aos investimentos públicos e aos impactos das políticas recentes voltadas para fortalecer o turismo, o representante da Secretaria de Turismo não soube informar. Contudo, observa-se investimentos no Pontal. Ao ser questionado o porquê do não investimento nos demais povoados à beira mar, ele responde:

O pontal por si próprio já chama o turista. O público em si procura essa praia, então o grupo político vê esse fluxo de turista, entendeu, aí como conseguiu esse projeto para o terminal foi colocado no Pontal.

Então o grupo político [...] beneficia todos os povoados, não tem distinção. Lagoa do Pau ficavam dizendo é lagoa do pulo, mas lá eles tem dentista, tem o postinho de saúde que atende a todos, tem água de qualidade, tem energia boa, então nós procuramos como gestão beneficiar a todos sem diferença, o que seria ideal, que todos os povoados à beira mar tivesse seu terminal turístico, o terminal turístico tem banheiros, inclusive para deficientes, temos salva vidas em todas as praias. Tem a escadas deles. Tem fiscal nas praias. O não investimento no Miaí é pelo fluxo ser no Pontal.

Os investimentos recentes no Pontal se resumem praticamente à construção da praça da orla, à reforma do farol e à edificação do Terminal Turístico, que remontam ao período das políticas turísticas do PRODETUR II.

Na Lagoa do Pau, observa-se investimento público na sinalização da praia para transportes (Figura 37), que produz territorialidades e tenta controlar os espaços da orla marítima, sobretudo em termos de estacionamento, na pavimentação das vias que dão acesso à praia, e na construção de uma via que interligará os dois principais destinos receptores de Coruripe, facilitando a fluidez territorial desses dois espaços.

Figura 37 - Placas de sinalização de transporte na Lagoa do Pau



Fonte: José Wellington Carvalho Vilar, 2018.

A sinalização das placas de transporte produz territorialidades, divide os espaços turísticos caracterizando os sujeitos que vão usar as bordas marítimas. O estacionamento para veículos longos localiza-se afastado das cabanas à beira mar, mas ainda se encontra na unidade de paisagem 2 da Lagoa do Pau. Aos finais de semana e feriados, os sujeitos que vão utilizar esse espaço são visitantes temporários, que geralmente alugam vans ou ônibus e levam seus produtos alimentícios, localiza-se também vendedores ambulantes de várias localidades, principalmente cidades vizinhas e moradores locais. Já o estacionamento para veículos leves, se encontra na extensão das cabanas e está direcionado para turistas que utilizam carros próprios e consomem os produtos do lugar.

A Secretaria de Turismo não vem executando ações continuadas que promovam o desenvolvimento do turismo no município, como mostra a fala do entrevistado:

Precisamos de muitas coisas para evoluir, tipo, sinalização, mais propagandas em outros estados, outro atrativo que não seja praia, e a gente conversa, pedi ao prefeito,

mas também a gente leva em consideração a situação que o Brasil está vivendo de crise.

O representante da Secretaria de Turismo reconhece que o turismo só vai se desenvolver se houver parceria com os outros municípios do Polo Lagoa e Mares do Sul na construção de um roteiro integrado, pois é enfatizado que os Planos e Ações da Secretaria de Turismo do Estado e do Polo Lagoa e Mares do Sul até o momento pouco ou nada impactam no desenvolvimento do turismo em Coruripe.

Em termos de uso e ocupação da orla marítima buscou-se analisar o Plano Diretor (Lei 1.276/2014) de Coruripe, que classifica as Zonas de Interesse Paisagístico e Ambiental (ZIAP). Segundo o Art. 76, são as áreas de maior importância ambiental, visto sua relevância para o equilíbrio ecológico.

A unidade de paisagem 1 do Pontal de Coruripe é classificada, segundo o Art. 77 da Lei 1.276/2014, como parte da foz do rio Coruripe - ZIAP 6: foz do Rio Coruripe, e a unidade de paisagem 2 da Lagoa do Pau, como parte da foz do rio Adriana - ZIAP 5: Foz do Rio Adriana.

Os incisos XII, XIII, XIV e XV do Art. 77 abrangem as demais unidades de paisagem estudadas enquanto Zonas de Interesse Paisagístico e Ambiental:

- XII – Terrenos de marinha e acrescidos de marinha no litoral, incluindo as áreas abrangidas por barreiras notáveis (falésias), coqueirais, estuários e remanescentes de manguezais e de restingas;
- XIII – Terrenos de marinha e acrescidos de marinha na foz do rio Coruripe;
- XIV – Encostas ou grotas com declividade igual ou superior a 45%, florestada ou não;
- XV – Faixa de proteção ao longo das margens dos cursos d'água. (CORURIFE, 2014, p. 31)

Os Art. 79, 81, 82 e 83 estabelecem as diretrizes para as ZIAPs que abrangem as unidades de paisagens estudadas. Em síntese, destaca-se as seguintes premissas: promover o apoio a população residente no desenvolvimento sustentável das atividades de pesca e turismo, através de programas e projetos; a preservação dos ecossistemas; a implantação de programas de educação ambiental; o condicionamento das intervenções urbanísticas na preservação ambiental; a implantação de sistema de saneamento ambiental; e a participação da comunidade local nas intervenções realizadas nas áreas.

Contudo, foi identificado que a prefeitura estabelece parcerias com as associações dos moradores, pescadores e artesãos, e atendem algumas das reivindicações. Não foram identificados projetos e programas de apoio à população residente referente ao desenvolvimento sustentável do turismo e da pesca. A prefeitura não organiza fóruns para discutir os problemas das atividades de pesca e turismo, essa resposta foi unânime nas falas dos entrevistados. Assim,

não atende a uma das premissas do ordenamento territorial, que é entender as peculiaridades do território por meio da participação e reivindicação das comunidades. Além disso, um problema identificado é o alto índice de analfabetismo da população autóctone, o que dificulta a articulação da comunidade nas associações comunitárias e a implementação das políticas de ordenamento territorial.

O capítulo IX da Lei Municipal 1.276/2014 ressalta o uso e ocupação do solo. No macrozoneamento municipal que divide o município entre rural e urbano, Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau são classificados enquanto áreas urbanas e fazem parte da Macrozona de Expansão Intensiva. O Art. 134 mostra que a Macrozona de Expansão Intensiva é formada pela área litorânea com urbanização consolidada, passíveis de adensamento e condicionamentos a melhorias de infraestrutura, contemplando os núcleos urbanos do Miaí de Baixo, Miaí de Cima, Barreiras, Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau.

Entretanto, no presente trabalho, considera-se a análise da ocupação territorial em uma microescala, em que se busca mostrar as áreas que ainda não possuem adensamento populacional. O Plano Diretor Municipal apenas ressalta que a urbanização nas orlas está condicionada a análise, no entanto, não esclarece os limites postos no Decreto 5.300 de 2004. Visto que se identifica em toda extensão da Costa coruripense construções, sobretudo residências em áreas impróprias, como em falésias, áreas de manguezal, e nos terrenos de marinha e seus acrescidos, ou seja, na orla marítima.

Em termos de gestão da orla marítima, a Secretaria de Meio Ambiente tem papel fundamental no desenvolvimento do turismo e na fiscalização de construções em áreas de vulnerabilidade ambiental. Quando questionado sobre quais os instrumentos de gerenciamento costeiro o município aplica na gestão da orla, o representante da Secretaria de Meio Ambiente respondeu: *“O gerenciamento costeiro basicamente é de responsabilidade da SPU, que tem o domínio da administração e concessões de toda a área de marinha. Essa área que os pescadores ocupavam fazendo barracas, suas jangadas e seus apetrechos de pesca.”*

A fiscalização e gestão da orla marítima compete a SPU, embora o Decreto 13.240 de 2015 abra a possibilidade de estabelecer gestão compartilhada. Coruripe assinou o termo de adesão em agosto de 2018 de uma área que corresponde aos limites territoriais com o município de Jequiá da Praia até o povoado Lagoa do Pau. Como mostra a fala do agente público:

No Governo Dilma ela assinou um decreto dando (...) abrindo a possibilidade de o município se habilitar e gerenciar essa área. O município de Coruripe ele se habilitou e nós só estamos aguardando a publicação no diário oficial da União. Mas o termo já foi assinado, mas de antemão nós já temos cuidado da nossa Costa.

O representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente relatou que, embora a gestão e fiscalização seja competência da SPU, a prefeitura vem realizando fiscalizações das praias: *“A fiscalização ambiental é feita diariamente, temos aqui um carro uma moto e uma lancha, nós monitoramos nosso mangue, para desenvolver o ecoturismo, parceria com a Petrobras, coca cola, IBAMA, SPU, IMA, trabalhando de forma integrado.”* A fala do representante da secretaria de turismo também abordou a fiscalização nas praias. Outra forma de fiscalização citada foi por meio dos salva-vidas que ao identificar irregularidades comunicam as referidas secretarias. No entanto, não foi identificado nos trabalhos de campo e nem nas falas dos entrevistados as fiscalizações citadas, da mesma forma, não competem aos salva-vidas essa função. E um dos pontos negativos apontado pelos turistas é a ausência de fiscalização, em virtude da circulação de motocicletas (Figura 38) em zona de praia na Lagoa do Pau.

Figura 38 - Motocicleta em tráfego na zona de praia, Lagoa do Pau



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

É conveniente registrar que a prefeitura não possui os instrumentos de gestão estabelecidos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro que, na escala municipal, encontra-se em processo de construção.

Segundo os representantes do poder público entrevistados, a limpeza das praias é realizada diariamente, informação também relatada pelos moradores. No entanto, nota-se que a produção de lixo nos povoados é superior a demanda de limpeza, gerando uma situação que

não combina com o cenário paisagístico, causa problemas de degradação ambiental e dificulta o *take off* do turismo. Outro problema para o meio ambiente é o saneamento básico, que apresenta entrave para a gestão municipal.

Quando questionado sobre as ações desenvolvidas na prevenção e/ou resolução dos impactos ambientais, o representante da Secretaria de Meio Ambiente informou que vem sendo desenvolvidos projetos de sensibilização ambiental em parceria com o Instituto Amigo da Natureza (INAN). Um dos projetos mencionados se chama “Limpeza: Estamos Nessa”, desenvolvido todo mês em uma praia específica do município. Contudo, as ações que a prefeitura vem desenvolvendo não são suficientes para prevenir os impactos ambientais.

Quanto à fiscalização das obras, o representante da gestão da Secretaria Municipal do Meio Ambiente abordou que:

Toda obra que é executada em Coruripe, quer seja na praia ou na cidade, precisa de um projeto que analisado na sua estrutura com a parte de infraestrutura e obedecendo o Plano Diretor. Ele (o Plano Diretor) diz quais são as zonas de exploração e obedecendo o Plano Diretor, temos áreas exclusivas de turismo, áreas de preservação permanente e áreas de ocupação urbana como o todo. Temos também o Código de Obras e postura que disciplina toda essa construção, que disciplina o alinhamento. Toda a construção de Coruripe passa por um processo.

Após essa análise desce pra Secretaria de Meio Ambiente para que nossos técnicos, 2 engenheiros ambientais, para uma visita in loco, para saber se o terreno é apropriado para a construção de um a casa, restaurante, posadas, para saber se está em área legal se é área de restinga. Aqui a gente faz um trabalho para que a natureza ande de mãos dada como o turismo.

A extensão urbana do Pontal de Coruripe e da Lagoa do Pau, como ressaltado, segundo o Plano Diretor são consideradas Zonas de Expansão Intensiva e não são estabelecidos os limites do Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, que define maior detalhamento de delimitação na faixa terrestre: em áreas de falésias sedimentares, cinquenta metros a partir da sua borda, em direção ao continente; nas lagunas e lagoas costeiras, limite de cinquenta metros contados a partir do limite da praia, da linha de preamar ou do limite superior da margem, em direção ao continente; os estuários, cinquenta metros contados na direção do continente, a partir do limite da praia ou da borda superior da duna frontal, em ambas as margens e ao longo delas, até onde a penetração da água do mar seja identificada pela presença de salinidade, no valor mínimo de 0,5 partes por mil; áreas inundáveis: limite definido pela cota mínima de um metro de altura acima do limite da área alcançada pela preamar; e as áreas sujeitas à erosão, substratos sedimentares como falésias, cordões litorâneos, cabos ou pontais, com larguras inferiores a cento e cinquenta metros, bem como áreas próximas a desembocaduras fluviais, que

correspondam a estruturas de alta instabilidade, podendo requerer estudos específicos para definição da extensão da faixa terrestre da orla marítima (BRASIL, 2004).

Os limites para urbanização nas falésias ou costões rochosos deve ser definido pelo Plano Diretor do Município, estabelecendo uma faixa de segurança até pelo menos um metro de altura acima do limite máximo da ação de ondas de tempestade, o que não consta no Plano Diretor do Município estudado.

No entanto, na pesquisa de campo foram identificadas obras irregulares, a exemplo de várias casas construídas em terras da União, a construção do muro de contenção marinha para proteger as casas à beira mar no Pontal de Coruripe, se observou recentemente aglomeração urbana em áreas de Manguezal (Figura 39), e a presença de cabanas na orla do povoado Lagoa do Pau.

Figura 39 - Construção em área de Mangue, Pontal de Coruripe



Fonte: Jucileide da Silva Sobreira, 2018.

Em suma, na fala dos entrevistados consta que os projetos passam pela Secretaria de Tributos, de Infraestrutura e depois pela Secretaria de Meio ambiente, assim, acredita-se que a fiscalização das três secretarias previne as construções nas Orlas. Mas, na prática, percebe-se que as ações são ineficientes para o ordenamento territorial.

Quanto a fala referente às áreas exclusivas de turismo, o Plano Diretor mostra no Art. 26: “Os pólos turísticos são locais do território municipal, com suas respectivas áreas de

influência, que apresentam características intrínsecas de natureza cultural ou ambiental e indicam potencial de atratividade para o desenvolvimento da atividade turística.”

É considerado enquanto patrimônio histórico cultural de Coruripe no capítulo VI e Art. 95 do Plano Diretor, as seguintes áreas: o núcleo histórico do povoado Poxim; a igreja matriz de Coruripe; o núcleo urbano do Pontal de Coruripe; as manifestações culturais, folclóricas e o artesanato; os bens materiais do saber fazer. Os elementos ambientais (Art. 65), são assim definidos: a orla marítima em toda sua extensão, as lagoas, a rede hidrográfica e as reservas subterrâneas de água, os remanescentes de Mata Atlântica, Manguezais, Várzeas e Mata Ciliares e as Unidades de Conservação.

Portanto, o Plano Diretor não deixa explícito quais as áreas exclusivas para o turismo, uma vez que nem todas as áreas ambientais se caracterizam enquanto produto turístico, e outros, não podem receber fluxo de turistas em meio às vulnerabilidades dos ecossistemas. Assim, carecem de preservação para que o meio ambiente não seja impactado de forma irreversível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise dos usos e práticas turísticas desenvolvidas nas orlas do Pontal de Coruripe e na Lagoa do Pau, Coruripe/AL, pode-se inferir que o uso da orla marítima e as ações sociais desenvolvidas estão associadas às práticas recreativas e ao veraneio, atrelando-se às práticas tradicionais das comunidades, em uma relação dinâmica e dialética.

O principal responsável pelas alterações espaciais locais tem sido a vilegiatura marítima, uma vez que os demais objetos introduzindo no espaço receptor tem função secundária na produção do espaço. É preciso considerar também que os serviços da hotelaria e meios de alimentação vão se desenvolver através da crescente ascensão das segundas residências, e as poucas iniciativas de ordenamento territorial por parte dos órgãos competentes.

Acredita-se que vários fatores contribuíram para o desenvolvimento da segunda residência na orla de Coruripe, a saber: o processo de valorização de origem europeia que culminou nas práticas marítimas da modernidade e fez surgir o desejo de morar à beira mar; a imitação por capilaridade, uma vez que a classe abastarda alagoana fixou residência temporária no Pontal de Coruripe, principalmente os usineiros; a divulgação e promoção dos atrativos turísticos do estado, destacando suas belezas naturais, principalmente a promoção dos festivais em Penedo e Marechal Deodoro, acredita-se que facilitou a “descoberta” das orlas de Coruripe; e as características rústicas do lugar, que atraiu turistas alocêntricos.

Logo, a produção do espaço pela segunda residência ocorreu de formas diferenciadas nos dois locais estudados. No Pontal de Coruripe, o veraneio se desenvolveu no período de acessão das práticas marítimas modernas no Nordeste do Brasil, período no qual a divulgação do estado de Alagoas ganha proporções internacionais. Na Lagoa do Pau, a urbanização por segunda residência vai ocorrer posteriormente, seu início data a década de 1980.

Os usineiros vão escolher as bordas marítimas do Pontal de Coruripe para fixar residência temporária e praticar veraneio. Esse fato tem importante significância para expansão urbana, especulação imobiliária e para a concentração de investimentos no povoado, se comparado aos demais povoados litorâneos de Coruripe. É importante levar em conta que as práticas turísticas desde os primórdios se desenvolveram por imitação, ou seja, a concentração de uma camada social com maior poder aquisitivo foi atraindo outros veranistas. Na orla marítima de Coruripe não foi diferente.

A partir do exposto, a urbanização por segunda residência se expandiu inicialmente no Pontal de Coruripe, se ampliando para os demais povoados à beira mar, principalmente, na Lagoa do Pau, Miaí de Baixo e Miaí de Cima.

Assim, diferentes sujeitos passam a usar as bordas marítimas, comunidade litorânea, turistas e veranistas e atribuem ao espaço diferentes funcionalidades. Para o primeiro, espaço de morada e onde desenvolve-se práticas de subsistência. Para os demais, representação de *status* social, e desenvolve-se práticas de recreação e lazer.

Ainda no Pontal, percebe-se que a expansão das segundas residências desterritorializou a comunidade local das bordas marítimas, mas não suplantou suas características tradicionais. O povoado passou por alterações paisagísticas com a construção da orla e do muro de contenção marinha para proteger as casas de veraneio e as pousadas, e com a construção do terminal turístico. Se comparado as demais praias de Coruripe, o Pontal também possui um símbolo de *marketing* mais expressivo e atrai um perfil de turista diferente das demais praias, ou seja, com maior poder aquisitivo.

Já na Lagoa do Pau, a vilegiatura marítima se expandiu em áreas não urbanizadas, e atualmente há uma crescente valorização imobiliária no espaço receptor, expressa pela presença de vários loteamentos. A vilegiatura marítima encontra-se em expansão, contudo o espaço começou a ser alterado final da década de 1980 e início de 1990, mas de forma lenta, onde as segundas residências vão produzir seu próprio espaço, longe dos autóctones e atualmente, em seu entorno. A exemplo de vários loteamentos que resultaram na construção de condomínios residenciais bem próximos à praia ou em frente a ela, em áreas frágeis em termos ecológicos.

Ademais, os conflitos socioambientais decorrentes dos usos e das práticas turísticas que se associam identificados nos locais estudados foram as mudanças paisagísticas, disposição inadequada dos resíduos sólidos, esgotamento inadequado que acarreta em poluição, perturbação do sossego e aumento no índice de violência, problemas no abastecimento de água e de energia elétrica e ocupações irregulares.

Em termos de infraestrutura, foram poucas as iniciativas do governo local, e é evidente a ausência de profissionais qualificados nos órgãos competentes. No que se refere à infraestrutura, os aspectos positivos se associam à pavimentação das vias, que facilita o acesso da população e dos turistas ou visitantes. No entanto, o transporte urbano é ainda ineficiente e acaba dificultando o fluxo para outras praias.

As estruturas espaciais das orlas são desordenadas e não foram executados diagnósticos para implementação de equipamentos no Pontal de Coruripe e na construção das cabanas na Lagoa do Pau. A participação comunitária, um princípio central da gestão descentralizada proposta pelos instrumentos de ordenamento territorial e turístico no Brasil, ainda precisa de maior atuação na orla marítima de Coruripe.

Tanto no Pontal quanto na Lagoa do Pau há ausência de fiscalização e de controle das práticas turísticas por parte dos órgãos competentes. Os órgãos municipais têm desenvolvido poucas ações que possibilitem o desenvolvimento do turismo e o ordenamento territorial da orla. Ademais, possuem equipes técnicas sem formação específica e um quantitativo que não supre as necessidades de ordenamento. Na verdade, são poucas as iniciativas levadas a cabo pelo poder público municipal.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Cinthia Sena; TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo de Segundas residências no Litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea.** Revista Brasileira de Turismo. São Paulo, 12(1). p. 80-101, jan./abr. 2018

ALAGOAS. **Decreto N° 4.098, de 14 de janeiro de 2009.** Disponível: <<http://www.semarh.al.gov.br/>> Acesso: 22/05/2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDTIS: Polo Costa dos Corais.** Alagoas. Ago. 2010. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 20 de maio de 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDTIS: Polo Lagoas e Mares do Sul.** Alagoas. Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 20/05/2017.

_____. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2013-2023.** Maceió. 2013.

_____. **Relatório das Atividades de Gestão Costeira 2010/2014.** Superintendência de Meio Ambiente: Maceió, 2014.

_____. **Propostas para o desenvolvimento de um turismo sustentável em Alagoas.** Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2015.

AFFONSO, Rui de Britto Álvares. Descentralização e Reforma do Estado.: a federação brasileira na encruzilhada. Economia e Sociedade. **Revista de Economia da Unicamp**, v. 14, p. 127-152, 2000.

ARAÚJO, Tereza Cristina Medeiros de; SANTOS, Rochana Campos de Andrade Lima; SEOANE, José Carlos Sícoli; MANSO, Valdir Do Amaral Vaz. Alagoas. In: MUEHED, Dieter. (Org.). **Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006, p. 197-212.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. **Relatório final do projeto BR 0204**. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. PRODETUR/NE I. 2005. Disponível em: <<http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docspdf>> Acesso em: 27 de janeiro de 2018.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Edições do Senado Federal – Vol. 62-A, 2005.

BARRAGÁN MUÑOZ, Juan Manuel. **Política, gestión y litoral**: nueva visión de la gestión integrada de áreas Litorales. Madrid: Editorial Tébar Flores, S.L, 2014.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. Penedo: Artes Graphics, 1909.

BRASIL. Decreto Nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004. Acesso: 22/01/2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5300.htm> Acesso em: 27 de janeiro de 2018.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de sol e praia**: orientações básicas. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Política e Plano Nacional do Turismo: Gestão Descentralizada Territórios e Instituições**. 2013. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso: 27/08/2018.

_____. **Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso: 27/08/2018.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Uma pré-história do turismo no Brasil**: recreações aristocráticas e lazeres burgueses. São Paulo: Aleph, 2007.

CALHEIROS, Silvana Quintella Cavalcanti; SILVA, Paulo Rogério de Freitas; NETO, José Vicente Ferreira. Identificação de Conflitos Espaciais do Uso e Ocupação do Solo no Litoral

Sul Meridional de Alagoas – Brasil. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral - CE, V. 15, n. 2, p. 12 - 31, 2013.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. In: CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O turismo e a relação sociedade e natureza: realidades conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007. p. 19-43.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-47.

CORURUPE/ALAGOAS. Plano Diretor Municipal. Lei Nº 1276 de 3 de fevereiro de 2014.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2003.

_____. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, 2005.

DANTAS, Eustógio W. C. **Maritimidade nos trópicos: Por uma geografia no Litoral**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2010.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ALVES, Larissa da Silva Ferreira. **Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

DIAS, João Manoel Alveirinho. **Gestão Integrada das Zonas Costeiras: Mito ou Realidade?**. In: 2º Congresso do Quaternário dos Países de Línguas Ibéricas, 9º Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário e 2º Congresso sobre Planejamento e Gestão da Zona costeira dos Países de Expressão Portuguesa: Livro de Resumos, (CD-ROM), 2003.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do turismo: conceitos formas e definições**. Campinas, SP: Editora Elínea, 2002.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. (1912-1991) **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2006. (Coleção nordestina).

DINIZ, Marco Túlio Mendonça; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Turismo, territórios e conflitos de uso do solo no Distrito de Jacaúna, Aquiraz-CE. In: CORIOLANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. (Org.). **Turismo, Território e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012, p. 1-432.

FONSECA, Vania; VILAR, José Wellington Carvalho; SANTOS, Max Alberto Nascimento. Reestruturação territorial do Litoral de Sergipe. In: VILAR, José Wellington Carvalho; ARAÚJO, Hélio Mário de. (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no Litoral sergipano**. São Cristóvão/SE: Editora da UFS, p. 40-60, 2010.

GOMES, Wanderson Jose Francisco. **A construção do destino turístico Alagoas: a tradução das políticas contemporâneas de turismo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2015.

GOMES JÚNIOR, Enio Ricardo. **Estudo de caso da elaboração e implementação do plano de gestão integrada da orla maritimidade Paripueira, Alagoas, Brasil**. Mestrado Profissional (Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste – MGP) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

GÓMEZ OREA, Domingo; GÓMEZ, Alejandro Villarino. Ordenamiento Territorial: Una Aproximación Conceptual y su Aplicación al Cantón Cuenca – Ecuador. n. 57. **Revista de La Universidad del Azuay**. Ecuador. 2012 p. 29-88. Disponível em: <<https://www.uazuay.edu.ec/bibliotecas/publicaciones/UV-57.pdf>> Acesso em 20/10/2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010-2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2014/default_base.shtm>. Acesso: 18/10/2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/coruripe/panorama>> Acesso: 18/10/2018.

KASPARY, Manuela Grace de Almeida Rocha. **O desenvolvimento local e o desenvolvimento turístico do município de Maragogi, Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2012.

LEMOS, João Ribeiro de. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió: Ed. do Autor, 1999.

LUSTOSA, Maria Cecília; LAGES, André Maia Gomes. Natureza e cultura: o arranjo produtivo local do turismo de lagoa e mar, Alagoas. In: **Arranjos Produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento, criatividade e cultura**. CASSIOLO, José Eduardo; MATOS, José Pessoa de; LASTRES, Elena M. M.. (Orgs). Rio de Janeiro: Epares, 2008. p. 267-276.

MACHADO, Carla Guimarães. **Vilegiatura marítima e urbanização litorânea: as transformações no Litoral do município de Barra de São Miguel, AL**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2016.

MADRUGA, Antonio Moacyr. **Litoralização: Da fantasia de liberdade à modernidade autofágica**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MASCARENHAS, J. de C. BELTRÃO, B. A.; SOUZA JUNIOR, L. C. de. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Estado de Alagoas. In: CPRM-PRODEEM. **Diagnóstico do Município de Coruripe**. Recife – PE, CPRM- Serviço Geológico do Brasil, 2005.

MELO, Josandra Araújo Barreto de. Ordenamento territorial e sustentabilidade: um diálogo possível? **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 11, n. 33, p. 220 – 229, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada**. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MMA). Brasília: 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso: 20 de junho de 2017.

_____. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br> Acesso: 10/03/2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). Regiões **Turísticas do Estado de Alagoas (2017-2019)**. Disponível em: < <http://mapa.turismo.gov.br> > Acesso: 18/10/2018.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da Zona costeira do Brasil. Elementos para uma geografia do Litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. Vitória: Geografares, nº 2, 2001.

MORAES, Antônio Carlos Robert; ZAMBONI, Ademilson. Construindo o conceito de orla marítima. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Subsídios para um projeto de gestão / Brasília: MMA e MPO, 2004. (Projeto Orla)**.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PAIVA, Marina Mujica de. **Resposta local ao turismo: resiliência cultural e desenvolvimento local no povoado do Pontal de Coruripe**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente: Desenvolvimento Sustentável) – Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFAL, Maceió. 2010.

PALMEIRA, Maria Verônica Lins. **Desenvolvimento urbano e turismo: uma análise da dinâmica urbana em Jequiá da Praia, Alagoas.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2007.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo.** São Paulo: Brasiliense, 2013.

PEARCE, Douglas G. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens.** São Paulo: Aleph, 2003.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil.** Fortaleza: Edições UFC, 2014.

POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(6):1983-1994, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Volume 29, São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Daniel da Rocha. **A invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação Litoral do Espírito Santo.** 188 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

SANTANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à História do Açúcar em Alagoas.** Recife: IAA, 1970

SANTOS, Carla Norma Correia dos. **Entre o Litoral sul de Sergipe e o Litoral norte da Bahia: onde as políticas territoriais se encontram.** Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4 ed. 9. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

_____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica a Geografia por uma Geografia Crítica.** - 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2004.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** São Paulo: Hucitec. 1988.

SANTOS, Priscila Pereira. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no Litoral sergipano.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão, 2015.

SANTOS, Priscila Pereira; VILAR, José Wellington Carvalho. A territorialização da segunda residência no litoral de Sergipe (Brasil). **Revista de Geografia** (Recife) V. 35, No. 3, 2018.

SANTOS, Robson Williams Barbosa dos. Revista. **Fragmentos da escravidão em Alagoas: Escravos, Sociedade na Villa Real de São José do Poxim – 1774 a 1854.** Cantareira - Edição 27 / Jul-dez, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 73 – 94, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23º ed. rev. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Trabalho Indígena na Formação das Alagoas (Século XIX): os índios das matas nas falas e relatórios oficiais**1. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 16, n. 2, maio/ ago. 2012.

SILVA, Kelson de Oliveira; FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **A geografia e a dimensão espacial do turismo**: Um ensaio exploratório. PUBLICa VI. 2010.

SILVA, Priscylla Maria Ferreira da. **Ciclo de vida da área turística**: o caso do Pontal de Coruripe-AL. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Maceió. 2016.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Percepção geográfica, turismo e valorização do espaço. **Simpósio Nacional sobre Geografia: Percepção e Cognição do Meio Ambiente - HOMENAGEANDO LÍVIA DE OLIVEIRA**. Londrina, 2005.

SOBREIRA, Jucileide da Silva; VILAR, José Wellington Carvalho. Práticas turísticas e ordenamento territorial na orla marítima do município de Coruripe/AL. **Sociedade e Território**, v. 30, n. 2, p. 145-168, 16 fev. 2019.

SOUZA, Marcelo José. Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2 ed.. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2015.

TURATO, Egberto Ribeiro. Decidindo quais indivíduos estudar. In: TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico qualitativa. Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2008. p. 351-68.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Impactos Sócio-Ambientais no Litoral**: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona costeira no Estado do Ceará/Brasil. *Revista da Gestão Costeira Integrada* 8(2):259-275. 2008.

VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa; ARAUJO Lindemberg Medeiros; RAMOS, Silvana Pirillo. Evolução histórica do destino turístico Maceió-Alagoas-Brasil: de antecedentes à atual situação. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**. Penedo, Volume 6, Número 1, Jan./Jun. 2016 p.139-164. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br>> Acesso: 27/10/2018.

VERAS FILHO, Luís. **História do turismo em Alagoas**. Maceió: SERGASA, 1991.

YIN, Robert K.. **Estudo de caso: planejamento e método**. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

Anexo A: Pousadas no município de Coruripe/AL em funcionamento

Quadro 6 - Pousadas no município de Coruripe/AL em funcionamento

Local	Pousadas	Apartamentos	Leitos	Origem do Proprietário	Ano de Fundação
Sede municipal	Litoral Sul; Coruripe	42*	67*	-	-
Lagoa do Pau	Bela Vista	10	30	Maceió	2006
	Shangri-la	16	40	-	-
	Sol e Lazer	7	21	Lagoa do Pau	-
	Umuarama	31	86	Aracaju	1996
	Vila da lagoa Bangalôs	6	26	Santana do Ipanema	2016
	Rosa dos ventos	7	21	Rio Grande do Norte	2010
Total	6	77	224	-	-
Pontal de Coruripe	Arapiraca	6	18	Arapiraca	2009
	As casinhas da Ada	5	18	Itália	1985
	Canto de Iemanjá	10	26	Portugal	2009
	Casarão do Pontal	6	19	Maceió/AL	2010
	AFUSCO	20	70	-	2005
	Maluhia Kai	12	26	Maceió/AL	1997
	Mirante do pontal	14	42	Palmeira dos Índios/AL	1999
	Surf Paradise	19	83	Maceió/AL	2002
	Por do Sol	10	20	Maceió/AL	2006
Total	9	102	322		
Barreiras	Raios do Sol; Batel	22*	68*	-	-
Miaí de Cima	Hotel Fazenda Maresia; São Luiz	10*	27*	-	-
Poxim	Pousada Beira Rio	4*	8*	-	-
Pindorama	Pousada Pindorama	13*	34*	-	-
Total:	23	270	750		

*Dados coletado na Secretaria Municipal de Turismo
 Dados coletado em Campo nos meses de março, setembro e novembro de 2018.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Apêndice A – Entrevista semiestruturada - comunidade local

Local: () Pontal do Coruripe () Lagoa do Pau Data: ___/___/___
Profissão: () Artesã () Pescador(a) () Vendedor(a) Ambulante () Presidente da Associação
de Moradores () Presidente da Associação das Artesãs
Nome: _____
Naturalidade: _____
Sexo: () Masculino () Feminino
Escolaridade: () Nunca estudou () Fundamental incompleto () Fundamental completo ()
Médio completo () Médio incompleto () Superior completo () Superior incompleto () Pós-
graduação completo () Pós-graduação incompleto.
Faixa Etária: () 30 – 40 anos () Mais de 40anos

1. Há quanto tempo reside no povoado?

2. Qual atividade econômica o(a) senhor(a) realiza? Sempre exerceu essa profissão?

3. Como era o povoado em sua infância?

4. Quais as mudanças que o(a) senhor(a) considera importante do período da sua infância aos dias de hoje?

5. Na sua opinião, o que mudou em seu estilo de vida com o turismo no município?

6. Na sua opinião, o turismo traz problemas para a comunidade local?

() Sim () Não

Caso afirmativo, quais problemas?

() Poluição com resíduos sólidos

() Poluição sonora

() Degradação Ambiental

Desterritorialização da população local

Outro, especifique: _____

7. Na sua avaliação, quais os benefícios que o turismo traz e/ou já trouxe para o povoado?

Estradas

Telefonia

Energia elétrica

Abastecimento de água

Saneamento básico

Segurança pública

Iluminação pública

Emprego e renda

Outros, especifique: _____

8. A valorização dos terrenos tem estimulado aos moradores locais a venderem suas casas/terrenos?

Sim Não.

9. Já participou de assembleias e/ou fóruns municipais e/ou estaduais voltados para discutir o desenvolvimento do turismo?

Sim Não

Caso afirmativo, quais? _____

10. Tem conhecimento de obras de intervenção realizada na orla?

Sim Não

Caso afirmativo, quais? _____

11. Na sua opinião, o aumento do fluxo de turistas pode gerar (ou já gerou) conflitos com a comunidade local?

Sim Não

Caso afirmativo, especificar: _____

12. A coleta de lixo é regular?

Sim Não

Caso afirmativo, quantas vezes por semana?

13. Já participou de algum projeto de sensibilização ambiental?

Sim Não

Caso afirmativo, qual?

14. Já participou de assembleias e/ou fóruns municipais e/ou estaduais voltados para discutir o ordenamento da orla marítima?

Sim Não Não sabe informar

15. Os problemas do povoado são discutidos em assembleias com a participação da comunidade?

Sim Não Não sabe informar

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Apêndice B – Entrevista semiestruturada - Turista/Veranista

Local: () Pontal do Coruripe () Lagoa do Pau Data: ___/___/___

Período da Pesquisa: () Alta Temporada () Feriado () Fim de Semana

() Turista () Veranista () Excursionista

Nome: _____

Naturalidade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Escolaridade: () Nunca estudou () Fundamental incompleto () Fundamental completo ()

Médio completo () Médio incompleto () Superior completo () Superior incompleto () Pós-graduação completo () Pós-graduação incompleto.

Faixa Etária: () 30 – 40 anos () Mais de 40anos

Profissão: _____

1. É a primeira viagem para Coruripe?

() Sim () Não

2. Caso não, desde quando visita o povoado?

3. Como conheceu o destino visitado?

() Meios de divulgação digital

() Recomendações de amigos

() outro, especificar: _____

4. Se turista, qual o motivo da viagem?

() Lazer

() Negócios/Trabalho

() Parentes/amigos

() Saúde

() Compras Pessoais

() Estudos ou Cursos

() Religião ou Peregrinação

() Congressos/Feiras ou Convenções

() Outros, especificar: _____

5. Se veranista, o que motivou a comprar ou a alugar a casa nesta localidade?

6. Se lazer, qual o principal atrativo local de Coruripe?

Sol e praia: () Miaí de Baixo () Miaí de Cima () Barreiras () Pontal do Coruripe () Lagoa do Pau () Poxim
 () cultura
 () outros, especificar: _____

7. A viagem foi organizada por agencias de turismo?

() Sim () Não

Caso afirmativo, qual agência?

8. Qual o meio de hospedagem utilizado no destino?

() Casa amigos/parentes () Hotel/Flat () Pousada () Imóvel Aluguel () Imóvel Próprio

() outro, especificar: _____

9. Qual o meio de transporte o senhor (a) utiliza/utilizou para chegar ao destino turístico?

() Carro próprio () Veículo de amigos () Ônibus/Van Turismo/Excursão () Carro alugado

() Ônibus/Van Fretado

() Outro, especificar: _____

10. Qual o gasto médio durante o passeio turístico?

() Nada () Menos de R\$ 50,00

() Entre R\$ 50 e R\$ 100,00

() Entre R\$ 100,00 e R\$200,00

() Entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00

() Entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00

() Mais que R\$ 400,00

11. Quanto a infraestruturas e serviços turísticos, como avalia:

Restaurante/alimentação: () Bom () Muito bom () Ruim () Muito ruim.

Hospedagens: () Bom () Muito bom () Ruim () Muito ruim.

Atrativo turístico visitado: () Bom () Muito bom () Ruim () Muito ruim.

Diversão noturna: () Bom () Muito bom () Ruim () Muito ruim.

Equipamentos de lazer: () Bom () Muito bom () Ruim () Muito ruim.

Meios de transporte: () Bom () Muito bom () Ruim () Muito ruim.

Acesso às praias: () Bom () Muito bom () Ruim () Muito ruim.

12. Em sua opinião, quais os pontos positivos e os pontos negativos do turismo no povoado?

13. Quais as principais mudanças que percebe na estrutura turística receptiva do povoado (caso seja veranista há muitos anos)?

14. Caso haja mudanças, são positiva(s) ou negativa(s)? Justifique.

15. Caso não tenha notado nenhuma mudança, o que considera que pode ser feito para melhorar na estrutura turística receptiva?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Apêndice C – Entrevista semiestruturada - gestor municipal: representante da Secretaria Municipal de Turismo

Nome: _____

Formação: _____

Tempo de serviço na gestão municipal: _____

1. Quais os segmentos turísticos que são privilegiados nas ações da gestão municipal?

2. Quais os locais (povoados) que apresentam maior fluxo de turistas em Coruripe?

3. Já foram realizados estudos para identificar o perfil dos turistas e os principais centros emissores?

() Sim

() Não Caso afirmativo, especificar:

4. Há investimentos públicos diferenciados para os povoados de Coruripe?

() Sim

() Não

Caso afirmativo, quais as localidades que recebem/receberam investimentos turísticos?

5. Como o sr. avalia os impactos das políticas recentes voltadas para fortalecer esta atividade no município?

6. Na sua avaliação, o que melhorou em Coruripe com a implementação das políticas voltadas para fortalecer o turismo?

7. Qual a situação do turismo hoje em Coruripe?

8. Qual(is) a(s) ação(ões) que a prefeitura vem realizando para fortalecer o turismo em Coruripe?

9. Foi desenvolvido algum projeto (a exemplo de obras de infraestrutura) em alguma das orlas do município?

() Sim () Não

10. Caso afirmativo, especificar quando e qual a origem dos recursos (federal, estadual, municipal)

11. Houve investimentos nas vias de acesso às praias?

() Sim () Não

Caso afirmativo, quando e qual origem dos recursos (federal, estadual, municipal)?

12. Em que momento as infraestruturas e serviços começaram a se desenvolver no município?

13. Existe algum projeto ou incentivo da prefeitura para o desenvolvimento de infraestruturas e serviços, como hotelaria, restaurantes, resorts, entre outros?

() Sim

() Não

Caso afirmativo, especificar: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Apêndice D - Entrevista semiestruturada - gestor municipal: representante da Secretaria
Municipal de Meio Ambiente

Nome: _____

Formação: _____

Tempo de serviço na gestão municipal: _____

1. Quais os instrumentos de Gerenciamento Costeiro que o município aplica na gestão da orla?

2. Como funciona a gestão e fiscalização ambiental municipal na orla?

3. Como funciona a limpeza da orla?

4. Quais as ações desenvolvidas pela prefeitura para prevenir ou sanar impactos ambientais, decorrentes de descarte de lixo na orla marítima de Coruripe?

5. Quais as ações desenvolvidas pela prefeitura para prevenir ou sanar impactos ambientais, decorrentes das construções nas orlas?

6. A prefeitura tem interesse em assinar o termo de adesão para a gestão da orla marítima urbana?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Apêndice E – Entrevista semiestruturada - comerciantes locais: Meios de Hospedagem

Local: () Pontal do Coruripe () Lagoa do Pau Data: ___ / ___ / ___
Nome do Estabelecimento: _____
Naturalidade do proprietário: _____
Sexo: () Masculino () Feminino
Escolaridade: () Nunca estudou () Fundamental incompleto () Fundamental completo ()
Médio completo () Médio incompleto () Superior completo () Superior incompleto () Pós-
graduação completo () Pós-graduação incompleto.
Faixa Etária: () 30 – 40 anos () Mais de 40anos
Formação: _____

1. O estabelecimento possui quantos apartamentos?

2. Qual o número de Leitos?

3. Os funcionários são do local?

4. O estabelecimento mantém o número de funcionário o ano todo?

5. Quando iniciou as atividades do estabelecimento?

6. O que motivou a abertura do estabelecimento

7. Como era o povoado no período da inauguração?

8. Qual o perfil do hospede que vocês costumam receber?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Apêndice F – Entrevista semiestruturada - comerciantes locais: Meios de Alimentação

Local: () Pontal do Coruripe () Lagoa do Pau Data: ___ / ___ / ___

Nome do Estabelecimento: _____

Naturalidade do proprietário: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Escolaridade: () Nunca estudou () Fundamental incompleto () Fundamental completo ()
Médio completo () Médio incompleto () Superior completo () Superior incompleto () Pós-
graduação completo () Pós-graduação incompleto.

Faixa Etária: () 30 – 40 anos () Mais de 40anos

Formação: _____

1. Os funcionários são do local?

2. O estabelecimento mantém o número de funcionário o ano todo?

3. Quando iniciou as atividades do estabelecimento?

4. O que motivou a abertura do estabelecimento?

5. Como era o povoado no período da inauguração?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Apêndice G - Carta de Anuência



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora **Jucileide da Silva Sobreira** do curso de **Mestrado Acadêmico em Geografia** da Universidade Federal de Sergipe a desenvolver o seu projeto de pesquisa **“Usos e práticas turísticas na orla marítima de Coruripe/AL”** tal como foi submetida à Plataforma Brasil, que está sob a orientação do Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar, cujo objetivo da pesquisa é analisar o uso e as práticas turísticas desenvolvidas nas orlas do Pontal de Coruripe e na Lagoa do Pau, Coruripe/AL e suas respectivas consequências socioambientais.

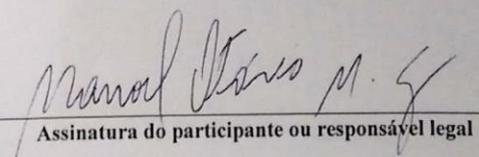
Ciente dos objetivos, dos procedimentos metodológicos e de sua responsabilidade como pesquisadora da referida Instituição Proponente, concedemos a anuência para o seu desenvolvimento.

Esta carta de anuência está condicionada ao cumprimento das determinações éticas da Resolução CNS/MS nº: 466/2012 e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados coletados da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da comunidade.

A pesquisa de campo somente se iniciará após a aprovação emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP da Universidade Federal de Sergipe.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Coruripe/AL, 23/01/2019.


Assinatura do participante ou responsável legal

Manoel Otávio Marques Luz
Gerente de Turismo

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Apêndice H - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado (a) Senhor (a), esta pesquisa **“Usos e práticas turísticas na orla marítima de Coruripe-AL”**, desenvolvida por **Jucileide da Silva Sobreira** do curso de **Mestrado Acadêmico em Geografia** da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar, tem como objetivo analisar os usos e as práticas turísticas desenvolvidas nas orlas do Pontal de Coruripe e na Lagoa do Pau, Coruripe/AL e suas respectivas consequências socioambientais. Assim, solicitamos a sua colaboração em participar desta pesquisa, através de entrevistas que buscam: com os sujeitos sociais - identificar; antecedentes históricos, os atrativos do lugar e as possíveis mudanças no espaço ocorrida a partir do uso e das práticas desenvolvida nas orlas. Já as entrevistas com os agentes públicos têm como objetivo compreender as políticas municipais de gestão do turismo de sol e praia. Já para a entrevista com os agentes sociais busca-se identificar os instrumentos de gerenciamento costeiro que o município aplica na gestão da orla marítima; como funciona a gestão, a limpeza e a fiscalização ambiental nas praias; quais as ações desenvolvidas pela prefeitura para prevenir ou sanar impactos ambientais decorrentes de descarte inadequado de lixo e de construções na orla de Coruripe. Esclarecemos que sua participação é voluntária e livre e, portanto, não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Se alguma questão lhe causar constrangimento o(a) senhor(a) tem o direito de não respondê-la. É importante destacar que o pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de anonimato, e que as suas informações são sigilosas e só serão utilizadas para fins desta pesquisa. Caso desista de participar deste estudo, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento durante a aplicação do questionário, sem que haja nenhum tipo de penalidade. Caso aceite participar, pedimos sua autorização através da assinatura deste documento, o qual possui duas vias. Uma destas ficará com o(a) senhor(a) e a outra conosco. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos sobre a pesquisa, o pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer fase da pesquisa.

Jucileide da Silva Sobreira
Pesquisador Responsável - Tel: (79) 9.9106-0529
E-mail: jucisobreira@gmail.com

Considerando que fui informado(a) dos objetivos e da importância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar desta pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via deste documento.

Assinatura do participante ou responsável legal